



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Junho de 2018
Breves/Pará



SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. JUSTIFICATIVA	8
4. REGIME LETIVO	18
5. OBJETIVO GERAL	19
5.1 Objetivos Específicos	19
6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	21
7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	22
8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO	23
9. MATRIZ CURRICULAR	25
10. EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO	35
10.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral (Área das Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza)	35
10.2 Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos de Ciências Humanas e Sociais	57
10.3 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos de Ciências da Natureza	89
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	122
13. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO OU PEDAGÓGICAS	123
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	124
15. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	125
16. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS	127
17. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	128



18. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	129
19. APOIO AO DISCENTE	133
20. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	135
21. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE	136
22. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	137
23. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ..	138
24. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	141
25. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	143
26. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	144
27. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	147
28. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	151
28.1 Itinerário Formativo	157
28.2 Projeto Integrador	164
29. COLEGIADO DO CURSO E NDE	172
30. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	174
31. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	176
32. DIPLOMAÇÃO	177
33. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178



EQUIPE DE GESTÃO

Reitor:	Cláudio Alex Jorge da Rocha
Pró-Reitora de Ensino:	Elinilze Guedes Teodoro
Diretora de Políticas de Ensino e Educação no Campo:	Marta Coutinho
<u>Coordenação do Departamento de Ensino Superior</u>	<u>Edivaldo Moura</u>
Coordenação geral de educação básica:	Gleice Izaura Oliveira
Coordenação geral de legislação, registro e indicadores escolares:	Jucinaldo de Freitas Ferreira
Equipe Pedagógica:	Ádria Maria Neves Monteiro de Araújo Marcelo Bogoevik
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:	Ana Paula Palheta Santana
Pró-Reitor de Extensão:	Fabrcício Medeiros Alho
Pró-Reitor de Administração:	Danilson Lobato da Costa
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:	Raimundo Nonato Sanches Souza
Diretor Geral do Campus:	Mário Médice Costa Barbosa
NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (PORTARIA Nº 263/2017- CAMPUS BREVES DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017)	<ol style="list-style-type: none">1. Jeovani de Jesus Couto, SIAPE: 1277285 (Presidente);2. Adriana Corrêa de Oliveira, SIAPE:2334843;3. Antônio de Jesus de Sousa Ferreira, SIAPE 1143340;4. Arllen Élide Aguiar Paumgarten, SIAPE: 2389857;5. Éssia de Paula Romão, SIAPE: 2389369;6. Jefferson dos Santos Marcondes Leite, SIAPE: 2391260;7. Mário Médice Costa Barbosa, SIAPE: 1331382;8. Rodrigo Moreira Vieira, SIAPE: 2395224;9. Valdemar Correia Barbosa Neto, SIAPE: 2269161;10. Wânia Alexandrino Viana, SIAPE: 1666242.
REDATORES:	<ol style="list-style-type: none">1. Jeovani de Jesus Couto, SIAPE: 12772852. Jefferson dos Santos Marcondes Leite, SIAPE: 2391260;3. Wânia Alexandrino Viana, SIAPE: 1666242;4. Francinaldo Martins Ferreira, Pedagogo, SIAPE: 2348748;5. Rodrigo Moreira Vieira, SIAPE: 2395224.



COLABORADORES:

1. Romildo Castor Araújo, Assistente Administrativo, SIAPE: 18692112
2. Sebastião Douglas Avelino Burgos, Docente, Licenciado em Física Ambiental, SIAPE 1343379;
3. Jeovandro Macedo Serrão, Diretor da Casa Familiar Rural do Mapuá-Breves/PA, CPF: 740.710.092-62;
4. Marcelo da Silva Gama, Professor da Casa Familiar Rural do Mapuá-Breves/PA, CPF: 994.615.362-91;
5. Edimere Sá Cardoso, Coordenadora da Casa Familiar Rural do Mapuá-Breves/PA, CPF: 918.253.852-20;
6. Valcilene Mercês Gama, Técnica Educacional/SEMED/Breves/PA, CPF: 371.070.202-00;
7. Manuelle Espíndola dos Reis, Técnica Educacional/SEMED/Breves/PA, CPF: 697.306.102-82.



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará / Campus Breves
CNPJ:	10.763998/0013-73
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço:	Rua Antônio Fulgêncio s/n, Parque Universitário. Breves-PA/68800-000
Telefone:	(91) 991723886
Site do Campus:	www.breves.ifpa.edu.br
E-mail:	dg.breves@ifpa.edu.br
Nível	Superior/ Licenciatura
Modalidade	Presencial/ Pedagogia da Alternância
Área Básica de Ingresso:	Ciências Humanas e Sociais/ Ciências da Natureza
Regime Letivo:	Semestral
Número de vagas:	60
Coordenadora do Curso	Jeovani de Jesus Couto
Carga Horária:	3.220 hora relógio
Projeto Integrador:	Projeto Integrador
Estágio Profissional	400 h
Prática Pedagógica	400 h



2. APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) trata da criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Área Básica de Ingresso (ABI) Ciências Humanas/Ciências da Natureza. Com oferta de 60 (sessenta) vagas anuais, o referido curso consta de 03 (três) semestres de Núcleo de Estudos de Formação Geral e 05 (cinco) semestres de Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos. Neste último, a turma se divide, igualmente, entre Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos Ciências Humanas e Sociais e Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos Ciências da Natureza. A opção pela área do conhecimento se dá no ato de inscrição do processo seletivo.

Considera-se pertinente essa demanda por que: **1.** O IFPA/Campus Breves, atualmente, dispõe de um quadro de docentes que podem atender a duas áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Ciências da Natureza; **2.** Que diversificaria a atuação de profissionais licenciados no campo. **3.** Que a comunidade demonstrou interesse na criação do curso. **4.** Que o Núcleo Docente Estruturante de Educação do Campo, a partir das reuniões e diversas reflexões, optou por ofertar um curso, a partir da proposta de Área Básica de Ingresso (ABI).

O escopo principal é o fortalecimento da formação de professores licenciados em educação do campo. Nessa perspectiva, alinha-se ao que está previsto no Decreto nº 7.352/2010 em que se institui a Política Nacional de Educação do Campo, e determina apoio da União aos sistemas de ensino para a formação específica para este propósito.

Respalhada em uma proposta curricular que se fundamenta nas bases filosóficas da prática educativa Freireana, nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da formação de professores para a educação básica, especificadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CEB) nº 2, de 1º de julho de 2015, nas resoluções, pareceres e decretos que normatizam os cursos de licenciatura no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2002; BRASIL 2012) bem como no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Breves.



É importante destacar o compromisso do IFPA/Campus Breves com as questões socioeconômicas e educacionais da realidade em que está inserido. Estamos nos referindo às estatísticas educacionais do Marajó, que têm apontado a insuficiência de professores para atender a demanda das escolas do campo. Esses dados estão presente no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Breves, instituído pela Lei nº 2.388/2015, em que se verifica que no ano de 2015, o município possuía um total de 292 escolas, sendo que desse total, 260 se encontram na zona rural, e apenas 32 na zona urbana, para as quais não há professores suficientes e nem com formação que atenda as especificidades das comunidades rurais (PME, 2015, p.81).

A Licenciatura em Educação do Campo no município de Breves insere-se, portanto, como alternativa para construção de uma educação mais democrática atendendo às normativas legais dispostas nas leis de ensino do Brasil e às necessidades e desafios presentes na região, conforme veremos ao longo deste trabalho. Por outro lado, insere-se no âmbito da produção de conhecimento e formação em diálogo com os saberes locais, principalmente no que diz respeito à articulação de ações voltadas às populações rurais e a democratização do acesso e a participação coletiva e promoção da cidadania.

Portanto, verifica-se, a partir do Decreto nº 7.352/2010, uma agenda política que norteia ações ligadas à promoção da formação para a educação nas áreas rurais, assim como a Lei nº 2.388/2015 do município de Breves, em que se visualiza um diagnóstico da educação em Breves e na região do Marajó.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo ampara-se na Resolução CNE 02/2015 que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Nestes termos, o referido curso de graduação terá carga horária de 3.220 (três mil, duzentos e vinte) horas, com oferta anual. Ao final do curso, que inclui a realização dos componentes curriculares e o Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante receberá do IFPA – Campus Breves, o Diploma de Licenciado em Educação do Campo na área de Ciências Humanas ou Ciências da Natureza, conforme a escolha do educando, e de acordo com o que é estabelecido no Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do IFPA.



As estratégias previstas neste PPC, no que se refere aos itens curriculares e metodológicos, têm em vista a formação de profissionais que possam desenvolver a prática da docência voltada à área de Ciências Humanas ou Ciências da Natureza por meio da interdisciplinaridade pedagógica e Gestão e Coordenação Pedagógica.

Portanto, por meio desta ação, reafirmamos o compromisso do IFPA campus Breves com a sociedade da região do Marajó, considerando que o objetivo da oferta de Licenciatura em Educação do Campo possibilitará o acesso da população à formação, ao diálogo e à aproximação com os saberes, os desafios e as perspectivas das comunidades locais. Nesse processo, poderá criar possibilidades de protagonizar um PPP comprometido com o social e com as novas posturas que norteiam a relação sociedade e educação.

Nessa perspectiva, fortalecem-se estratégias para superar o abismo existente entre o currículo e as aspirações formativas das populações rurais, assim como visa a superação dos históricos índices de exclusão em que se insere a população do Marajó, e ainda o empoderamento de suas práticas e de suas ações políticas educacionais, vislumbradas pelas novas possibilidades mundialmente colocadas a humanidade no século XXI.

3. JUSTIFICATIVA

“Educação tem relação com a cultura, com valores, com jeitos de produzir, com formação para o trabalho e para participação social” (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p.19)

No Brasil, a Educação do Campo está estritamente relacionada às experiências históricas de luta e resistência dos trabalhadores rurais. Trata-se, sobretudo, de um enfrentamento político ao “afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e uma educação que seja no e do campo” (CALDART, 2012, p.259).

Nessa perspectiva, insere-se no âmbito dos movimentos sociais e das reivindicações advindas das adversidades da realidade brasileira. Essas pautas podem ser verificadas em conferências nacionais em que discutiram os desafios e necessidades de uma educação diferenciada. É exemplo a I Conferência Nacional para Educação Básica do Campo, ocorrida



em 1998, articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que se discutiu de forma mais sistemática a educação no meio rural brasileiro.

Essas discussões foram ampliadas no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2011, relativo às Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC nº 1 e nº 2, de 2002 e 2008, respectivamente) em que se reconhecem os dias letivos da alternância e se verifica um alcance bem maior dos movimentos sociais envolvidos nessa luta, articulados pelas experiências históricas de resistência de diversos grupos e de realidades rurais distintas. Inclui-se o Movimento de Educação de Base (MEB) das organizações indígenas e quilombolas e organizações sindicais. Esse alcance ficou evidente em 2004, ocasião em que se realizou a II Conferência em Educação do Campo, “com mais de mil participantes representando diferentes organizações sociais e comunidades rurais” (CALDART, 2012, p.259).

Portanto, é necessário destacar a importância dos movimentos sociais na construção de uma política de educação do campo surgidas a partir suas próprias demandas. Desta forma, a Educação do Campo, de acordo com Roseli Salete Caldart (2012), como prática social, se encontra ainda em processo de constituição. Por outro lado, ressalta-se seu caráter inovador vinculado a uma “consciência de mudança” proposta fundamentalmente por meio dos desafios das comunidades rurais no Brasil.

Em 2010, com a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), verifica-se um alcance maior do debate, inserindo diferentes movimentos sociais, organizações sindicais com destaque para o papel das Universidades e dos Institutos Federais. A Licenciatura em Educação do Campo, portanto, está vinculada a esse histórico de desafio da educação em comunidades rurais, e é principalmente resultado da luta desses sujeitos pelo direito a Educação que dialogue com essa realidade específica.

A oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pelo IFPA/Campus Breves, justifica-se por duas questões fundamentais: primeiro o atendimento a uma demanda social vinculado a necessidade local da educação na área rural do município; e segundo pelo cumprimento das disposições legais que regem a Educação do Campo no Brasil, e o papel dos



Institutos Federais nesse processo de promoção da cidadania, bem como os dispositivos legais em âmbito de IFPA, como a Política de Educação do Campo do IFPA aprovada pela Resolução nº 081/2018.

No que se refere à primeira questão, toma-se por referência a Lei nº 2.388/2015 que trata do Plano Municipal de Educação – (PME) do município de Breves/Pará. Conforme se afirma neste documento, no ano de 2015, o município possuía um total de 292 escolas. Destas, 260 se encontram na zona rural, e apenas 32 na zona urbana (PME, 2015, p.81). Este é um dado bastante significativo e impõe desafios bem maiores para a promoção do acesso à educação e a formação de professores que atue nas diversas localidades e reafirmam a necessidade de formulação de políticas educacionais voltadas ao atendimento dessas populações do campo.

É importante destacar, nessa perspectiva, a realidade marajoara e seus indicadores socioeconômicos historicamente negativos, não raro veiculados nos meios de comunicação em nível regional, estadual e nacional, por exemplo, os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e as elevadas taxas de analfabetismo. Exemplo disso é o levantamento realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), que “aponta sete municípios do Marajó (inclusive Breves) no ranking dos dez municípios paraenses com maiores taxas de analfabetismo funcional em jovens de 15 a 19 anos, no período de 2000 a 2010” (PME,2015, p.23)

Conforme dados presentes no Plano Municipal de Educação do Município (2015), no ano de 2011, em pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Breves, do qual resultaram em relatório final o dado alarmante de 7.783 crianças e adolescentes que se encontravam fora da escola (PME, 2015, p.89), e grande parte desse quantitativo está presente no meio rural.

Fica evidente, portanto, a necessidade imposta pela realidade local no que concerne a formação de professores que atendam a essa demanda rural. Conforme destacamos anteriormente, a Educação do Campo está associada à luta dos movimentos sociais. No Pará essa problemática esteve no centro dos debates do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), no início dos anos 1990. E foi por meio desse grupo



que surgiu o primeiro diagnóstico da educação ofertada no meio rural no Pará, em que apresenta os desafios da promoção da educação na área rural, principalmente vinculada a falta de professores que atuem de forma efetiva e permanente.

No ano de 2014, de acordo com o PME de Breves, foram ofertadas 384 vagas de Ensino Médio no meio rural através do Sistema Modular de Ensino (SOME), o que não é suficiente para atender a demanda do município, além de oferecer turmas em apenas 05 localidades: Vila Mainardi, Nova Jerusalém, São Benedito do Jacaré Grande, Curumú e Lago do Jacaré. (PME, 2015, p.97). Além disso, o SOME apresenta um problema central, o corpo docente é formado, sobretudo, por professores que não residem no município ou na área rural, constituindo-se em um entrave para o diálogo com a cultura e identidade local.

É importante destacar a experiência da Casa Familiar Rural de Breves, que possui ensino médio integrado a educação profissional em regime de alternância pedagógica. Esta escola localiza-se na Reserva Extrativista Mapuá, comunidade denominada de Bom Jesus, entretanto, por falta de recursos ficou de apenas uma turma de Ensino Fundamental e uma de Médio por ano.

Nessa perspectiva, compreende-se que além de dificuldades acima descritas, um dos grandes entraves está vinculado à ausência de formação de professores para atuarem na área rural do município de Breves, além de outras problemáticas atreladas a prática pedagógica de qualidade. Por exemplo, as condições de trabalho deficitárias que dificultam o atendimento a necessidade de uma educação diferenciada e que esteja de acordo com as especificidades dessas comunidades, “um sistema de ensino adequado a sua diversidade sociocultural, requerendo das redes as necessárias adaptações de organização e metodologias, e currículos que contemplem suas especificidades” (BRASIL, 1996).

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo do IFPA/Campus Breves tem por objetivo formar professores que possam dialogar com essa realidade e atender a essa necessidade, questão que já está sinalizado no Plano Municipal de Educação de Breves, ao destacar que:



“A valorização profissional é outro desafio constante para a SEMED, pois muitos educadores sofrem com sobrecarga de trabalho, isolamento, falta de estrutura física para trabalhar e morar, formação adequada. Outro problema refere-se aos espaços físicos das escolas do campo. A maioria não são padrões e funcionam em espaços improvisados, que são adaptados para sala de aula como igrejas e barracões”. (PME, 2015, p.163).

A formação adequada de professores para atuar na área rural está prevista no Decreto nº 7.352/2010 em que se institui a Política Nacional de Educação do Campo, e determina apoio da União aos sistemas de ensino para a formação específica para Educadores do campo que poderá ser feita “concomitantemente à atuação profissional de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (MOLINA, 2012, p 456.).

A Licenciatura em Educação do Campo, ao que se dispõe na LDB, no Decreto nº. 7.352/2010 atende as demandas apontadas pelo município de Breves. Nessa perspectiva, reafirma-se o papel do IFPA/Campus Breves para região do Marajó na promoção de mecanismos para formação de sujeitos que valorizem e reconheçam os sujeitos do campo, tendo como principais objetivos a formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização de suas diversidades socioculturais.

Nessa direção, este projeto corresponde aos desafios do município presente no Anexo Único da Lei nº 2.388/2015 (PME) em que se propõe, dentre outras questões, o “estudos e difusão de conhecimento e experiências sobre a pedagogia da alternância para referenciar currículos do sistema regular de ensino”; formação de professores; consolidação do Fórum de Educação do Campo, das Águas e das Florestas do Marajó e que visem superar os desafios da Educação do Campo brevese presentes no PME do município de Breves. Como estratégias o documento sugere,

“garantir através da PARFOR e outras instituições de ensino superior (UFPA, UFRA, IFPA, UEPA e as demais presentes no Município de Breves) com parceira da SEMED, a curto, médio e longo prazo, a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada permanente em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;” (p.167); elaborar e executar, coletivamente (corpo técnico da SEMED, universidades e os



professores do campo), o Plano de Formação dos Profissionais da Educação do Campo; promover e garantir a curto, médio e longo prazo formação continuada a todos os professores e demais profissionais da educação básica que atuam no atendimento educacional especializado (AEE) das escolas do campo.); Em regime de colaboração ofertar cursos de graduação em Educação do Campo (em pedagogia das águas, da Terra) e pós-graduação em Educação do Campo e Sustentabilidade” (PME, 2015, p. 167-169)

O IFPA/Campus Breves atende, portanto, a função social e formativa que estabelece a conexão entre o mundo acadêmico e o mundo rural. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que este projeto permite o fortalecimento das diretrizes previstas na Política Nacional de Educação do Campo de 2010, permitindo o desenvolvimento políticas públicas orientadas para a promoção do atendimento da educação local, por meio da formação de docentes para atuar na Educação do Campo, tão necessária a sociedade do Marajó. Este PPC visa formar Licenciados em Educação do Campo, área Ciências Humanas ou Ciências da Natureza, atendendo as necessidades das comunidades rurais.

A proposta pedagógica desenvolvida no curso é a Pedagogia da Alternância que nasce das experiências socioeducativas profissionais dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS). Esse método começou a tomar forma no ano de 1935 a partir de insatisfações, de um pequeno grupo de agricultores franceses, com o sistema educacional do seu país, que não atendia as especificidades da educação para o meio rural. A experiência Brasileira com a Pedagogia da Alternância começou no ano de 1969 no Estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras escolas agrícolas. Na região Norte e Nordeste, o movimento surgiu com o objetivo de reunir forças e romper o isolamento.

Assim, no ano de 1996, as lideranças dessas regiões fundaram a Associação Regional das Casas Familiar Rurais (CFR's) do Norte e Nordeste do Brasil (ARCAFAR – Norte e Nordeste), com um Conselho de Administração composto de representantes de diversos estados das Regiões Norte e Nordeste, eleitos em Assembleia Geral. Já o sistema de CFR na Amazônia Brasileira teve seu início no Estado do Pará, em 1994 no município de Medicilândia. O intuito era formar jovens agricultores, tendo como metodologia a Pedagogia da Alternância. Posteriormente foi criada a ARCAFAR Norte e Nordeste. As CFR's se espalharam pelo estado



com o apoio de convênios com o Governo do Estado, Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais.

Gimonet (2007), no livro *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS*, enfatiza as diferentes ferramentas pedagógicas que foram (re)inventadas pela pedagogia da alternância ao longo do funcionamento dos CEFFAS, que são elas: a Pesquisa Participativa, Plano de Formação, Plano de Estudo, Colocação em Comum, Fichas Pedagógicas, Intervenções Externas, Visita de Estudo, Caderno de Alternância, Unidades de Estudo e Produção(UEP'S), Visita as propriedades, Estágios, Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e Avaliação.

Para melhor entendimento das ferramentas pedagógicas, a seguir serão descritos os procedimentos de cada uma delas. No intuito de investigar como essas ferramentas pedagógicas se desenvolviam na Casa Familiar Rural do Mapuá, no município de Breves, Couto (2005) relata que a **Pesquisa Participativa** é o primeiro passo para a constituição de uma turma na CFR. É um roteiro de perguntas destinadas ao jovem candidato a aluno e sua família no intuito de se fazer um levantamento da realidade dos mesmos. O referido roteiro tem por objetivo unir comunidades em pontos estratégicos para se fazer reuniões de esclarecimentos sobre a pedagogia da alternância e a associação de famílias. Suprimida as dúvidas, o instrumento é elaborado coletivamente com a família, e segue para a seleção dos temas geradores que passam pela aprovação da assembleia familiar.

O **Plano de Formação** se constitui na planificação a partir dos temas aprovados, referendando os objetivos das temáticas na CFR e ao potencial econômico, hídrico, cultural, social, ambiental e etc., das comunidades do município. É pensado a partir da realidade local para se ampliar no contexto mundial. Essencialmente, este plano é elaborado por uma equipe pedagógica, num dado momento, com a colaboração dos pais e dos jovens e leva em conta os projetos de cada um dos alunos. Após esta definição, desdobram-se os conteúdos no núcleo comum.

O **Plano de Estudo (P. E.)** é o Plano maior que vai nortear um conjunto de alternâncias a ser realizado a cada final de Tempo Acadêmico, fomentando um diálogo entre jovens e



professores, no intuito de motivar os educandos a pensar no que estará sendo proposto para o próximo tema. Este procedimento realiza a reciprocidade entre o conhecimento empírico do jovem e sua família com o acúmulo teórico-técnico-científico. É através desta ferramenta que se faz a pesquisa familiar e/ou comunitária (re) significando a historicidade dos atores sociais. O primeiro dia na escola, após o término do Tempo Comunidade, realiza-se a **Colocação em comum** a partir das questões significativas orientadoras do P.E. Dessas questões, constituem-se os textos síntese com ampla discussão e debate. Neste ponto, o jovem relata a sua realidade, e, por conseguinte, é discutido em conjunto a partir do texto coletivo.

Toda essa ação pedagógica foi orientada a partir de referenciais bibliográficos, pesquisas, relatos, enfim, existe uma infinidade de situações que reunidas facilitaram a compreensão de determinado objeto do conhecimento. As **Fichas Pedagógicas** cumprem este papel e ainda são um elemento que tem por objetivo criar uma relação entre realidade e ciência (técnica). Estes são princípios que precisam ser expressos na ficha produzida pelos professores com a mediação da assessoria pedagógica, que são essenciais para dar conta do avanço técnico dos jovens e do conhecimento científico para determinada realidade e temática de estudo.

E em alguns momentos é possibilitado aos a **Visita de Estudo**, que se constitui em viver na prática uma experiência que deu certo em uma dada ação, de acordo com a temática geradora. A título de exemplo: Os discentes estudam sobre hortaliças, em uma propriedade próxima que tenha hortas onde os jovens tenham contato com esta realidade. Ainda neste sentido de ampliar as perspectivas, têm-se também as **intervenções Externas** que são complementações de pais ou de técnicos que irão subsidiar determinada semana de alternância escolar, conhecimentos estes, que deverão somar ao diálogo presente (nas aproximações teóricas e práticas) entre ministrante do tema e jovem.

Outras ferramentas que subsidiam diretamente o trabalho dos educadores são: o **Caderno da Realidade e o Caderno de Alternância**. O primeiro se refere a uma espécie de diário pedagógico do aluno em que o jovem registra toda a sua experiência técnica, da propriedade, do conhecimento do núcleo comum etc.; o segundo caderno tem a função de criar



um intercâmbio entre CFR e família, com espaço para os monitores, pais e jovens avaliarem e registram algumas considerações pertinentes ao estudo e processos interventivos na propriedade e na CFR.

Dentro do processo formativo escolar se tem também as **Unidades de Estudos e Produção (UEP's)** que são experiências realizadas na CFR, em que os jovens estudam e ao mesmo tempo praticam diferentes atividades produtivas durante as alternâncias e nos **estágios**. Estes, por sua vez, existem em cumprimento a uma formalidade legal atribuída ao estudante do ensino médio profissionalizante. Os estágios têm uma carga horária total de 360 horas a serem distribuídas entre estágios nas propriedades, estágios na CFR, estágios em instituições e em algumas situações estágios em experiências exitosas fora do município.

Outra atividade que se caracteriza como experiência prática são as **Visitas nos lotes familiares**, em que os professores conversam com as famílias e dão algumas orientações técnicas, com duração mínima de 4 horas em cada lote. Esta atribuição também faz parte do itinerário do **Projeto Profissional do Jovem (PPJ)**. Este último é constituído no terceiro ano do ensino médio profissionalizante para que o jovem concluinte possa realizar um tríplice e relacional ao projeto em sua propriedade, constando de estudo, análise e intervenção, que se traduz em um desafio que deve ser assumido por todos os atores envolvidos no processo de formação.

Para que as demais ferramentas pedagógicas alcancem os objetivos que as mesmas se propõem, é necessária a efetivação da ferramenta chamada **avaliação** que é realizada pelos educadores, pelos jovens (auto avaliação), pelo conselho e pelas famílias.

As CEFFAS trabalham a Pedagogia da Alternância no Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio Integrado ao Profissional, a maioria opta pela modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). No Ensino Superior, a Pedagogia da Alternância se apresentou, a priori, nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e no Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Mantiveram-se os períodos alternados entre Tempo Acadêmico e Tempo Comunidade. Entretanto, o Tempo



Acadêmico foi muito mais visado que o Tempo Comunidade, evidenciando-se assim a necessidade de um estudo aprofundado dos instrumentos da alternância (originais e novas versões) e sua melhor adequação a realidade da Educação Superior e mais especificamente a formação de professores do campo. Neste pressuposto, propõem-se as Orientações Metodológicas constantes neste PPC (páginas 153 a 174).

A Pedagogia da Alternância está entrelaçada na proposta Freiriana, que pressupõe a pesquisa socioantropológica e os temas geradores como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem (COUTO, 2015). A referida pedagogia, tendo uma conexão profunda com o pressuposto transformador proposto por Freire (1987), enfatiza os referidos temas transpostos a partir da leitura da realidade dos discentes. A metodologia de ensino adotada possui itinerários formativos, desdobrando-se e integrando-se entre si em Tempo Comunidade (TC) e Tempo Acadêmico (TA) como organização de tempos e espaços educativos.

Mas não é só nesse aspecto que o curso ousa e inova: quebrou-se a estrutura disciplinar como são trabalhados os conteúdos acadêmicos e se introduziu o trabalho interdisciplinar. O docente passa a trabalhar mais coletivo e mais integrado. Quebram-se muitas amarras e muitas barreiras, e o estudante será apto a exercer a docência numa área de conhecimento e não numa disciplina.

A intenção é criar um diálogo entre academia, formação docente, de gestores e coordenadores e práticas socioculturais. A formação integradora se orienta pela questão da formação necessária para o educador do campo atuar na Educação Básica (séries finais do Ensino Fundamental e Médio) em uma determinada área do conhecimento, com condições de dialogar com outras áreas, e na Coordenação e Gestão das Escolas do Campo, visando à construção de um processo educativo articulado aos interesses dos povos do campo.

A respeito da prática da estrutura curricular do curso, é importante assinalar que ela tem uma formação geral que pressupõe questões pertinentes à Educação do Campo em diálogo permanente com os diferentes campos do conhecimento – Geografia, História, Filosofia e Sociologia – que compõe a área das ciências sociais e Humanidades, e Física, Química e Biologia – que resulta da área de Ciências da natureza. Além disso, o desenvolvimento do



curso como já referido anteriormente, Tempo Comunidade e Tempo Acadêmico, estrutura e define aspectos da metodologia do ensino.

O regime de alternância Tempo Comunidade e Tempo Acadêmico tem em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo (MOLINA; SÁ, 2012, p.466). Afirma-se, a partir dessa metodologia, a valorização da interação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento produzido nas comunidades por meio de práticas e vivências socioculturais. Ao considerar as especificidades locais, o fomento da Educação do Campo, estabelece-se o diálogo com o conhecimento tradicional e as relações que se dialogam com os rios e as florestas. Nessa perspectiva, oportuniza-se o acesso à informação, à promoção da cidadania e da produção participativa da população local.

4. REGIME LETIVO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo está organizado em 08 (oito) semestres letivos (regime semestral), totalizando 4 (quatro) anos de curso, e a integralização deverá ocorrer entre, no mínimo, 4 (quatro) anos (48 meses), e no tempo máximo de até 6 (seis) anos (72 meses) (50% a mais que o tempo de formação mínima).

Serão oferecidas, anualmente, 60 (sessenta) vagas em regime de alternância pedagógica para a formação nos turnos matutino e vespertino. O curso possui uma carga horária total de 3.220 (três mil, duzentas e vinte) horas relógio. O mesmo será operacionalizado durante o ano letivo, em 05 (cinco) dias de aulas semanais, ou seja, de segunda à sexta, nos turnos matutino e vespertino.

No entanto, algumas atividades, como práticas pedagógicas, estágios supervisionados e reposições de aulas, serão desenvolvidas em sábados letivos. A modalidade de oferta é 100% presencial, dividindo-se em itinerários formativos, ou seja, Tempo Comunidade (TC) e Tempo Acadêmico (TA). Pretendendo atender as diferentes demandas do Tempo Comunidade e do Tempo Acadêmico. O curso será ofertado em período letivo regular, independente do ano civil, e obedecerá ao calendário acadêmico apresentado anualmente pela Pró-Reitoria de ensino-PROEN, e aprovado pelo conselho superior do IFPA.



5. OBJETIVO GERAL

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, comprometido em concretizar a missão institucional do IFPA campus Breves, tem por objetivo geral:

Formar educadores/as para docência interdisciplinar na área Ciências Humanas e sociais (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) ou Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) no âmbito dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA (anos finais) e também capazes de realizar gestão e coordenação nas instituições de educação básica no meio rural.

5.1 Objetivos Específicos

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, comprometido em concretizar a missão institucional do IFPA campus Breves, tem por objetivos específicos:

1. Formar e habilitar profissionais para exercer a docência na área das Ciências Humanas e Sociais ou Ciências da Natureza de forma interdisciplinar em escolas do meio rural;
2. Formar sujeitos que compreendam e pratiquem a Pedagogia da Alternância;
3. Preparar sujeitos que se em poderem de questões pertinentes a realidade sociocultural, política e educacional das comunidades rurais;
4. Transitar pelas fronteiras entre a sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas mediante a interdisciplinaridade;
5. Formar e habilitar profissionais para atuação na gestão dos processos educativos que acontecem nos espaços escolares e não-escolares no campo;
6. Preparar educadores para atuação nas escolas públicas de Educação Básica nas comunidades rurais;
7. Trabalhar os conteúdos em consonância com a necessidade do contexto no qual está inserido em sua atuação profissional;



8. Desenvolver a relação entre o campo teórico-conceitual das Ciências Humanas e Sociais/ Ciências da Natureza e as Ciências da Educação, considerando especialmente o contexto das áreas rurais na região do Marajó;
9. Propiciar formação para a problematização e intervenções pedagógicas no campo, com base nos princípios e técnicas agroecológicas, visando à sustentabilidade das comunidades;
10. Propiciar a articulação entre os movimentos e organizações sociais locais na busca de alternativas coletivas para a vida no campo na atualidade;
11. Contribuir para a superação da evasão escolar no campo, reconhecendo a importância de uma educação do e no campo como necessária para o desenvolvimento local;
12. Fortalecer a relação entre Educação do e no Campo, desenvolvimento territorial e desenvolvimento econômico-social sustentável, a partir da escola e da formação de professores;
13. Qualificar a atuação dos educadores durante seu exercício profissional acerca das complexidades e diversidades dos ambientes e populações das comunidades rurais;
14. Desenvolver projetos pedagógicos de pesquisa e extensão como princípios na formação dos educadores;
15. Apropriar-se do debate atual sobre as finalidades da Educação Básica e em particular sobre a Educação do Campo;
16. Utilizar as ferramentas disponibilizadas pela tecnologia a fim de contribuir para ensino, pesquisa e extensão;
17. Refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.



6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Para o ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio. De acordo com as disposições previstas no Art. 141, Inciso I, do Regulamento Didático – Pedagógico do Ensino do IFPA, quando se tratar de cursos voltados para a Educação do Campo, das Águas e da Floresta, a forma de ingresso será, prioritariamente: “Realização de Processo Seletivo classificatório, por meio de edital, para candidatos egressos do ensino fundamental, médio ou superior”. O Parágrafo 2º do respectivo Regulamento legitima a realização de processo seletivo classificatório por meio de edital para o curso de educação do campo (Art. 141, Regulamento Didático – Pedagógico do Ensino do IFPA, 2015, p. 70).

Dessa forma, o ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo será por processo seletivo determinado com edital específico, tendo como etapas que poderão ser utilizadas no referido processo a Prova e a Entrevista. A opção pela área do conhecimento (Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza) se dá no ato de inscrição do processo seletivo.

A seleção obedecerá ao disposto na Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências e suas atualizações; com atendimento prioritário dos seguintes públicos:

1) Populações do Campo (como definido pelo Decreto nº 7.352/2010 que dispõem sobre a Política Nacional de Educação do Campo) Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Assentados e Acampados da Reforma Agrária, Trabalhadores Assalariados Rurais, Quilombolas, Caiçaras, Povos da Floresta e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural, como por exemplo, os agroextrativistas pertencentes às Reservas Extrativistas e outros territórios rurais marajoaras;

2) Interessados em formação voltada para o campo.



7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Pretende-se com o percurso formativo dos profissionais da educação que eles sejam capazes de:

- 1) exercer a docência multidisciplinar, a partir de uma das áreas de conhecimento;
- 2) participar da gestão de processos educativos escolares; e
- 3) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática docente.

Assim, a formação deve contemplar:

- a) Construção curricular que contemple e articule uma sólida formação do educador nos princípios éticos e sociais próprios à atuação como profissionais da educação (e particularmente da Educação do Campo), na compreensão teórica e prática dos processos de formação humana (e particularmente dos processos sociais formadores dos sujeitos do campo), nas pedagogias, metodologias e didáticas próprias à gestão de processos educativos e ao trabalho com os sujeitos da educação básica (especialmente infância, adolescência e juventude) e nos conteúdos pertinentes às áreas de conhecimento, e em especial na área escolhida para sua atuação docente específica.
- b) Organização dos componentes curriculares por áreas do conhecimento e trabalho pedagógico interdisciplinar (incluindo dentro das possibilidades também à docência multidisciplinar), de modo que os estudantes-educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica metodológica para a qual estão sendo preparados.
- c) Ênfase na pesquisa como princípio educativo, como processo desenvolvido ao longo do curso e integrador de outros componentes curriculares, culminando na elaboração de um trabalho de conclusão do curso.
- d) Processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educadores em suas práticas educativas e em suas vivências socioculturais.

8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

O Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo tem como metodologia de ensino a Pedagogia da Alternância que se compõe de Tempo Comunidade e Tempo Acadêmico, o mesmo está estruturado em 08 (oito) semestres letivos e possui um total de 3.220 horas relógio. Esta carga horária está distribuída em: Tempo Acadêmico 2.102 h/r; Tempo Comunidade 518 h/r; Extensão 320 h/r.

Figura 1 – Gráfico da Síntese da Carga Horária total do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

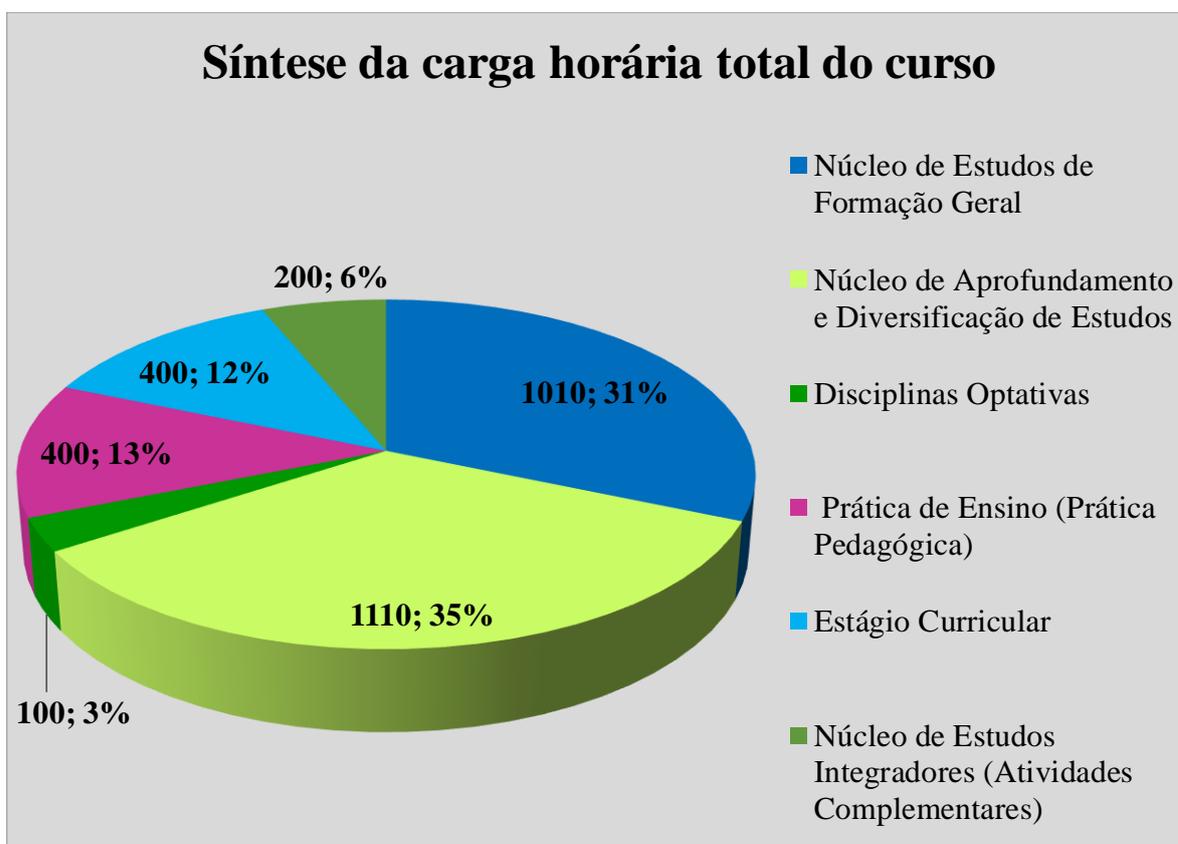
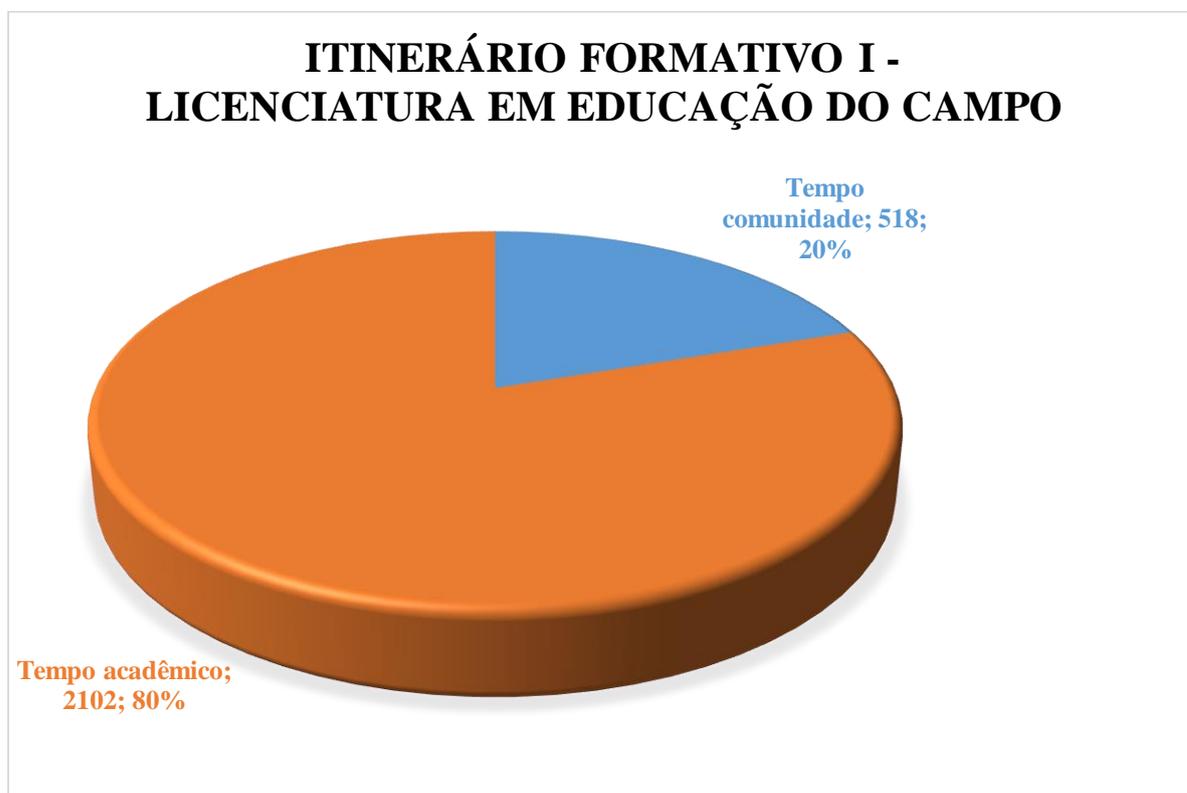


Figura 2 – Gráfico demonstrativo da distribuição da carga horária total do curso de Licenciatura em Educação do Campo.





9. MATRIZ CURRICULAR

QUADRO 01: MATRIZ CURRICULAR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL

NÚCLEO	EIXO TEMÁTICO	COMPONENTES CURRICULARES	CH TA	CH TC	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			CH TOTAL	N/C
					CH TEOR	CH PRAT	CH EXT		
NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL (ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E CIÊNCIAS DA NATUREZA)	1º HISTÓRIA DE VIDA E CONSTRUÇÃO DE SABERES	Pedagogia da Alternância	40	10	36	10	4	50	N
		Educação do campo: História, memórias e Saberes agroflorestais	40	10	40	10	–	50	N
		Metodologia Científica	40	10	40	10	–	50	N
		Saberes Tradicionais e Produção de Novidades	32	8	20	16	4	40	N
		Acolhimento: Tempo acadêmico interdisciplinar	30	–	26	–	4	30	N
		Projeto Integrador I	24	6	8	22	–	30	N
		Prática Pedagógica I	40	10	20	30	–	50	N
		SUBTOTAL	246	54	190	98	12	300	
	2º TERRITÓRIO TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL	Geoantropologia: Atores, espaços, território e territorialidade no campo	32	8	32	6	2	40	N
		Saneamento e Saúde pública no Campo	32	8	18	14	8	40	N
		Gestão e organização das escolas do Campo	32	8	28	8	4	40	N
		Currículo, Território e Territorialidade	32	8	28	8	4	40	N
		Educação Especial e Inclusão no Meio Rural	32	8	30	8	2	40	N
		Língua Brasileira de Sinais (Libras)	32	8	30	8	2	40	N
		Projeto Integrador II	24	6	8	18	4	30	N
	Prática Pedagógica II	40	10	36	6	8	50	N	
		SUBTOTAL	256	64	210	76	34	320	
	3º AGROECOSSISTEMA S FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Agroecossistemas amazônicos, sustentabilidade e desenvolvimento local	32	8	30	8	2	40	N
		Cultura Afroindígena do Marajó	40	10	40	6	4	50	N
		Desenvolvimento rural e modernização na Amazônia	32	8	30	8	2	40	N
		Equipe diretiva: coordenadores e gestores escolares do campo	40	10	40	8	2	50	N
		Educação e Direitos humanos	40	10	40	2	8	50	N
	Pesca e Aquicultura na Amazônia	32	8	16	14	10	40	N	



	Informática aplicada aos sistemas produtivos	32	8	30	8	2	40	N
	Projeto Integrador III	24	6	8	18	4	30	N
	Prática pedagógica III	40	10	36	6	8	50	N
	SUBTOTAL	312	78	270	78	42	390	
CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL		814	196	670	252	88	1.010	

QUADRO 02: MATRIZ CURRICULAR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - NÚCLEO DE APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

NÚCLEO	EIXO TEMÁTICO	COMPONENTES CURRICULARES	CH TA	CH TC	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			CH TOTAL	N/C
					CH TEOR	CH PRAT	CH EXT		
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIDADE DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	4º ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARAJOARA	Epistemologia Ambiental Ecologia dos saberes e Educação do Campo	40	10	40	8	2	50	N
		O negro e o indígena na História ensinada na Amazônia	40	10	30	18	2	50	N
		Ética e Educação do Campo	40	10	40	8	2	50	N
		Antropologia cultural e saberes tradicionais	40	10	40	8	2	50	N
		Desenvolvimento, Etnodesenvolvimento e Conflitos agrários na Amazônia.	40	10	38	8	4	50	N
		Estatística na Educação do Campo	40	10	50	–	–	50	N
		Projeto Integrador IV	24	6	12	14	4	30	N
		Prática Pedagógica IV	40	10	18	24	8	50	N
		SUBTOTAL	304	76	268	88	24	380	
	5º POPULAÇÕES DO CAMPO, ÁGUAS, FLORESTAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Sociologia Rural: Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade	40	10	40	8	2	50	N
		Tempos de Vida: Infância, juventude e identidade na educação do campo	40	10	38	8	4	50	N
		Sociologia Política	40	10	40	8	2	50	N
		Movimentos sociais no campo	40	10	40	8	2	50	N
		Filosofia política	40	10	40	8	2	50	N
		Estágio de Docência: ciências humanas e sociais I	–	–	–	–	–	100	N
Projeto Integrador V		24	6	8	18	4	30	N	



		Prática Pedagógica V	40	10	18	24	8	50	N
		SUBTOTAL	264	66	224	82	24	430	
6º CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO		TCC I	32	8	32	8	-	40	N
		História da Amazônia	40	10	40	2	8	50	N
		Optativa I	40	10	40	2	8	50	N
		Geografia da Amazônia	40	10	40	2	8	50	N
		As Ciências Humanas e Sociais na Perspectiva Interdisciplinar da Educação do Campo - Filosofia e Sociologia	32	8	20	12	8	40	N
		As ciências Humanas e Sociais na Perspectiva Interdisciplinar da Educação do Campo- História e Geografia	32	8	20	12	8	40	N
		Estágio de Docência Ciências Humanas e Sociais II	-	-	-	-	-	100	N
		Projeto Integrador VI	24	6	8	18	4	30	N
		Prática Pedagógica VI	40	10	18	18	14	50	N
			SUBTOTAL	280	70	218	74	58	450
7º DIVERSIDADE E PRÁTICA EDUCATIVA DO CAMPO		TCC II	32	8	18	20	2	40	N
		Educação e diversidade na Amazônia marajoara: gênero, raça e etnia	40	10	38	2	10	50	N
		Educação ambiental	40	10	40	2	8	50	N
		Arte como mediação cultural e social	40	10	40	2	8	50	N
		Estágio de docência ciências humanas III	-	-	-	-	-	100	N
		Projeto Integrador VII	24	6	8	8	14	30	N
		Prática Pedagógica VII	40	10	18	18	14	50	N
		SUBTOTAL	216	54	162	52	56	370	
8º FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO DO CAMPO		Teoria e Prática de História	40	10	40	-	10	50	N
		Sociologia da Educação	40	10	40	-	10	50	N
		Filosofia da educação e dos saberes docentes	40	10	40	-	10	50	N
		Optativa II	40	10	40	2	8	50	N
		Estágio de Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	-	-	-	-	-	100	N
		Prática Pedagógica VIII	40	10	38	-	12	50	N
		Seminário Integrador de Pesquisa	24	6	10	-	20	30	N
			SUBTOTAL	224	56	208	2	70	380



CH DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO (CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)		1.288	322	1.080	298	232	2.010	–
CH TOTAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL		814	196	670	252	88	1.010	
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES	Atividades Complementares	–	–	–	–	–	200	C
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		2.102	518	1.750	550	320	3.220
ROL DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	Comunicação e Extensão rural	40	10	40	2	8	50	N
	Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo	40	10	40	2	8	50	N
	Governança florestal e manejo de recursos florestais	40	10	40	2	8	50	N
	Multimeios didáticos	40	10	40	2	8	50	N
	Geoprocessamento ambiental	40	10	40	2	8	50	N

Legenda:

CH TEOR = Carga Horária Teórica

CH PRAT = Carga Horária Prática (descontada a carga horária de extensão)

CH EXT = Carga Horária de Extensão

CH EAD = Carga Horária de Educação à Distância

CH Total = Carga Horária Total (hora relógio)

N/C = Nota/Conceito (definição do tipo de avaliação em cada disciplina, se por nota ou conceito)



**QUADRO RESUMO – DISCIPLINAS DAS CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS**

Classificação dos Componentes Curriculares	CH Total
Disciplinas Obrigatórias	2.040
Disciplinas Optativas	100
Prática de Ensino (Prática Pedagógica)	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Trabalho de Conclusão de Curso	80
Núcleo de Estudos Integradores (Atividades Complementares)	200
Total	3.220



QUADRO 03: MATRIZ CURRICULAR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - NÚCLEO DE APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

NÚCLEO	EIXO TEMÁTICO	COMPONENTES CURRICULARES	CH TA	CH TC	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			CH TOTAL	N/C
					CH TEOR	CH PRAT	CH EXT		
NÚCLEO DE APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	4º ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARAJOARA	Transformações Químicas na Natureza e no Sistema Produtivo	40	10	40	6	4	50	N
		Física e Meio Ambiente	40	10	40	6	4	50	N
		Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável	40	10	40	6	4	50	N
		Etnobiologia e Etnoecologia	40	10	40	6	4	50	N
		Etnomatemática	40	10	40	6	4	50	N
		Ciências no Ensino Fundamental: Ser Humano e Saúde	40	10	40	6	4	50	N
		Projeto Integrador IV	24	6	12	14	4	30	N
		Prática Pedagógica IV	40	10	20	26	4	50	N
		SUBTOTAL	304	76	272	76	32	380	
	5º POPULAÇÕES DO CAMPO, ÁGUAS, FLORESTAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	A Química dos Recursos Hídricos	36	9	36	6	3	45	N
		Dinâmica dos Fluídos e das Ondas no Ecossistema Amazônico	28	7	28	4	3	35	N
		Educação Agroflorestal	36	9	36	6	3	45	N
		Química Ambiental	28	7	28	4	3	35	N
		Ciências no Ensino Fundamental: Vida e Ambiente	36	9	36	6	3	45	N
		Limnologia dos Ecossistemas Amazônicos	36	9	36	5	4	45	N
		Estágio de Docência Ciências da Natureza I	–	–	–	–	–	100	N
		Projeto Integrador V	24	6	8	18	4	30	N
		Prática Pedagógica V	40	10	20	26	4	50	N
		SUBTOTAL	264	66	228	75	27	430	
	6º CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO	Optativa I	40	10	40	2	8	50	N
		Introdução à Epistemologia das Ciências da Natureza	40	10	40	2	8	50	N
		Princípios de Química no currículo da educação do campo	40	10	40	2	8	50	N
		Física Conceitual	24	6	25	2	3	30	N



		Construindo Conhecimentos de Biologia	40	10	40	2	8	50	N
		TCC I	32	8	32	8	0	40	N
		Estágio de Docência Ciências da Natureza II	–	–	–	–	–	100	N
		Projeto Integrador VI	24	6	8	4	18	30	N
		Prática Pedagógica VI	40	10	20	22	8	50	N
		SUBTOTAL	280	70	245	44	61	450	
	7º DIVERSIDADE E PRÁTICA EDUCATIVA DO CAMPO	Evolução, Ecologia e Antropia	36	9	36	2	7	45	N
		Natureza, Agricultura e Desenvolvimento humano	24	6	21	2	7	30	N
		Olericultura nas Escolas do Campo	32	8	30	2	8	40	N
		Manejo Agroecológico do Solo	28	7	26	2	7	35	N
		TCC II	32	8	18	20	2	40	N
		Estágio de Docência Ciências da Natureza III	–	–	–	–	–	100	N
		Projeto Integrador VII	24	6	8	8	14	30	N
		Prática Pedagógica VII	40	10	20	22	8	50	N
		SUBTOTAL	216	54	159	58	53	370	
	8º FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO DO CAMPO	Estatística para a Educação do Campo	32	8	32	–	8	40	N
		Matemática Aplicada às Ciências Naturais	32	8	32	–	8	40	N
		Instrumentação do Ensino de Ciências	24	6	24	–	6	30	N
		Laboratório de Ensino em Ciências Naturais	32	8	35	–	5	40	N
		Optativa II	40	10	40	2	8	50	N
		Estágio de Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	–	–	–	–	–	100	N
		Prática Pedagógica VIII	40	10	20	26	4	50	N
		Seminário Integrador de Pesquisa	24	6	10	–	20	30	N
		SUBTOTAL	224	56	193	28	59	380	
		CH DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO (CIÊNCIAS DA NATUREZA)	1.288	322	1.104	281	232	2.010	
		CH TOTAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	814	196	670	252	88	1.010	



NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES	Atividades Complementares	-	-	-	-	-	200	C
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2.102	518	1.774	533	313	3.220	

ROL DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	Comunicação e Extensão rural	40	10	40	2	8	50	N
	Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo	40	10	40	2	8	50	N
	Governança florestal e manejo de recursos florestais	40	10	40	2	8	50	N
	Multimeios didáticos	40	10	40	2	8	50	N
	Geoprocessamento ambiental	40	10	40	2	8	50	N

Legenda:

CH TEOR = Carga Horária Teórica

CH PRAT = Carga Horária Prática (descontada a carga horária de extensão)

CH EXT = Carga Horária de Extensão

CH EAD = Carga Horária de Educação à Distância

CH Total = Carga Horária Total (hora relógio)

N/C = Nota/Conceito (definição do tipo de avaliação em cada disciplina, se por nota ou conceito)



QUADRO RESUMO – DISCIPLINAS DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Classificação dos Componentes Curriculares	CH Total
Disciplinas Obrigatórias	2.040
Disciplinas Optativas	100
Prática de Ensino (Prática Pedagógica)	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Trabalho de Conclusão de Curso	80
Núcleo de Estudos Integradores (Atividades Complementares)	200
Total	3.220



Síntese da Carga Horária

FORMAÇÃO GERAL E CIÊNCIAS HUMANAS	TA	TC	CH/R (60 min)
1º Semestre	246	54	300
2º Semestre	256	64	320
3º Semestre	312	78	390
4º Semestre	304	76	380
5º Semestre	264	66	330
6º Semestre	280	70	350
7º Semestre	216	54	270
8º Semestre	224	56	280
Estágio Curricular Supervisionado	–	–	400
Atividades Complementares	–	–	200
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.102	518	3.220

FORMAÇÃO GERAL E CIÊNCIAS DA NATUREZA	TA	TC	CH/R (60 min)
1º Semestre	246	54	300
2º Semestre	256	64	320
3º Semestre	312	78	390
4º Semestre	304	76	380
5º Semestre	264	66	330
6º Semestre	280	70	350
7º Semestre	216	54	270
8º Semestre	224	56	280
Estágio Curricular Supervisionado	–	–	400
Atividades Complementares	–	–	200
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.102	518	3.220

SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Descrição das atividades	Hora Relógio
Núcleo de Estudos de Formação Geral	1.010
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1.110
Disciplinas Optativas	100
Estágio Supervisionado	400
Prática Profissional	400
Atividades Complementares	200
TOTAL	3.220



10. EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO

10.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral (Área das Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza)

1º Semestre- HISTÓRIA DE VIDA E CONSTRUÇÃO DE SABERES

1º SEMESTRE

EIXO: HISTÓRIA DE VIDA E CONSTRUÇÃO DE SABERES

DISCIPLINA: Pedagogia da Alternância	CH/R 50	CH/TEOR 40	CH/PRAT 10	CH/EXT -
<p>EMENTA: 1. A pedagogia da alternância da França ao Brasil. 2. O percurso histórico metodológico no contexto brasileiro. 3. Os temas geradores propostos por Paulo Freire. Os instrumentos da Pedagogia da alternância 4. As casas Familiares Rurais e as Escolas Familiares Agrícolas. 5. A reinvenção da alternância nas Universidades e Institutos Federais. 6. Dialogo intercultural entre saberes. 7. Identidade, memória e interdisciplinaridade. 8. Conhecimento empírico e científico. Relação educação, homem-natureza e saberes agroflorestais.</p>				
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>COUTO, J. Japiim do Mapuá: Educação Agroflorestal. Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Caderno Pedagógico (Produto- Mestrado), ano 2015.</p> <p>GIMONET, G. A Alternância na Formação, um Caminhar no Coração da Complexidade. Puerto Iguazú (AR) / Foz do Iguaçu (BR): Arcafarsul, 2011.</p> <p>MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários a educação do futuro.- 2ªed – São Paulo: Cortez: Brasília, 2011.</p>				
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.</p> <p>QUEIROZ, J.; SILVA, V.; PACHECO, Z. (Org.). Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo - Goiânia: Ed. Universa, 2006.</p>				



SANTOS, B. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Editora: trilce, Montevideo-Uruguay, 2006.

Entre águas e florestas alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Dissertação (Mestrado), ano 2015.

Alternância em Gurupá: Modelo alternativo de desenvolvimento local. UFPA, Belém: 2009.

DISCIPLINA: Educação do campo: História, memórias e Saberes agroflorestais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	10	-

EMENTA: 1. História da Educação do Campo. 2. Luta por uma educação mais democrática no contexto dos movimentos sociais das populações rurais na Amazônia. 3. valorização das memórias e dos saberes agroflorestais produzido pelas comunidades rurais do Marajó das águas e das florestas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, W.; OLIVEIRA, D.; SILVA, É. (orgs). **Educação Ribeirinha. Saberes, vivências e formação no campo**. 2ª edição. GEPEIF-UFPA. Belém, 2013.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

COUTO, J. **Japiim do Mapuá**: Educação Agroflorestal. Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Caderno Pedagógico (Produto- Mestrado), 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. (org). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Parecer CNB/CEB nº 36/2001**: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de dezembro de 2011.

FERNANDES, B. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.



GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. - 4ª ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 2009.

MOLINA, M.; FERNDARES, B. **O Campo da Educação do Campo: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**, Brasília, v. 5, 2004.

DISCIPLINA: Metodologia Científica	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	10	-

EMENTA: 1. Métodos, técnicas e Procedimentos oficiais na elaboração de trabalhos científicos. 2. Diretrizes para a leitura, análise, Interpretação e Produção de textos utilizando a linguagem científica. 3. Trabalho acadêmico: Orientações Gerais .4. A documentação como método de estudo pessoal. 5. Diretrizes para a realização de seminário.6. Pesquisa, Ensino e Extensão no IFPA. 7. Modalidades e Metodologias da Pesquisa Científica. 8. A pesquisa ação e pesquisa participante. 9.Elaboração de Projetos. 10. Elaboração de Artigos Científicos. 11. Noções Básicas sobre Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 1991.

PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981. BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



DISCIPLINA: SABERES TRADICIONAIS E PRODUÇÃO DE NOVIDADES	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	20	16	4
<p>EMENTA: 1. Criatividade e inovação na produção de novidades no mundo rural. 2. Manifestações artísticas como canal de expressão da sensibilidade criadora. 3. Relação dialética entre tradição e modernidade. 4. Saberes artísticos e meio ambiente. 5. Produção de artesanato em comunidades rurais marajoaras.</p>				
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>SCHAAN, Denise Pahl. A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997</p> <p>LIMA, Maria Dorotéia de; PANTOJA, Vanda (Orgs). Marajó: culturas e paisagens. Belém: 2ª SR/IPHAN. 2008.</p> <p>SCHNEIDER, Sergio e GAZOLLA, Marcio (Org.). Os atores do Desenvolvimento Local: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.</p>				
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>JARDIM, Ninon Rose Tavares. Mulheres entre enfeites & caminhos: cartografia de memórias em saberes e estéticas do cotidiano no Marajó das florestas (S.S. da Boa Vista - PA) Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Programa de Pós-Graduação em Artes, Belém, 2013.</p> <p>_____. Design e Artesanato: Relatos de uma Experiência em São Sebastião da Boa Vista - Ilha do Marajó/Pará/Brasil. 4º CIPED, 2007. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: AEND-BR, 2007.</p> <p>LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica uma Poética do Imaginário. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Adriana Corrêa de. Nazaré Oliveira uma educadora marajoara. Dissertação (Mestrado) em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.</p> <p>SCHAAN, Denise Pahl. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. Habitus, v. 5, p. 99-117, 2007.</p>				



DISCIPLINA: Acolhimento: Tempo acadêmico interdisciplinar	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	26	---	04

EMENTA: 1. Aula Inaugural. Apresentação do Instituto Federal Campus de Breves para os discentes. 2. Socialização do PPC do curso da Educação do Campo. 3. Discussões sobre o funcionamento dos itinerários formativos: Tempo Comunidade e Tempo Escola. 4. Apresentação do Projeto Integrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. **Educação do Campo: Desafios para a formação de professores.** 2. ed.- Belo Horizonte: Autentica editora, 2011.

GIMONET, G.: **A Alternância na Formação, um Caminhar no Coração da Complexidade.** Puerto Iguazú (AR) / Foz do Iguaçu (BR): Arcafarsul, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ, CAMPUS BREVES. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo,** 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZIMERMAN, D.; OSORIO, L. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUEIROZ, J.; SILVA, V.; PACHECO, Z. (Org.). **Pedagogia da Alternância:** construindo a educação do campo - Goiânia: Ed. Universa, 2006.

SANTOS, B. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Editora: trilce, Montevideo-Uruguay, 2010.

_____. **Entre águas e florestas alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Dissertação (Mestrado), ano 2015.

DISCIPLINA: Projeto Integrador I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	8	---	22

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Brasília: Plano, 2002.



BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

LUCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar**: Fundamentos Teórico Metodológicos. Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994. LUCKESI, Cipriano. Prática docente e avaliação. R.J: ABT, 1990 (Série Estudos e Pesquisas, No. 44).

PERNAMBUCO, M. **Significações e Realidade**: conhecimento. In: Pontuschka, Nídia Nacib (Org.) Ousadia no diálogo: a interdisciplinaridade na escola pública. In: São Paulo: Loyola, 1993.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	30	-

EMENTA: 1. Educador do Campo e Identidade. 2. Trajetória Histórico social do educador do campo. 3. Constituição da docência a partir do exercício profissional escolar e das práticas socioculturais. 4. Saberes docentes. 5. Memorial docente. 6. Prática Pedagógica na educação do campo das águas e das florestas. 2. A Prática Pedagógica e a relação com os saberes e vivências das comunidades tradicionais. 3. Interdisciplinaridade e relação homem-natureza na perspectiva sistêmica e holística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários a prática educativa. São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro**.- 2ªed – São Paulo: Cortez: Brasília, 2011.



TOLEDO, Victor M. BARREIRA-BASSOLS. **A memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. **Currículo, Território em Disputa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural.** In: Congresso. Brasileiro de Agroecologia, 3, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CBA, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MORIN Edgar. **Educação e Complexidade: Os setes saberes e outros ensaios.**- 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

2º Semestre-TERRITÓRIO TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DISCIPLINA: Geoantropologia: Atores, espaços, território e territorialidade no campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	32	06	02

EMENTA: 1. Amazônia, a geografia de conflitos. 2. Conflitos agrários étnicos na Amazônia brasileira. 3. Território e territorialidades. 4. Regularização territorial na Amazônia. 5. Políticas públicas para o campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEERTZ, C. **O saber local** – novos ensaios em Antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, C. **No mar, nos rios e na fronteira.** Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA - Editora Universitária UFPA, Vol. 1, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALVEZ, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. 3549 p.: il., gráfs., mapas color.

BATISTELA, Airton; BONETI, Lindomar. A relação homem / natureza no pensamento moderno. In: Anais Educere, 2008. MOTA, Giovane; [et al.]. **Caminhos e Lugares da Amazônia: Ciência, natureza e territórios**. 1ª ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

DA MATTA, R. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. **Pesca e Territorialidades**: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira. – 1ª ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2011.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DISCIPLINA: Saneamento e Saúde Pública no Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	18	14	8

EMENTA: 1. Saneamento no campo: problemas enfrentados pelas comunidades; características quantitativas e qualitativas das águas residuárias; sistemas unifamiliares simplificados para coleta, tratamento e disposição dos esgotos no meio ambiente; coleta e disposição dos resíduos sólidos em zonas rurais e pequenas comunidades. 2. Aspectos de sustentabilidade dos sistemas de saneamento em áreas rurais (introdução, sustentabilidade, a comunidade, o gerenciamento dos sistemas pela comunidade de forma sustentável em termos de operação e de manutenção; perspectivas, desempenho sustentável das tecnologias de saneamento de água, esgoto e resíduos sólidos em áreas rurais). 3. Políticas públicas de saúde no Brasil. 4. Saúde e ambiente: noções de doenças infecciosas e parasitárias. 5. Noções de entomologia médica aplicada a região norte: doenças emergentes e re-emergentes. 6. Fatores responsáveis pela emergência e re-emergência das doenças. 7. Medidas de controle de doenças. 8. Saúde alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. FUNASA. **Manual de saneamento**. 4ª ed. Brasília: FUNASA, 2016.

PENA, G. **Doenças infecciosas e parasitárias**: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle – guia de bolso. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 1998, 220p.



PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Manole, 2005, 833p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. **Introdução à epidemiologia moderna.** 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed; Salvador: APCE Produtos do Conhecimento; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

LEITE, D. **Lutas e resistências em Breves-Marajó-Pará: um estudo do Movimento pelo Direito ao Uso da Água.** In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz – MA: UFMA, 20-23, ago. 2013.

MENDES, Armando. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIGNATTI, M. **Saúde e Ambiente: As Doenças Emergentes no Brasil.** Ambiente & Sociedade. v. 7, n. 1, p. 133-147, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100008>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade da água e ao tratamento de esgotos.** 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DISCIPLINA: Gestão e organização das escolas do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	28	08	04

EMENTA: 1. Gestão educacional a partir dos pressupostos do Estado Moderno no Brasil. 2. Constituição Federal de 1988. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (L.D.B. nº 9.394/1996). 4. Gestão da escola básica. 5. Princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. 6. Direção escolar e a constituição das equipes pedagógicas. 7. Gestão participativa. 8. Trabalho coletivo como princípio do processo educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola Teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

_____. Lei nº 9.394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF: MEC, 1996.

LUCK, Heloísa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 27 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. – 17 ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2000.

DISCIPLINA: Currículo, Território e Territorialidade	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	28	08	04

EMENTA: 1. Teorias de Currículo: Diferentes Conceitos e Perspectivas. 2. Dimensões históricas, política e social do currículo. 3. Questões normativas e legais na definição dos currículos. 4. Seleções de conteúdos e formas de organização do currículo. 5. O processo de organização de currículos: relações de poder, conflitos, disputas e alianças. 6. Currículo como território-fronteira de trabalho e de avanços na formação de autonomias. 7. Currículo, Culturas e identidades profissionais. 8. Desafios para promoção de uma educação democrática e emancipatória. 9. Currículo e Formação de Professores. 10. Currículo, território e territorialidade na Amazônia Marajoara. 11. Currículo e Projetos Políticos Pedagógicos, Plano de Disciplina e demais Experiências Curriculares no ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima de Almeida (org). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**- Belo Horizonte: autêntica: 2012.

ARROYO, Miguel G. **Currículo território em disputa**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (org.) **A educação, o currículo e a formação de professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALVES, Nilda. ET. Al. (org). **Criar Currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002. APLPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

LOPES, Alice Casimiro Lopes e MACEDO, Elizabeth (orgs). **Política de Currículos em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Currículo: Debates Contemporâneos**. - 3ª ed. São Paulo. Cortez:2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DISCIPLINA: Educação Especial e Inclusão no Meio Rural	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	08	02

EMENTA: 1. Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. 2. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento. 3. Paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. 4. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. 5. Políticas públicas para Educação Inclusiva na cidade e no meio rural. 6. Legislação Brasileira: o contexto atual. 7. Acessibilidade à escola e ao currículo. 9. Tecnologia Assistiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EMÍLIO, S. **Grupos e Inclusão Escolar: sobre laços, amarras e nós**. São Paulo: Paulus, 2008.

ERNANDES, E. **Educação para todos-saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências**. Revista Benjamin Constant. n. 14, ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999. LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

_____. & NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 22-27, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, L. **Saber cuidar: Ética do Humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.



BRASIL. **Declaração de Salamanca**. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 junho de 2014.

_____. Decreto N° 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível no site www.mec.gov.br/seesp/pdf/res2_b.pdf, acessado em abril/2015.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (Libras)	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	08	02

EMENTA: 1. O percurso da inclusão da Língua Brasileira de Sinais nos currículos das escolas brasileiras. 2. A linguística aplicada da língua Brasileira de sinais. 3. Os princípios e processos da orientação, articulação, movimento, simetria e configurações da língua de sinais. 4. A linguagem visual e gestual. 5. O processo de comunicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILA, Fernando César, RAFAEL, Walkria Duarte. **Dicionário ilustrado**. Edusp – SP 2000.

QUADROS, Ronice. **Educação de Surdos**: A aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed 2004.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: Uma viagem ao mundo dos surdos. SP: Companhia Das Letras 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, L – **Saber cuidar**: Ética do Humano-compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 junho de 2014.

_____. Decreto N° 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



LINGUAGEM DE SINAIS. **A imagem do Renascimento.** – Editora escala Ltda. – São Paulo – SP. 2. Revista Espaço – ISES – periódico Semestral 3. Revista Portal – Arqueiro (Semestral) – relatório de experiência de atendimento. 4. SITES: www.feneis.org.br www.dicionariolibras.com.br.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DISCIPLINA: Projeto Integrador II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	8	18	04
EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Plano, 2002.				
BRANDÃO, C. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.				
BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.				
COSTA, M. Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.				
DIAS, C. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.				
FERNANDES, B. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.				



MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). **Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação**. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Educação, território e territorialidade. 2. Territórios educativos na educação do campo. 3. Práticas pedagógicas no Campo e na cidade. 4. Cartografia da educação do campo. 4. Educação e desenvolvimento local. 4. Projetos de aprendizagem na Amazônia Marajoara

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa**. São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

MOREIRA, Roberto J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

CARVALHO, Horácio M. **O campesinato no século XI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.



OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

3º SEMESTRE

EIXO: AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO RURAL

DISCIPLINA: Agroecossistemas amazônicos, sustentabilidade e desenvolvimento local	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	08	02

EMENTA: 1. Lógicas familiares de produção na Amazônia e processos de autonomia e sustentabilidade não reconhecidos nas políticas de desenvolvimento regional. 2. Os contextos socioeconômicos das pelas lógicas familiares na Amazônia e seus agroecossistemas: caminhos para um processo de desenvolvimento sustentável amazônico. 3. Elementos teóricos da agroecologia e suas possibilidades no desenvolvimento local sustentável para as distintas lógicas familiares de produção em meio rural e a sociedade amazônica. 4. O agroecossistema familiar como unidade de análise fundamental no enfoque agroecológico: uma nova perspectiva de sustentabilidade no contexto amazônico e as lógicas familiares (camponesas) de produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável** / Miguel Altieri, AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Agropecuária, 2002, 592p.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2ª ed., Guaíba: Agropecuária, 1999, 157 p.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento sustentável.** EMBRAPA/CPATU, Belém, 1994, 182p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, F. de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia.** Belém: SEPEQ / NAEA / UFPA, 1992, 81 p.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental.** Revista agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS, v.3, n° 1, Jan/Mar, 2002, p. 36-51.

LIMA, D. e POZZOBON, J. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social.** In: Dossiê Amazônia brasileira II, Estudos avançados, Vol. 19, n. 54, USP, São Paulo, 2005, p. 45-76.



NORGAARD, R. B. & SIKOR, T. **Metodologia e prática da agroecologia**. IN: **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável** / Miguel Altieri, AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Agropecuária, 2002, p. 53-83.

PINHEIRO, S. L. G. e SCHMIDT, W. **O enfoque sistêmico e a sustentabilidade da agricultura familiar**: uma oportunidade de mudar o foco de objetivos/sistemas físicos de produção para os sujeitos/complexos sistemas vivos e as relações entre o ser humano e o ambiente. In: Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Belém: UFPA/NEAF, 2001, 16p., CD-ROM.

DISCIPLINA: Cultura Afroindígena do Marajó	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	06	04

EMENTA: 1. História da presença negra e indígena na Amazônia. 2. A influência e a cultura afroindígena na região e especificamente no Marajó. 3. Relação entre Cultura e identidade como decorrente de um processo étnico, histórico e social. 4. Valorização das memórias, saberes e vivências da cultura afroindígena marajoara.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas da Ilha de Marajó, fascículo 07. Edição de Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UNAMAZ/NAEA/UFPA). In: **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série, Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. Belém, janeiro de 2006.

GARCIA, Renísia Cristina Garcia. **Identidade Fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005. BRASÍLIA: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SARRAF-PACHECO, Agenor. **Dísporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara**. Cadernos de História, v. 17, p. 27-63, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Alik Nascimento de e CUNHA, Luiz Carlos Cruz. **Face a Face**: Contatos Afroindígenas na Amazônia: Cultura, Identidade e Hibridismo na etnia Tembé Tenetehara – Alto Rio Guamá-Pa (1949- 2010). Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais. Belém: IFPA, 2011.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.



SARRAF- PACHECO. **História e literatura no regime das águas:** práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. *Amazônica: Revista de Antropologia (Impresso)*, v. Vol. 1, p. 406-441, 2009.

Agenor. **Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara.** Projeto História (PUCSP), v. 44, p. 197-226, 2012.

SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires. (Org.). **Muito além dos campos:** Arqueologia e História na Amazônia Marajoara. 1ªed. BELÉM: GKNORONHA, 2010, v. 01, p. 31-69.

DISCIPLINA: Desenvolvimento rural e modernização na Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	08	02

EMENTA: 1. Currículo como território-fronteira de trabalho e de avanços na formação de autonomias. 2. Currículo e a Culturas e de identidades profissionais. 3. Concepção de currículo como campo de disputa nos anos de 1970 e 1980 no Brasil. 4. Relações de poder que envolvem os currículos. 5. Desafios para promoção de uma educação democrática e emancipatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima de Almeida (org). **Territórios educativos na educação do campo:** escola, comunidade e movimentos sociais- Belo Horizonte: autentica: 2012.

ARROYO, Miguel G. **Currículo território em disputa.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (org.) **A educação, o currículo e a formação de professores.** Belém: EDUFPA, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Nilda. ET. Al. (org). **Criar Currículo no cotidiano.** São Paulo: Cortez, 2002. APLPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre:** Imagens e Auto-|Imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

LOPES, Alice Casimiro Lopes e MACEDO, Elizabeth (orgs). **Política de Currículos em múltiplos contextos.** São Paulo: Cortez, 2006.

Currículo: Debates Contemporâneos. - 3ª ed. São Paulo. Cortez:2010.



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DISCIPLINA: Equipe diretiva: coordenadores e gestores escolares do campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Coordenações em espaços escolares e não escolares. 2. Coordenação Pedagógica: definições e origens. 3. Coordenação Pedagógica e Cotidiano Escolar. 4. Construtivismo e Coordenação Pedagógica. 5. Fundamentos da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas. 6. Projeto Político-Pedagógico da escola. 7. Análise da sistemática de elaboração, aprovação e financiamento de projetos educacionais pelos órgãos governamentais e por agências internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Dalila. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 3 ed. - Petrópolis: Vozes, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2003.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, Vitor. **Administração escolar: introdução crítica.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: Educação e Direitos humanos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02



EMENTA: 1. Trata do conceito de Direitos Humanos. 2. Os desdobramentos históricos dessa perspectiva. 3. Multiculturalismo e Direitos Humanos e os debates contemporâneos. 4. A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. 5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. 6. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 7. Políticas e ações educacionais afirmativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

CANDAU, Vera M.; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; PAULO, Iliana; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS)**. Coleção Docência e Formação. Ed. Cortez. 1ª ed., São Paulo, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos - Práticas Pedagógicas e Fortalecimento da Cidadania**. Coleção Educação em Direitos Humanos. Ed.: Cortez, São Paulo, 2012.

ESTEVÃO, Carlos V. **Direitos humanos, justiça e educação**. Rev. Educação, Sociedade e Culturas, nº 25, 2007, 43-81.

OLIVEIRA, Erival da S. **Direito Constitucional e Direitos Humanos**. 2 ed. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SONIA, Kramer; BAZILIO, Luiz Cavalieri. **Infância, Educação e Direitos humanos**. Ed.: Cortez, 201, São Paulo.

DISCIPLINA: Pesca e Aquicultura na Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	16	14	10

EMENTA: 1. Conceitos básicos aplicados à pesca. 2. Histórico da pesca no mundo e no Brasil. 3. Classificação da pesca. 4. As artes, os apetrechos de pesca e as espécies capturadas. 5. A pesca na região Amazônica. 6. A



atual situação da pesca no Brasil, Pará e no Marajó; 7. Políticas públicas para a pesca no Brasil e no Pará. 8. Legislação aplicada à pesca no Brasil e no Pará. 9. Conceitos básicos aplicados à aquicultura. 10. Importância da aquicultura e o seu histórico no mundo e no Brasil. 11. Classificação da aquicultura. 12. Principais espécies cultivadas: características básicas, exigências, finalidades e técnicas. 13. A atual situação da aquicultura no Brasil, Pará e no Marajó. 14. Políticas públicas para a aquicultura no Brasil e no Pará. 15. Legislação aplicada à aquicultura no Brasil e no Pará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CYRINO, J.E.P.; URBINATE, E. C.; FRACALLOSSI, D. M.; (et al.). **Tópicos especiais em piscicultura de água doce tropical intensiva**: Jaboticabal: AQUABIO, 2004.

RODRIGUES, A.P.O.; LIMA, A.F.; ALVES, A.L.; ROSA, D.K.; TORATI, L.S.; SANTOS, V.R.V. (Ed.). **Piscicultura de água doce: multiplicando conhecimentos**. 1ª Ed., p. 347-377, 2013.

SOUZA, R.A.L. **Piscicultura sustentável na Amazônia: perguntas e respostas**. Belém, Universidade Federal da Amazônia, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OSTRENSKY, A.; BOERGER, W. **Piscicultura fundamentos e técnicas de manejo**. Agropecuária. GUAÍBA, 1998.

SILVA, F.N.L.; COSTA, M.S.M.; MALCHER, C.S.; MEDEIROS, L.R.; MACEDO, A.R.G.; FREITAS, H.L.C.; SOUZA, R.A.L. **Cultivo de organismos aquáticos: uma proposta de desenvolvimento rural na Ilha de João Pilatos, Ananindeua – Pará – Brasil**. Pubvet (Londrina), v. 11 No. 5 p. 424-537, 2017.

TIAGO, G.G. **Aquicultura, meio ambiente e legislação**. São Paulo: Glauco Gonçalves Tiago, 2007. 201p.

VAL, A. L.; CONCZARYK, A. **Criando peixe na Amazônia**. INPA. Manaus. 1995.

ZIMERMANN, S.; RIBEIRO, R.P.; VARGAS, L.; MOREIRA, H.L.M. **Fundamentos da moderna aquicultura**. Canoas: ULBRA, 2001.

DISCIPLINA: Informática Aplicada aos Sistemas Produtivos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	08	02

EMENTA: Utilização da Informática Básica para o gerenciamento de sistemas produtivos. 2 conceitos básicos da área de informática, serviços e funções de Sistemas Operacionais (Windows e Linux). 3. Serviços e funções



dos sistemas aplicativos: planilhas eletrônicas, processadores de textos, elaboração de slides para apresentações. 4. Uso de planilha eletrônica para elaboração e manipulação de dados matemáticos e estatísticos, através de ferramentas aplicadas ao sistema produtivo. 5. Utilização de ferramentas para gerenciamento de projetos. 6. Tecnologias disponíveis e aplicáveis na produção agrícola. 7. Conhecimentos básicos de navegadores da Internet com ênfase em análises de artigos sobre sistemas produtivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARNIVIERA, Rodolfo. Introdução à Informática. [S.l.]: [S.n.], 2012.

MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2005.

RAMALHO, J. (Org.). Introdução à informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000. 298 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, W. Informática Elementar – Windows XP, Word 2003 e Excel 2003. 2ª Ed., Alta Books, 2007.

BARNIVIERA, Rodolfo. Introdução à Informática. [S.l.]: [S.n.], 2012.

COSTA, E. A. BrOffice.org: da Teoria a Prática. 1ª Ed., Brasport, 2007.

RAMALHO, J. (Org.). Introdução à informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000. 298 p.

Guia de Início Rápido Microsoft 2016. <<http://support.office.com>>

DISCIPLINA: Projeto Integrador III	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	8	18	04

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. A **pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.



BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática pedagógica III	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	36	06	08

EMENTA: Escola, trabalho e produção. Educação ambiental. Educação e práticas sustentáveis. Organização didático pedagógica e trabalho no campo. Família, comunidade, sociedade e prática educativa no campo. Propostas teórico metodológicas de escola do campo, trabalho e produção

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável / Miguel Altieri, AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Agropecuária, 2002, 592p.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2ª ed., Guaíba: Agropecuária, 1999, 157 p.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento sustentável**. EMBRAPA/CPATU, Belém, 1994, 182p.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação do Campo**. Editora Vozes. 2ª ed. 2004.

PINHEIRO, Sérgio L.G. **O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. 2000.

ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; SOBRINHO, Mário Vasconcellos (Orgs.). **Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

10.2 Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos de Ciências Humanas e Sociais

4º SEMESTRE:

ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARAJOARA

DISCIPLINA: Epistemologia Ambiental Ecologia dos saberes e Educação do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Epistemologia na história da filosofia. 2. Problemas modernos relacionados à ciência, método e técnicas. 3. Concepções filosóficas em ecologia e o ambiente. 4. Concepções de natureza encontradas na história do pensamento ocidental, do mundo Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo. 5. O embate contemporâneo entre o conhecimento científico e natureza, entre progresso versus preservação da natureza.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, R. **Filosofia da ciência** – introdução ao jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.

BOFF, L. **As quatro ecologias**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LATOUR, B. **Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia**. São Paulo: EDUSC, 2004.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005.



ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade os homens**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: Mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA: O negro e o indígena na História ensinada na Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA:1. O negro e o indígena nos livros didáticos. 2. Discursos e paradigmas sobre o negro e o indígena nas escolas do Brasil. 3. Currículo e o eurocentrismo no Ensino de História. 4. Políticas afirmativas e a busca por um currículo mais democrático. 5. Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008. 6. Desafios e perspectivas para a inclusão da História da África e da Cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

GOODSON. Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995

OLIVEIRA, Margarida M. D.; STAMATTO, Maria Inês S. (Org.). **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: Ed. UFRN, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008**

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995

FONSECA, Selva G. **Caminhos da História ensinada**. Campinas (SP): Papirus, 1993

SILVA, Marcos A.; ANTONACCI, Maria A. **Vivências da contramão**. Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh; CNPq; Marco Zero, v.9, n.19, p.9-29, set. 1989-fev. 1990.

SILVA, Marcos A. **Repensando a História**. São Paulo: Anpuh, Marco Zero, 1985.

DISCIPLINA: Ética e Educação do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02



EMENTA: 1. Visão geral sobre o conceito de ética filosófica. 2. Liberdade. 3. Responsabilidade. 4. Autonomia. 5. Cidadania. 6. Tolerância e relativismo. 7. A formação existencial do agente ético. 8. Bioética. 9. Ética e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** São Paulo: Editora Contraponto, 2006.

SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo.** São Paulo: Editora Vozes, 2014.

SINGER, P. **Ética prática.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna.** São Paulo: Editora Paulus, 1997.

MARCONDES, D. **Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.

NOVAES, A. **Ética.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

VALLS, A. **O que é ética?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 2002.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância.** São Paulo: Editora Edipro, 2017.

DISCIPLINA: Antropologia cultural e saberes tradicionais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Cultura. 2. Relativismo. 3. Etnocentrismo. 4. Diversidade. 5. Identidade. 6. Eurocentrismo. 7. Tradição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Bauru, SP: EDUSP, 2002.

DA MATTA, R. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social.** Petrópolis: Vozes, 1983.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** São Paulo: Bookman, 2011.



ARRUTI, J A. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In Mana, vol. 3, n. 2, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1997.

KUPER, A. **Antropólogos e Antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LEÃO, D. **Deslocamentos e Relações Interculturais na (Para a) Região De Breves- Arquipélago de Marajó**.

Tese de Doutorado, UFPA, 2017.

OLIVEIRA, R. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

DISCIPLINA: Desenvolvimento, Etnodesenvolvimento e Conflitos agrários na Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Conceito de desenvolvimento e Etnodesenvolvimento. 2. Modelos de desenvolvimento na Amazônia a partir de 1960. 3. A questão agrária brasileira: História e Lutas. 4. A luta dos Movimentos sociais: Reforma Agrária no Brasil e o combate à desigualdade social. 5. Geografia do desmatamento. 6. As disputas territoriais no Pará. 7. Percepção da terra para os grupos étnicos da Amazônia. 8. Amazônia dentro do contexto da Reforma Agrária. 9. Desafios do Etnodesenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.

MANÇANO, Bernardo Fernandes, MARQUES, Medeiros Inês Marta, SUZUKI, Cesar Júlio (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v.4

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, B. K. et al. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB, 1990.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.



MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In. GIARRACA, Norma. (Org). **Una nueva ruralidad en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MOTTA, Marcia Maria Menendes (org.). **Nas fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX**. Unicamp, 1996.

DISCIPLINA: Estatística na Educação do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	50	--	---

EMENTA: 1. Introdução Geral à compreensão da Estatística. 2. Estatística descritiva e indutiva. 3. População e amostra. 4. Fenômenos estatísticos. 5. Atributo e variável. 6. Variável contínua e discreta. 7. Fases do método estatístico. 8. Razão e Proporção. 9. Distribuição de Frequências. 10. Produção e representação gráfica. 11. Medidas de posição: média aritmética; média geométrica; moda; mediana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Giovani Gláucio de Oliveira. **Estatística Aplicada à Educação com Abordagens além da Análise Descritiva** – v. 1. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2015.

TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística básica**. 2ª ed. São Paulo. Atlas, 2011.

VIEIRA, Sônia. **Estatística Básica**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOLFARINI, H , BUSSAB, W. e MORETTIN, P. A. **Elementos de Amostragem**. 1ª edição. Editora: Edgard Blucher. 2005.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. 7ª reimpressão, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística Geral Aplicada**. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

SPEEGEL, Murray R. **Estatística**. Tradução: Pedro Consentino. 3ª ed. São Paulo. Makron Books, 1993

URBANO, João. **Estatística**: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.



DISCIPLINA: Projeto Integrador IV	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	12	14	04

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica IV	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	18	24	06



EMENTA: Educação Indígena. Cultura Marajoara Afro Indígena. O Lei 10. 639/2003(Interseção nos currículos da história da África e cultura afro-brasileira. 11.645/2008(inserção da História e cultura indígena nos currículos). Produção de cadernos pedagógicos sobre a história indígena marajoara.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SARRAF-PACHECO, Agenor. **Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara**. Cadernos de História, v. 17, p. 27-63, 2016.

Agenor. **Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara**. Projeto História (PUCSP), v. 44, p. 197-226, 2012.

SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires. (Org.). **Muito além dos campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara**. 1ªed. BELÉM: GKNORONHA, 2010, v. 01, p. 31-69.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SARRAF- PACHECO. **História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara**. Amazônica: Revista de Antropologia (Impresso), v. Vol. 1, p. 406-441, 2009.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardiã Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 267-304.

WALLACE, Alfredo Russel (1823-1913). **Mexiana e Marajó**. In: Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Tradução Eugênio Amado; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

5º SEMESTRE

EIXO: POPULAÇÕES DO CAMPO, ÁGUAS, FLORESTAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL



DISCIPLINA: Sociologia Rural: Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Diversidade. 2. Tradição. 3. Classes sociais. 4. Interações sociais no campo. 5. Relações sociais de produção no campo. 6. Modo de produção no campesinato. 7. Trabalho. 8. Gênero e pluriatividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade.** Porto: Porto Editora, 2001.

WOLF, Eric W. Tipos de Campesinato Latino-Americano: uma Discussão Disciplinar. In **Antropologia e Poder**, Brasília/Campinas: EdUnB/Editora Unicamp, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. 2009. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito in GODÓI, Emília P. et al (org.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**, vol. 2, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

HEREDIA, Beatriz. 1979. **A Morada da Vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WELCH, Clifford Andrew et al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**, 2009. 336p.

DISCIPLINA: Tempos de Vida: Infância, juventude e identidade na educação do campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. História da pedagogia. 2. Ofício de ensinar e educar 3. Infância, adolescência, juventude e envelhecimento questões em debate na escola e nos demais espaços de vivências naturais e culturais. 4. As fases humanas na sociedade e nos processos de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis e modalidade de ensino. 5. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMO, H.; BRANCO, P. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania / Perseu Abramo, 2004.

ARROYO, M. **Imagens Quebradas- Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres-** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000. 251 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. São Paulo: LTC, 1981.

CARNEIRO, M. **Juventude Rural em Perspectiva**. São Paulo: MAUAD, 2007.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FREITAS, M. **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

GROPPO, L. **Juventude – ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

DISCIPLINA: Sociologia Política	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Democracia. 2. Cidadania. 3. Absolutismo. 4. Iluminismo. 5. Contratualismo. 6. República. 7. Socialismo. 8. Política e classes sociais. 9. Política e poder.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BOBBIO, Norberto Bobbio. **Teoria Geral da Política**. São Paulo: Campus, 2000.

MAQUIAVEL, Niccolo. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 9 à 32.



POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classe sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

DISCIPLINA: Movimentos sociais no campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: O processo de luta pela educação do campo. Lutas e iniciativas dos movimentos sociais para com a construção de uma educação voltada para essa realidade. O Movimento dos Sem-Terra. Os movimentos camponeses e a organização dos povos. A luta do Movimento dos Sem-Terra. Áreas de assentamentos. Reservas Extrativistas. Reforma Agrária no Brasil?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORTEGA, A.C., FONSECA, S.G. **Política de Educação para o mundo rural brasileiro: entre a universalização e a diferenciação dos conteúdos**. Uberlândia: Editora Edufu. Ensino e Revista v. 12, 2004. p. 89-95.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. Revista Presença Pedagógica, v. 12 n. 69 mai./ju. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEZERRA NETO, Luiz. “A educação rural no contexto das lutas do MST”. In: ALVES, Gilberto Luiz (org). Educação no campo – recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL, **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2002.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução nº. 1, de 3 de Abril de 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**, Brasília, 1996.



HENZ, Celso Ilgo e ROSSATO, Ricardo (orgs). **Educação humanizadora na sociedade globalizada**. Santa Maria – RS, Biblos, 2007. LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

DISCIPLINA: Filosofia política	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Conceito de política. 2. Participação social. 3. Democracia. 4. Principais concepções políticas da história ocidental: Platão; Aristóteles; Santo Agostinho; Maquiavel; Thomas Hobbes; Jean-Jacques Rousseau; John Locke; Karl Marx; Hannah Arendt.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13ª edição. São Paulo: Ática. 2003.

MAAR, W. **O que é política?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

WEFFORT, F. (Org.). **Clássicos da Política**. Volume I e II. São Paulo: Ática. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. In: WEFFORT, F. (org.). **Os clássicos da política**. 8ª edição. São Paulo: Ática, 1999, vol. I.

MARCONDES, D. **Introdução à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo. 2007.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. São Paulo: Cultrix. 1980.

DISCIPLINA: Projeto Integrador V	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	08	18	04

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como



Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. A **pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Inca; MDA, 2008.



DISCIPLINA: Prática Pedagógica V	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	26	04



MENTA: Populações tradicionais, modos de vida e educação: Do campo, floresta, ambientes aquáticos, agropecuária e extrativismo. Assentamentos e Reserva Extrativistas. Organizações e movimentos sociais no campo: A escola do campo em movimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento:** O temos a aprender dos Movimentos sociais? Currículos sem Fronteiras, 2003.

CALDART, Roseli. **A escola do campo em Movimento. Currículo sem Fronteiras.** Vol. 3. Jan/Jun 2003.

PIMENTA, Selma G.(coord). **Saberes pedagógicos e Atividades Docentes.** São Paulo: Cortez, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre.** São Paulo: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários a prática educativa. São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

_____. **Pedagogia do Movimento sem Terra:** A escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Educação e Movimento:** Formação de educadoras e Educadores no MST. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 20006.

6º SEMESTRE

EIXO: CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

DISCIPLINA: TCC I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	32	08	--



EMENTA: 1. Conceitos e construções sobre Pesquisa Participativa. 2. Pesquisa-ação e ou Pesquisa de Intervenção social. 3. Roteiro, diagnóstico e processos interventivos. 4. Produto da intervenção social. 5. Escrita de artigo acadêmico ou monografia. 6. Regras da ABNT. 7. Reflexões e conceituações sobre devolutiva ou partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.

DEMO, P. **Pesquisa Participante.** Mito e realidade. Brasília: UnB/INEP, 1982.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, M.V.G.; REIS, R.S. **Análise de dados em Atividade Física e Saúde:** demonstrando a utilização do SPSS. Londrina: Midiograf, 2003.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

LIBÂNEO, J.B. **Introdução à vida intelectual.** São Paulo: Edições Loyola, 2001, 2ª ed.

MARTINS, G.A. **Manual para elaboração de Monografias e Dissertações.** São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MION, R. A., SAITO, C. H. (Org.) **Investigação-Ação:** mudando o trabalho de formar professores. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001.

DISCIPLINA: História da Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: Processos de ocupação e conquista da região amazônica. Colonização e interação entre as sociedades indígenas, europeias e africanas. Ordens religiosas e os conflitos com os colonos por mão de obra. Administração pombalina. Cabanagem: história e memória da revolução. Pós-Cabanagem e a reorganização provincial: os corpos de trabalhadores. A abertura do Amazonas: navegação, migração e comércio. O imperialismo inglês na Amazônia. A borracha e os tempos do seringal. A Belle-Époque amazônica: a reurbanização de Belém e Manaus.



A crise da borracha. As oligarquias e o problema da terra. A Revolta de 30 no Pará e Amazonas. O governo de Magalhães Barata. Belém e Manaus em tempos de guerra. A Amazônia e a questão da integração e dos grandes projetos: dos anos 60 aos dias atuais. Estudo e análise: das abordagens metodológicas encontradas no ensino e dos diversos materiais didáticos sobre a História da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Org.). **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia** (séculos XVII a XXI). 1ed. Belém: Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açaí, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.). **Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. 1. ed. Belém: Açaí Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1990.

(1989), “Grandes projetos e produção de espaço transnacional: Uma nova estratégia do Estado na Amazônia”.

Revista Brasileira de Geografia, nº 51, pp. 230-254.

BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A Primeira Urbanização: Mamelucos, Índios e europeus nas Cidades Pombalinas da Amazônia, 1751-1757. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, vol. 18, nº 1 (2008), pp. 75-94.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós 1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

DISCIPLINA: Optativa I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTAS NO QUADRO ESPECÍFICO



DISCIPLINA: Geografia da Amazônia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1. Amazônia: conceitos e abordagens. 2. Geologia e geomorfologia da Amazônia. 3. As águas da Amazônia e seus fluxos. 4. O Bioma e o clima Amazônico em suas peculiaridades. 5. Povos e culturas Amazônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo. Ateliê Editorial.
AYOADE, J. **Introdução à climatologia para os trópicos.** Tradução de Maria Juraci Zani dos Santos – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 2010.
GONÇALVES, C. **Amazônia, Amazônias.** 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010. 177 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, J. B. S.; BERMEGUY, R. L.; HASUI, Y.; BORGES, M. S.; FERREIRA Jr., C. R. P.; BEZERRA, P. E. L.; COSTA, M. L.; FERNANDES, J. M. G. Neotectônica da região amazônica: aspectos tectônicos, geomorfológicos e deposicionais. **Geonomos**, 4, 23– 44 p. 1996.
MEIRELLES FILHO, J. C. S. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 9, n. 1, p. 219-241. 2014.
PAES LOUREIRO, J. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio.** 2 ed. Belo Horizonte; Editora da UFMG, 2012.
SIOLI, H. **Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais.** Tradução de Joann Becker. Petrópolis: Vozes. 69 p. 1985.

DISCIPLINA: As Ciências Humanas e Sociais na Perspectiva Interdisciplinar da Educação do Campo - Filosofia e Sociologia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	20	12	08

EMENTA: 1. Interdisciplinaridade e a práxis educacional no Ensino Fundamental e Médio. 2. Teoria e a metodologia para o Ensino das Ciências Humanas e Sociais na Educação do Campo. 3. 4. Produção de material didático. 5. Modernidade; pós-modernidade; socialização; construção social.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRANTES, Pedro. **Para uma teoria da socialização**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, pág. 121-139. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9864.pdf>

GHEDIN, E. **Ensino de filosofia no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Amaury César. (coordenação). **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação Básica; Coleção Explorando o Ensino Médio, vol. 15, 2010.

RODRIGO, L. **Filosofia em sala de aula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007

DISCIPLINA: As ciências Humanas e Sociais na Perspectiva Interdisciplinar da Educação do Campo- História e Geografia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	20	12	08

EMENTA: 1. Interdisciplinaridade e a práxis educacional no Ensino Fundamental e Médio. 2. Teoria e a metodologia para o Ensino das Ciências Humanas e Sociais na Educação do Campo. 3. Metodologia da pedagogia da alternância e os eixos temáticos do PPC do Curso. 4. Produção de material didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOUTT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Iná Elia de. **Geografia e política**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro**.- 2ªed – São Paulo: Cortez: Brasília, 2011.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COUTO, Jeovani de Jesus. **Japiim do Mapuá: Educação Agroflorestral**. 1ed. São Paulo: Livre Expressão, 2016.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- HAVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve meu primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Ed. Papyrus, 1988.
- VESENTINI, José Willian. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2011.

DISCIPLINA: Projeto Integrador VI

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.
- BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- COSTA, M. **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre Mediação, 1996.
- DIAS, C. **Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa**. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.
- FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.



MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). **Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação**. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VI	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	18	18	14

EMENTA

1. Teorias do Currículo, Educação do campo e pesquisa. 2. Currículo, Relações de Poder e Dominação Simbólica na Escola. 3. Interdisciplinaridade. 4. Avaliação e pesquisa. 5. Intervenção pedagógica nos anos finais do ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda. ET. Al. (org.) **Criar Currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

APLPLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem fronteiras**, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDART, Roseli. **A escola do campo em Movimento**. Currículo sem fronteiras. Vol3. Jan/Jun 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2000.

FREIRE, Paulo. **Consciência e História: a práxis educativa**. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

7º SEMESTRE

EIXO: DIVERSIDADE E PRÁTICA EDUCATIVA DO CAMPO



DISCIPLINA: TCC II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	18	20	02
EMENTA: 1. Orientações: projeto. 2. Defesa e entrega do texto final. 3. Seminário Integrador: Rodada acadêmica. 4. A pesquisa ação: Artigo final ou monografia				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
RABELLO, M.; FERREIRA, G; GONZALEZ, W. Metodologia da Pesquisa em Educação . Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2012.				
RIZZINI, I. Pesquisando . Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1999.				
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NUNES, E. O. (Org.) A Aventura Sociológica . Objetividade, paixão, improviso e método nas ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.				
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-Ação . 18a Edição. Porto Alegre: Editora Cortez, 2011.				
_____. Pesquisa-Ação nas Organizações . 2a Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.				
TRIPP, D. Pesquisa-ação : uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.				
TOMAZZETTI, C.M., BASTOS, F. P., KRUG, H. N. Investigação-ação e formação de professores : estratégias articuladoras da prática formativa. Revista Educação 29 (2), 2004. Disponível em: < http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2004/02/a8.htm >. Acesso em: 12 fev. 2013.				

DISCIPLINA: Educação e diversidade na Amazônia marajoara: gênero, raça e etnia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02
EMENTA: 1. Diversidade como desafio educacional. 2. Leis: 10.639/2010 e 11.645/2008. 3. Educação e diversidade na Amazônia marajoara. 3. Dança. 4. Arte marajoara. 5. Culinária. 6. Diversidade étnico-racial.				



7. Religiosidade. 8. Esporte. 9. Música. 10. Respeito às diferenças de gênero, raça, etnia. 11. Gênero e sexualidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, M. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In CANDAU, Maria Vera (org). Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FEREIRA, M. **Tradições Oraís das Línguas Indígenas**. Campinas. SP: Pontes Editores, 2013.

SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN DALA, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luiza Merino de Freitas. **Povos Indígenas e Educação**. 2ªed. Porto Alegre, Mediação: 2012.

CASHMORE, Ellis. **Dicionários de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

SANTOS, Creuza Barbosa; BRAGA, Paulo Sergi Martins; COSTA, Rildo Ferreira da. **Povos Indígenas e Afro-brasileiros: Um estudo da diversidade no Brasil**. Belém. Samauma: 2011.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático** – Salvador, BA, EDUFBA, 2005.

VIEIRA, Renata; MACIEL, Lizete Bomura. Menino Brinca de boneca? Contribuição da teoria histórico-cultural para se pensar o preconceito em sala de aula. In: **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas** – XIV ENDIPE; Porto Alegre – RS: Edipucrs, 2008.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EX
	50	40	02	08

EMENTA: 1. A evolução histórica e teórica da educação ambiental. 2. Complexidade ambiental. 3. Princípios e estratégias da educação ambiental. 4. A educação ambiental como eixo do desenvolvimento sustentável. 5. Características, funções e objetivos da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. 6. Linhas de atuação: cultura e valores ambientais. 7. Técnicas para elaboração, execução e



avaliação de projetos de desenvolvimento local e práticas de educação ambiental. 8. A prática pedagógica em educação ambiental: Dimensões e desafios. 9. Projetos Pedagógicos em educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KINDEL, Eunice Aita Isaia. **Educação Ambiental: Vários Olhares e várias práticas**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação: 2004.

PEDRINI, A. G. de (org). **Educação Ambiental: Vários olhares e vida prática- reflexões e práticas contemporâneas**. RJ Vozes: 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2ed. Rio de Janeiro. Garamond: 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Ciências Ambientais**. São Paulo: Thex, 2010.

BERNA, V. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL, Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999. **Política nacional de Educação Ambiental**.

GUERRA, Antônio José. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 3 ed. Bertand, Rio de Janeiro: 2006.

SILVIO, Gallo. **Ética e cidadania: Caminhos da filosofia**. São Paulo: Papirus: Editora, 2003.

DISCIPLINA: Arte como mediação cultural e social	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	08	02

EMENTA: 1. Bases legais do ensino da arte na educação básica. 2. Arte como conhecimento. 3. Funções da arte na educação. 4. Campos conceituais da arte. 5. Metodologia de ensino e aprendizagem em arte. 6. A avaliação em arte. 7. Noções de Teoria da arte. 8. História da arte no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

_____(Org.). **Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F.de Resende e. **Metodologia do Ensino de Arte**. São Paulo: Cortez, 1999.

GALLO, Giovanni. **Marajó, a ditadura da água**. Edições “O Museu do Marajó” Smith Produções Gráficas: Cachoeira do Arari, Pará, 1997.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. **Didática do Ensino de Arte: a língua do mundo**. Poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SELBACH, Simone. **Arte e Didática**. (Coleção Como bem Ensinar) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DISCIPLINA: Projeto Integrador VII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	08	08	14

EMENTA: 1. Pesquisa participante. 2. Diagnóstico Participativo. 3. Partilha de saberes. 4. A pesquisa como princípio educativo. 5. Escuta e escrita. 6. Diálogo com as disciplinas do Eixo. Sistematização da pesquisa realizada no tempo-comunidade. 7. Produção de saberes. 8. Observação do tempo comunidade. 9. Colocação em comum.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa**. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.



LUCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico Metodológicos**. Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994. LUCKESI, Cipriano. **Prática docente e avaliação**. R.J: ABT, 1990 (Série Estudos e Pesquisas, No. 44).

PERNAMBUCO, M. **Significações e Realidade: conhecimento**. In: Pontuschka, Nídia Nacib (Org.) **Ousadia no diálogo: a interdisciplinaridade na escola pública**. In: São Paulo: Loyola, 1993

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	22	08

EMENTA: 1. Conceito de Educação e diversidade. 2. A diversidade de povos do campo (quilombola, índio, pescador, extrativista, agricultor, ribeirinho) e o papel da educação no fomento à produção diversificada. 3. Diversidade cultural: Inclusão, exclusão, sincretismo e o Multiculturalismo no Campo. 4. Diferença e igualdade. 5. A conceituação do diferente e do não-diferente e suas implicações no processo de discriminação e desigualdade na perspectiva da diferença cultural no campo. 6. A Escola do campo x Homofobia (Queer e diversidade sexual; Homossexualidades e Heterossexualidade). 7. Etnicidades e diversidade cultural a partir das Histórias e Culturas indígenas. 8. Diversidade de Experiências Educacionais na Educação do Campo (Casas Familiares Rurais, Escolas Família Agrícola, Movimento Sem Terra, Projetos do PRONRA, Escola Sindical da CUT, Educação Indígena). 9. A pesquisa como princípio educativo a partir da temática **Cultura, Saber e Agroecossistemas na Amazônia e Ciências da Natureza na Educação do Campo**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org.) **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. Campinas-SP: Papyrus, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOMAZ, T. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.73-102.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.103-133.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diversidade na Educação:** Como indicar as diferenças? Série Avaliação, nº 8, Brasília: 2007.

PINHEIRO, Sérgio L.G. **O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre. 2000.

ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; SOBRINHO, Mário Vasconcellos (Orgs.).

Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

8º SEMESTRE

EIXO: FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO DO CAMPO

DISCIPLINA: Teoria e Prática de História	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	---	10

EMENTA: 1. Saber histórico, historiografia e teoria: da antiguidade greco-romana à Europa renascentista. 2. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino: os conceitos de história na idade média. 3. Humanismo, filosofia e história no Renascimento. 4. Romantismo, idealismo, positivismo e marxismo: aspectos da historiografia na Europa do século XIX. 5. Escola dos Annales: outras fontes, tempos, narrativas e objetos. 6. As diferentes escalas: a micro-história. 7. História cultural. 8. A História Vista de Baixo e a narrativa dos movimentos sociais. 9. Fontes históricas e procedimentos metodológicos. 10. História oral e as vozes do passado no presente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCH, M. **Apologia da História;** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia:** a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: EDUNESP, 1992.

GOFF, J. & NORA, P. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 (3a. ed.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, J. "Micro-História" in: **O Campo da História.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8a edição.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

CERTEAU, M. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária 1982.

GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LIMA, H. **A Micro-História Italiana** - escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



DISCIPLINA: Sociologia da Educação	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	--	10

EMENTA: 1. Fato social. 2. Solidariedade orgânica. 3. Anomia. 4. Capital cultural. 4. Reprodução social. 5. Dialética na educação. 5. Educação e classes sociais. 6. Ideologia; educação e poder.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** SP; Melhoramentos, 1952.

CALDART, R. **Sobre Educação do Campo.** In: Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Clarice Aparecida dos Santos (org). Brasília: INCRA, MDA (NEAD Especial), 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, M. **Educação e sociedade:** leituras de socióloga da educação. 6º ed. São Paulo: Nacional, 1974, p. 128-197.

DAYRRELL, J. **A escola faz as juventudes?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2010.

TRAGTENBERG, M. **A escola como organização complexa.** In: Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

WULF, C. **Antropologia da educação.** Campinas, SP: Alinea, 2005.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação e dos Saberes	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
Docentes	50	40	---	10

EMENTA: 1. Conceitos básicos da filosofia. 2. Visão geral da história da filosofia e seus principais conceitos. 3. Introdução aos conceitos básicos de filosofia da educação. 4. Senso comum e conhecimento pedagógico na prática docente. 5. O pensamento pedagógico nas sociedades antiga, medieval, moderna e contemporânea. 6. Teorias do conhecimento e natureza da teoria em educação. 7. A formação integral do Homem (*Paideia*).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Editora Moderna, 2009.

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, G. GUATARRI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2014.

BONJOUR, L. **Filosofia:** Textos fundamentais comentados. 2º edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JAEGER, Werner. **Paidéia:** a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KANT, Emmanuel. **Sobre a pedagogia.** São Paulo: Unimep, 1996.



DISCIPLINA: Optativa II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTAS NO QUADRO ESPECÍFICO

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VIII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	26	4

EMENTA: 1. Educação do campo e Prática Pedagógica 2. Práticas interdisciplinares para atuar na docência multidisciplinar. 3. Eixos temáticos. 4. Áreas do Conhecimento. Projetos Pedagógicos de Curso

REFERENCIAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa.** São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

_____ **Pedagogia do Oprimido.** 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro.** - 2ª ed – São Paulo: Cortez: Brasília, 2011.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES:

COUTO, Jeovani de Jesus. **Japiim do Mapuá: educação agroflorestal.** São Paulo; Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2016.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. (org). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2009

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem fronteiras, 2003.

FIGUEIREDO, Cristina; MARCON, Telmo (orgs). **O popular e a Educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento.** Ed Unijuí, Ijuí: 2009

SANTOS, B. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Editora: trilce, Montevideo-Uruguay, 2006.

DISCIPLINA: Seminário Integrador de Pesquisa	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
--	------	---------	---------	--------



	30	10	-	20
--	----	----	---	----

EMENTA: 1. Rodadas acadêmicas. 2. Constituição de banca de orientação. 3. Apresentação e avaliação dos artigos ou monografias. 4. (Re) Organização textual, Normas da ABNT, indicações de publicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVEZ MAZZOTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, Carlos Augusto. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

LUCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar**: Fundamentos Teórico Metodológicos. Petrópolis- RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994. LUCKESI, Cipriano. Prática docente e avaliação. R.J: ABT, 1990 (Série Estudos e Pesquisas, No. 44).

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho. **Significações e Realidade**: conhecimento. In: Pontuschka, Nídia Nacib (Org.) Ousadia no diálogo: a interdisciplinaridade na escola pública. In: São Paulo: Loyola, 1993.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Comunicação e Extensão Rural	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

Ementa: 1. Introdução ao estudo da extensão rural, bem como, sua importância e seus objetivos; 2. Compreender os fundamentos da sociologia e sua relação com o desenvolvimento agroextrativista, evidenciar o debate da comunicação e da extensão rural; 3. Histórico da extensão rural, comunicação, difusões e inovações; 4. Compreender o campo de trabalho do profissional das ciências agrárias: quem são os atores sociais, como atuam, porque atuam de determinada forma, quais foram os condicionantes históricos que promoveram seu surgimento, quais são seus interesses, com quais interesses se opõem. 5. Metodologia de extensão rural; 6. Comunicação Rural para atuação dos extensionistas; 7. Políticas públicas para a extensão rural; 8. Técnicas de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 9. Métodos de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 10. Ferramentas de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 11. História, conceitos e princípios do Diagnóstico Rural Participativo – DRP; 12. Os 7 passos para o DRP; 13. A caixa de ferramentas do DRP, aplicados à aquicultura; 14. Programas de extensão e desenvolver uma visão holístico sistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.



SILVA, R.C. **Extensão rural**. São Paulo: Érica, 2014. (6 exs.)

VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo: **Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, p. 62, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. **O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais:** usos “redutores” de um pretense paradigma “holístico”. *Redes - Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 43 - 56, 2003.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Análise multidimensional da sustentabilidade:** uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: EMATER, RS/ASCAR, v. 3, n. 3, p. 70 - 85, 2002.

CUNHA, F.A.A. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo** / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. – Brasília: MMA; IEB, 2006.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 155p. 2007.

DISCIPLINA: Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1. Aspectos gerais da economia solidária. 2. Histórico da economia solidária na Amazônia. 3. Iniciativas em economia solidária. 4. Realidade atual e tendências do empreendedorismo em economia solidária. 5. Características e perfil de um empreendedor. 6. Plano de negócios. 7. Conceitos iniciais sobre Cooperativismo. 8. Conceitos iniciais sobre associativismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária**. Ed. Idéias & Letras. 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORVES, José Carlos. **Economia Solidária**. Ed. José Carlos Torves, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ICAZA, Ana Mercedes & FREITAS, Marcelo (org.) **O projeto Esperança/ Coesperança e a construção da economia solidaria no Brasil**. Relato de uma experiência. Cáritas Brasileira, Porto Alegre: 2006.

LE MONDE. **Desafios da Economia Solidária**. Instituto Paulo Freire, 2009.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil – da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2003.

TEXTO-BASE para organização de Projetos Alternativos comunitários. Cáritas Brasileira – Regional RS, Caderno de Formação n. 15, 1999.



DISCIPLINA: Governança Florestal e Manejo de Recursos Florestais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1.Noções de direitos fundiários, responsabilidade governamental e organizações sociais comunitárias. 2. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. 3. Tipologia dos diferentes atores sociais relacionados à temática florestal. 4.Cobertura florestal e desmatamento. 5.Noções de conceitos sobre os temas concessões florestais e acordos entre comunidades e empresas. 6. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia e no Pará.7. Manejo florestal de produtos não madeireiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHEIRO, K.; EHRINGHAUS, C. **Trilhas da Regularização Fundiária para Populações Tradicionais nas Florestas Amazônicas.** 2 ed. CIFOR/CIM/FASE/GTZ/SFB/FAO. Belém. 2013. 116 p.
PINTO, A.; AMARAL, P.; GAIA, C.; OLIVEIRA, W. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros:** açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato. Belém/Manaus: Imazon, Sebrae. 2012.
SABLAYROLLES, P.; DRIGO, I; BARTHELON, S; ESPADA, A. L. V.; BLAS, D. E; PIKETTY, M. G. **Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar:** uma contribuição do projeto Floresta em Pé. Belém, PA: Ibama/DBFLO, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, P.; VERÍSSIMO, T.; ARAÚJO, C. D.; SOUZA, H. **Guia para o Manejo Florestal Comunitário.** Imazon, Belém-PA, 2007. 75 p.
BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2017.
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Normas Florestais para Amazônia.** Brasília: IBAMA/Diretoria de Uso sustentável da Biodiversidade e Florestas, 2007. 176p.
KANASHIRO, M. **O Manejo Florestal e a Promoção da Gestão dos Recursos Florestais em Áreas de Uso Comunitário e Familiar na Amazônia.** Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 31, n. 2, p. 421-427, maio/ago. 2014.
MACHADO, F. S. **Manejo de produtos florestais não madeireiros:** um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. PESACRE e CIFOR. 2008.

DISCIPLINA: Multimeios Didáticos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1. Mediação entre recursos tecnológicos e prática educativa escolar. 2. Comunidade escolar e equipamentos tecnológicos disponíveis. 3. Materiais didáticos e produção por professores. 4. Difusão de práticas de utilização de recursos tecnológicos (planejamento, organização, execução e controle de equipamentos e programas).



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRARETTO, Luiz Artur, KLOCKNER, Luciano. **E o rádio? Novos horizontes mediáticos**. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos. BEHRENS, Marilda. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 16ªed. Campinas: Papirus, 2009
SANTAROSA, Lucila Maria Costi(org). **Tecnologias Digitais Assistivas**. Porto Alegre/ RS: JSM Comunicação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRADO, Ana. **Por que os educadores precisam ir além da data show- e como fazer isso. (on line) Geeki, 2015. Disponível em: www.geekeie.com.br. Acesso em 06 de novembro de 2017**
PRETTO, Nelso, PINTO, Cláudio da Costa. **Tecnologias e Novas Educações**. Revista Brasileira de Educação, V 11, n 31 , jan-abril de 2006
ROSADO, Luiz Alexandre da Silva (org.) et al. **Educação e tecnologia** (livro eletrônico). Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estácio de Sá: 2004
SEABRA, Carlos. **Tecnologias na escola**. Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais, 2010.
TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008
KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 155p. 2007.

DISCIPLINA: Geoprocessamento Ambiental	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1. Fundamentos da Cartografia. 2. Introdução ao Georreferenciamento. 3. Conceitos base do Sensoriamento Remoto. 4. Iniciação ao Geoprocessamento. 5. Produção de mapas envolvendo dados ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FITZ, P R. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
ROCHA, J. A. M. R. **GPS – Uma Abordagem Prática**. Edições Bagaço, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, G. & MEDEIROS, J. S. **GIS para Meio Ambiente**. INPE. São José dos Campos, São Paulo, 1998.
FLORENZANO, T. C. **Imagens de Satélite para Estudos Ambientais**. São Paulo (SP): Oficina de Texto, 2002.
IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Introdução ao Geoprocessamento Ambiental**. São Paulo: Editora Saraiva, 1ª ed. 2014.
MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina do Texto, 2013.



MONICO, J. F. G. **Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: Descrição, Fundamentos e Aplicações**. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

10.3 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos de Ciências da Natureza

4º SEMESTRE – ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARAJOARA

DISCIPLINA: Transformações químicas na natureza e no sistema produtivo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4

EMENTA: 1. Acidez e Basicidade. 2. As leis ponderais e estequiometria. 3. Termoquímica. 4. Cinética. 5. Noções de equilíbrio químico e aplicações aos sistemas de produção. 6. Estudo das Soluções por meio do enfoque do processo produtivo. 7. Relações das reações químicas com os modos de produção no meio rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRADY, J.E.; HOLUM, J.R.; RUSSEL, J.W. **Química: A matéria e suas transformações**, ed. 05. São Paulo: Editora LTC, 2009.

MAHAN, B. H; MYERS, R.J. **Química: um curso universitário**. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

NOVAES, V. L. D. **Química Geral e Inorgânica**, São Paulo: Atual, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**, ed. 05. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BROWN, T. L.; LEMAY, H. E.; BURSTEN, B.E; MURPHY, C.; WOODWARD, P.; STOLFZFUS, M.W.. **Química: uma ciência central**, ed. 13. Rio de Janeiro: Pearson, 2017.

MAAR, J.H. **Pequena história da química: primeira parte – dos primórdios a Lavoisier**, Florianópolis: Papa-Livros, 1999.

MORTIMER, E. F.; MACHADO, A.H. **Química para o ensino médio**, V.01, ed. 02, São Paulo: Scipione, 2014.

SHRIVER, D. F.; ATKINS, P. W. **Química inorgânica**, ed. 04. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DISCIPLINA: Física e Meio Ambiente	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4

EMENTA: 1. A luz: análise física e geométrica. 2. Radiação ultravioleta. 3. Efeitos biológicos da RUV. 4. Protetores solares e filtros. 5. Atmosfera, Tempo e Clima. 6. Relação Atmosfera e Biosfera.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OKUMO, E.; Vilela, M. A. C. **Radiação Ultravioleta: Características e Efeitos**. Livraria da Física Sociedade Brasileira de Física.



PAUL G HEWITT. **Física Conceitual**. Trad. Trieste Freire Ricci e Maria Helena Gravina. Ed. 12^a. Porto Alegre. Bookman, 2015.

TEIXEIRA, WILSON ET. AL. **Decifrando a Terra**. Ed. 2^a. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 1 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 2 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 3 Porto Alegre. Bookman. 2009.

ROGER G. BARRY, RICHARD J. CHORLEY. **Atmosfera, Tempo e Clima**. Ed. 9^a. Porto Alegre. Bookman, 2012.

TORRES, CARLOS MAGNO AZINARO ET AL. **Física**: ciência e tecnologia. São Paulo. Moderna, 2001. Volume único.

DISCIPLINA: Energias renováveis e desenvolvimento sustentável	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4

EMENTA: 1. Átomos. 2. Eletrostática e Eletrodinâmica. 3. Produção de energia elétrica. 4. Energias Renováveis e Não-Renováveis. 5. Tipos de Energia: Solar Fotovoltaica; Térmica; Eólica; Hidroelétrica; nuclear. 6. Desenvolvimento, sustentabilidade e crescimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FEYNMAN, R. P. et al. **Lições de Física de Feynman**. Ed 1^a. Porto Alegre. Bookman, 2008.

GOLDEMBERG, Jose. **Energia e Desenvolvimento Sustentável**. Ed. 1^a. São Paulo. Blucher, 2010.

HEWITT, Paul G. **Fundamentos de Física Conceitual**. Tradução Trieste Ricci. Porto Alegre. Bookman, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HINRICHS, Roger A. et al. **Energia e Meio Ambiente**. Ed. 3^a. São Paulo. Cengage Learning, 2015.

KNIGHT, R. D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 1 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, R. D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 2 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2^a. Vol. 3 Porto Alegre. Bookman. 2009.

OKUMO, E.; VILELA, M. A. C. **Radiação Ultravioleta**: Características e Efeitos. Livraria da Física Sociedade Brasileira de Física.



DISCIPLINA: Etnobiologia e Etnoecologia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4
<p>EMENTA: 1. Fundamentos da Etnobiologia e Etnoecologia: conceitos, subdivisões, critérios, abordagens, métodos e aplicações. 2. Interações da Etnobiologia com a Biologia, Ecologia, Sociologia e Antropologia. 3. Estudos relacionados a etnobiologia, entobotânica, etnozootologia, etnofarmacologia, etnoentomologia e correlatas. 4. Sociodiversidade amazônica e os conhecimentos ecológicos tradicionais. 5. Etnomanejo: conservação da biodiversidade e dos agroecossistemas. 6. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia. 7. Práticas educativas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (eds). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. UNESP/ CNPq, Rio Claro, Brasil, 2002</p> <p>DIEGUES, A.C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora Hucitec, NUPAUB - São Paulo, 2000.</p> <p>DIEGUES, A. & ARRUDA, R. (orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>AMOROZO, M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: L.C. Di Stasi (org.). Plantas medicinais: arte e ciência - Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, 47-68p.</p> <p>FERREIRA, M. & JARDIM, M.A. Algumas espécies vegetais usadas pelos moradores da Ilha de Algodal, Maiandeuá, município de Maracanã, Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série ciências naturais 1(2), 2005, 45-51p.</p> <p>MANESCHY, M. C. Pescadores dos manguezais: estratégias e técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, L. G., LEITÃO W. & FIÚZA A. Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MTC/CNPQ, 1993, 19-62p</p> <p>MANESCHY, M. C. Pescadores dos manguezais: estratégias e técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, L. G., LEITÃO W. & FIÚZA A. Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MTC/CNPQ, 1993, 19-62p.</p>				



MORAN, E. F.; OSTROM, E. **Ecosistemas florestais interação homem-ambiente**. Editora: Senac, 2008.

DISCIPLINA: Etnomatemática	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4
EMENTA: 1. História do surgimento da Etnomatemática. 2. Perspectivas histórico-culturais da Etnomatemática. 3. Etnomatemática no contexto da educação do campo. 4. Estudo de experiências pedagógicas em Etnomatemática. 5. Etnomatemática como práticas de investigações matemáticas e modelagem matemática.				
REFERENCIAS BÁSICAS: BIEMBENGUT, M. S.; HEIN, N. Modelagem Matemática no ensino . São Paulo: Contexto, 2005. D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade . 2. ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002 (Coleção Tendências em Educação Matemática). KNIJNIK, G. et al. Etnomatemática em Movimento . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.				
REFERENCIAS COMPLEMENTARES: BORBA, R.; GUIMARÃES, G. A pesquisa em Educação Matemática: repercussões na sala de aula , São Paulo: Cortez, 2009. D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática . Campinas. Papyrus, 1996. D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: arte ou técnica de ensinar e conhecer . 4. ed. São Paulo: Ática.1998. MATTOS, J. R. L. Etnomatemática: saberes do campo . Curitiba: Editora CRV, 2016. MIGUEL, Antônio; MIORIM, Maria Ângela. História na Educação Matemática: propostas e desafios . Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 200 p. (Coleção Tendências em Educação Matemática, 10).				

DISCIPLINA: Ciências no Ensino Fundamental: ser humano e saúde	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	6	4
EMENTA: 1. Fundamentos metodológicos para o ensino de ciências no ensino fundamental. 2. O corpo humano e a saúde. 3. As relações entre o saneamento básico e a saúde. 4. Análise e explicação das transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais, os métodos contraceptivos para prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). 5. As dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). 6. Célula como unidade da vida. 7. Nutrição do organismo, sistemas digestório, respiratório, circulatório. 8. Metais pesados e radioatividade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMSTRONG, Diane Lúcia de Paula. Metodologia de ensino de ciências biológicas e da natureza (livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série metodologias), 2Mb, PDF.				



CANTO, E.L. **Ciências Naturais: Aprendendo com o cotidiano.** 6º, 7º, 8º e 9º Anos. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

USBERCO, J. **Companhia das Ciências.** 6º Ano. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIZZO, N. **Novas bases da Biologia: Seres vivos e comunidades.** Vol. 2, ensino médio. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. **Metodologia do Ensino de Ciências.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001

DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2007.

NATALE, S.T. **Proteção Radiológica e Dosimetria- Efeitos Genéticos e Biológicos, Principais Cuidados e Normas de Segurança,** ed.01. São Paulo: Editora Érica, 2015.

PASCALICCHIO, A.E. **Contaminação por Metais Pesados: Saúde Pública e Medicina Ortomolecular.** Juiz de Fora: Editora Annablume, 2002.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de Ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico.** 5ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

SANTOS, Sátiro dos. **Ensino de Ciências: abordagem histórico-crítica.** Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DISCIPLINA: Projeto Integrador IV	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	12	14	04

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. A **pesquisa-ação.** Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos:** novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal:** técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa.** In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica IV	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	26	4

EMENTA: Educação Indígena. Cultura Marajoara Afro Indígena. O Lei 10. 639/2003 (Interseção nos currículos da história da África e cultura afro-brasileira). 11.645/2008 (inserção da História e cultura indígena nos currículos). Produção de cadernos pedagógicos sobre a história indígena marajoara.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SARRAF-PACHECO, Agenor. **Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara.** Cadernos de História, v. 17, p. 27-63, 2016.

Agenor. **Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara.** Projeto História (PUCSP), v. 44, p. 197-226, 2012.

SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires. (Org.). **Muito além dos campos:** Arqueologia e História na Amazônia Marajoara. 1ªed. BELÉM: GKNORONHA, 2010, v. 01, p. 31-69.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SARRAF- PACHECO. **História e literatura no regime das águas:** práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. Amazônica: Revista de Antropologia (Impresso), v. Vol. 1, p. 406-441, 2009.



HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardiã Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 267-304.

WALLACE, Alfredo Russel (1823-1913). **Mexiana e Marajó**. In: Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Tradução Eugênio Amado; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

5º SEMESTRE: POPULAÇÕES DO CAMPO, ÁGUAS, FLORESTAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

DISCIPLINA: A química dos recursos hídricos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	6	3

EMENTA: 1. Estrutura, características e propriedades da água. 2. Ciclo Hidrológico 3. Acidez e Basicidade. 4. Solubilidade 5. Eletroquímica 6. Água Preta, Clara e Barrenta nos principais rios do Pará 7. Poluentes e Contaminantes dos recursos hídricos na Amazônia Paraense. 8. Tratamentos da Água 9. Medidas Protetivas dos recursos hídricos. 10. Aspectos Éticos e Legais da Química da Água.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente, ed. 05. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DIAS, N.S.; SILVA, M.R.F.; GHEYI, H.R. **Recursos Hídricos: Usos e Manejos**, ed. 01. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

LENZI, E.; FAVERO, L.O.B.; LUCHESE, E.B. **Introdução à Química da Água: Ciência e Sobrevivência**, ed. 01. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, T.E.; LEWAY, H.E.; BURSTEN, B.E.; MURPHY, C.; WOODWARD, P. **Química: A Ciência Central**, ed. 13. São Paulo: Editora Pearson, 2016.

BURROWS, A.; HOLMAN, J.; PARSONS, A.; PILLING, G.; PRICE, G. **Química: Introdução à Química Inorgânica, Orgânica e Físico-Química**, v.03. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

DOURADO, O.C.J. **Águas na Amazônia- Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Juruá, 2004.

SOUZA, L.C. **Águas e Sua Proteção**. Rio de Janeiro: Editora Juruá, 2004.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, T.M. **Recursos hídricos no século XXI**, nova edição ampliada e atualizada. Oficinas de Textos, 2011.

DISCIPLINA: Dinâmica dos fluídos e das ondas no ecossistema amazônico	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	35	28	4	3

EMENTA: 1. Hidrostática. 2. Hidrodinâmica. 3. Estudo das Ondas. 4. Fenômenos Ondulatórios. 5. Ondas Sonoras. 6. Ondas eletromagnéticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FEYNMAN, R. P. et al. **Lições de Física de Feynman**. Ed 1ª. Porto Alegre. Bookman, 2008.

HEWITT, Paul G. **Fundamentos de Física Conceitual**. Tradução Trieste Ricci. Porto Alegre. Bookman, 2009.

OKUMO, E.; VILELA, M. A. C. **Radiação Ultravioleta: Características e Efeitos**. Livraria da Física Sociedade Brasileira de Física.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KNIGHT, RANDALL D. **Física: uma abordagem estratégica**. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 1 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física: uma abordagem estratégica**. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 2 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física: uma abordagem estratégica**. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 3 Porto Alegre. Bookman. 2009.

OKUMO, E.; Vilela, M. A. C. **Radiação Ultravioleta: Características e Efeitos**. Livraria da Física Sociedade Brasileira de Física.

TORRES, CARLOS MAGNO AZINARO ET AL. **Física: ciência e tecnologia**. São Paulo. Moderna, 2001. Volume único.

DISCIPLINA: Educação Agroflorestal	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
------------------------------------	------	---------	---------	--------



	45	36	6	3
--	----	----	---	---

EMENTA: 1. História de vida e saberes amazônicos. 2. A história agrária. 3. A invenção da agricultura e o impacto sobre a natureza. 4. A compreensão das interações entre as diferentes paisagens, com o meio biofísico e o trabalho. 5. As diversas características dos territórios e das propriedades rurais, como os seus aspectos naturais (rios, florestas...) e humanos (costumes da população, regras sociais, trabalho). 6. O fluxo das pessoas de acordo com as marés, mercadorias, animais, águas, dentre outros. 7. O estudo da paisagem agrária/florestal. 8. O enfoque agroecológico. 9. Os sistemas de produção, organizados por meio das atividades agrícolas e extrativas. 10. O potencial madeireiro, açaí e produtos não madeireiros como sementes, resinas e oleaginosos. 11. A Agrofloresta: Relação homem-natureza-cultura-trabalho. 12. O contexto histórico da educação do campo, das águas e florestas. 13. O campo da educação do campo na especificidade agroflorestal. 14. Juventude e educação agroflorestal. 15. Educação agroflorestal como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Waldir Ferreira, OLIVEIRA, Damião Bezerra e SILVA, érbio dos Santos (orgs). **Educação Ribeirinha. Saberes, vivências e formação no campo**. 2ª edição. GEPEIF-UFPA. Belém, 2013.
COUTO, Jeovani de Jesus. **Japiim do Mapuá: Educação Agroflorestal**. Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Caderno Pedagógico (Produto- Mestrado), ano 2015, 82 pag.
FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTO, Jeovani de Jesus. **Entre águas e florestas alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá**. Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Dissertação (Mestrado), ano 2015, 100 pag.
GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. - 4ª ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 2009.
GUZMÁN, Sevilla Eduardo. **A perspectiva agroecológica: Uma sistematização de seus métodos e técnicas agroecológicas e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v3, jan-mar, 2012.
HERRERA, José Antônio. **Dinâmica Agrária e Desenvolvimento da Agricultura Familiar: O caso da Vila Amélia- Breves/ Pará**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, 119 fls. Belém, 2013.
PACHECO, Agenor Sarraf. **História e Literatura no regime das águas: Práticas culturais Afroindígenas na Amazônia Marajoara**: UNAMA. Belém: 2009.

DISCIPLINA: Química Ambiental	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	35	28	4	3

EMENTA: 1. Introdução à Química Ambiental. 2. Ciclos Biogeoquímicos. 3. Química da Água e Conceitos de Poluição e Principais Problemas Ambientais. 4. Química da Atmosfera e Conceitos de Poluição e Principais Problemas Ambientais. 5. Química do solo. 6. Conceitos de poluição e Principais Problemas Ambientais. 7. Interação água, ar e solo. 8. Avaliação dos impactos ambientais provocados aos ecossistemas pela ação de compostos químicos.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente, ed. 05. Porto Alegre: Bookman, 2011.
BAIRD, C. **Química Ambiental**, ed. 04, Porto Alegre: Bookman, 2011.
ROCHA, J. C., ROSA, A. H., CARDOSO, A. A. **Introdução à Química Ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, C. **Química Ambiental**, ed. 02. Porto Alegre: Bookman, 2002.
BRADY, J.E.; HOLUM, J.R.; RUSSEL, J.W. **Química: A matéria e suas transformações**, ed. 05. São Paulo: Editora LTC, 2009.
MANAHAN, S.E. **Química Ambiental**, ed.09. Porto Alegre: Bookman, 2013.
MEDEIROS, S.B. **Química Ambiental**, ed.03. Recife: UPE, 2005.
NOWACKI, C.C.B; RANGEL, M.B.A. **Química Ambiental: conceitos, processos e estudo dos impactos ao meio ambiente**, Rio de Janeiro: Editora Érica, 2014.

DISCIPLINA: Ciências no Ensino Fundamental: vida e ambiente	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	6	3

EMENTA: 1. Ciclo da matéria. 2. Cadeias alimentares simples, produção primária, microrganismos na decomposição, na produção de alimentos, combustíveis e medicamentos. 3. Diversidade de ecossistemas, os principais ecossistemas brasileiros (quanto à paisagem, à quantidade de água, ao tipo de solo, à disponibilidade de luz solar e à temperatura, entre outras). 4. Fenômenos naturais e impactos ambientais, indicadores de saúde pública. 5. Seres vivos no ambiente (plantas e animais). 6. Mecanismos reprodutivos nas plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. 7. Preservação da biodiversidade, as unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e atividades a elas relacionadas. Atomística, tabela periódica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMSTRONG, Diane Lúcia de Paula. **Metodologia de ensino de ciências biológicas e da natureza** (livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série metodologias), 2Mb, PDF.
CANTO, E.L. **Ciências Naturais**: Aprendendo com o cotidiano. 6º, 7º, 8º e 9º Anos. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2012.
USBERCO, J. **Companhia das Ciências**. 6º Ano. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



BIZZO, N. **Novas bases da Biologia**: Seres vivos e comunidades. Vol. 2, ensino médio. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. **Metodologia do Ensino de Ciências**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001

DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

GRAY, T. **Os Elementos: uma Exploração Visual dos átomos conhecidos no universo**. São Paulo: Editora Blücher, 2011.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de Ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

SANTOS, Sátiro dos. **Ensino de Ciências**: abordagem histórico-crítica. Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DISCIPLINA: Limnologia dos ecossistemas amazônicos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	5	4

EMENTA: 1. Limnologia conceitos e definições. 2. Origem e geomorfologia dos lagos, rios e áreas alagáveis. 3. Características das águas continentais, compartimentos e comunidades. 4. Lagos como ecossistemas. 5. Rios como ecossistemas, conceito de contínuo e de pulso de inundação. 6. Aspectos gerais sobre os rios da Amazônia e antropismo. 7. Limnologia de ecossistemas aquáticos amazônicos. 8. Processos físicos, químicos e biológicos. 9. Ecologia e fatores de estrutura e funcionamento de cadeias tróficas aquáticas. 10. Balanço de carbono e energia. 11. Dinâmica de populações de ecossistema aquáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ESTEVES, F. A. **Fundamentos de Limnologia**. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Interciência/FINEP, 2011. 826p.

SOUZA, Raimundo Aderson Lobão de. **Ecossistemas aquáticos**: bases para o conhecimento. Belém: EDUFRA. 2013, 204p.

TUNDISI, José Galizia. TUNDISI, Takako Matsumura. **Limnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 625p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZIZ N. Ab'Saber. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. São Paulo. **Estud. Avançados**. V. 16, n.45, 2002, 7-30p.

BICUDO, C. M. de M & BICUDO, D.C. (Org). **Amostragem em Limnologia**. Rima. 2004, 351p.

CUNHA, Sandra Baptista. **Geomorfologia fluvial**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista. (orgs). Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 211p.

DISCIPLINA: Projeto Integrador V	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	8	18	04



EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA V	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	26	04

EMENTA: Populações tradicionais, modos de vida e educação: Do campo, floresta, ambientes aquáticos, agropecuária e extrativismo. Assentamentos e Reserva Extrativistas. Organizações e movimentos sociais no campo: A escola do campo em movimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: O temos a aprender dos Movimentos sociais?** Currículos sem Fronteiras, 2003.

CALDART, Roseli. **A escola do campo em Movimento. Currículo sem Fronteiras.** Vol. 3. Jan/Jun 2003.

PIMENTA, Selma G.(coord). **Saberes pedagógicos e Atividades Docentes.** São Paulo: Cortez, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre.** São Paulo: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa.** São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

_____. **Pedagogia do Movimento sem Terra: A escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Educação e Movimento: Formação de educadoras e Educadores no MST.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SILVA, Maria do Socorro. **Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo.**

IN: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 20006.

6º SEMESTRE

EIXO: CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

DISCIPLINA: Optativa I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	1	8

EMENTA: EMENTAS NO QUADRO ESPECÍFICO



DISCIPLINA: Introdução à Epistemologia das Ciências da Natureza	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	2	8
<p>EMENTA: 1. O que é conhecimento? 2. Conhecimento cotidiano, filosófico e teológico. 3. Conhecimento científico, natural e sociocultural. 4. Conhecimento local e total. 5. Como enfrentar a incerteza? 6. A reforma do pensamento. 7. O que são Ciências? 8. Ciências: teórica, observacional e experimental. 9. O ceticismo, o fenomenismo e o realismo científico. 10. A Escola Nova. 11. Quais são os princípios orientadores da metodologia do ensino de Ciências? 12. As concepções epistemológicas do professor como um dos determinantes do processo ensino-aprendizagem: pedagogia diretiva e seus pressupostos, pedagogia não diretiva e seus pressupostos e pedagogia relacional e seus pressupostos. 13. As ciências naturais no contexto das diversidades de pensamentos matemáticos, biológicos, físico e químico.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CRUZ, C. G. M. et al. Fundamentos teóricos das ciências naturais. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOURDIEU, P. Coisas Ditas. Trad. Cássia R. da Silva, Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. GHEDIN, E. Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. LEFT, E. A. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001. MORIN, E. Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios, ed. 06. Maria da Conceição Almeida, Edgard de Assis Carvalho (orgs.). Trad. Edgard de Assis Carvalho e Maria da Conceição de Almeida. São Paulo: Cortez, 2013. PRIGOGINE, I. As leis do caos. São Paulo: Editora UNESP, 2002.</p>				

DISCIPLINA: Princípios de Química no Currículo da Educação do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	2	8
<p>EMENTA: 1. Conceitos fundamentais das teorias atômicas e ligações químicas, com ênfase para a estrutura microscópica da matéria e sua correlação com as propriedades físicas e químicas dos materiais. 2. Elemento químico e classificação periódica. 3 Estudo dos Gases. 4. Reações Químicas. 5. Fundamentação teórica sobre os sistemas químicos e as transformações da matéria, ilustrando com exemplos práticos de síntese, propriedades e aplicações de elementos e compostos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRADY, J.E.; HOLUM, J.R.; RUSSEL, J.W. Química: A matéria e suas transformações, ed. 05. São Paulo: Editora LTC, 2009. MAHAN, B. H; MYERS, R.J. Química: um curso universitário. São Paulo: Edgard Blucher, 2003. 582p.</p>				



NOVAES, V. L. D. **Química Geral e Inorgânica**, São Paulo: Atual, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente, ed. 05. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BROWN, T. L.; LEMAY, H. E.; BURSTEN, B.E; MURPHY, C.; WOODWARD, P.; STOLFZFUS, M.W.. **Química uma ciência central**, ed. 13. Rio de Janeiro: Pearson, 2017.

MAAR, J.H. **Pequena história da química**: primeira parte – dos primórdios a Lavoisier, Florianópolis: Papa-Livros, 1999.

MORTIMER, E. F.; MACHADO, A.H. **Química para o ensino médio**, v.01, ed. 02, São Paulo: Scipione, 2014.

SHRIVER, D. F.; ATKINS, P. W. **Química inorgânica**, ed. 04. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DISCIPLINA: Física conceitual	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	25	2	3

EMENTA: 1. Equilíbrio e Movimento Linear. 2. As Leis de Newton do Movimento. 3. Momentum. 4. Gravidade, Projéteis e Satélites. 5. Mecânica dos Fluidos. 6. Calor. 7. Transferência de Calor e Mudanças de Fase.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HEWITT, PAUL G. **Fundamentos de Física Conceitual**. Tradução Trieste Ricci. Porto Alegre. Bookman, 2009.

KNIGHT, R. **Física 2: Uma abordagem estratégica**. Tradução Iuri Duquia Abreu. Ed. 2ª. Porto Alegre. Bookman, 2009.

TIPLER, P. A. Mosca G. **Física: Eletricidade, Magnetismo e Ótica**. Tradução Fernando Ribeiro da Silva, Mauro Speranza Neto. Vol. 2. Rio de Janeiro. LTC, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 1 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 2 Porto Alegre. Bookman. 2009.

KNIGHT, RANDALL D. **Física**: uma abordagem estratégica. Trad. Trieste Freire Ricci. Ed. 2ª. Vol. 3 Porto Alegre. Bookman. 2009.

OKUMO, E.; Vilela, M. A. C. **Radiação Ultravioleta**: Características e Efeitos. Livraria da Física Sociedade Brasileira de Física.

TORRES, CARLOS MAGNO AZINARO ET AL. **Física**: ciência e tecnologia. São Paulo. Moderna, 2001. Volume único.



DISCIPLINA: Construindo conhecimentos de Biologia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	2	8

EMENTA: 1. A Biologia no currículo do Ensino Médio: aspectos teóricos, conceituais e práticos e sua contextualização com o campo. 2. Introdução à botânica: Reino Plantae; briófitas, pteridófitas, gimnospermas, angiospermas e organologia vegetal. 3. Fisiologia vegetal. 4. Introdução à zoologia: Reino animal, principais filos. 5. Embriologia animal. 6. Fisiologia humana dos sistemas: digestório, circulatório, respiratório, excretor, nervoso, endócrino, sensorial e locomotor. 6. Anatomia animal comparada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALZOTO, Gilsani. **Fundamentos e metodologia de ensino para as ciências biológicas** (livro eletrônico). Curitiba: intersaberes, 2014. 2Mb, PDF.

HICKMAN, Cleveland P.; ROBERTS, Larry S.; LARSON, Allan. **Princípios integrados de zoologia**. 11a ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2010.

LICATTI, F. O ensino de evolução biológica no nível médio: investigando concepções de professores de biologia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, 2005. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90884/licatti_f_me_bauru.pdf?sequence=1, acesso em 29 abr 2016.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia Vegetal**. 8ª ed. Trad.: Jane E. Kraus. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014, 876p

Secretaria de Educação Fundamental. PCN Ensino Médio +: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: conhecimentos de Biologia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000. BRASIL.

BRUSCA, G. J.; BRUSCA, R. C. **Invertebrados**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de ensino de Biologia**. 4 eds. rev. e ampli. 3a reimpr. São Paulo: EdUSP, 2011.

SANTORI, Ricardo Tadeu; SANTOS, Marcelo Guerra Santos. **Ensino de ciências e biologia: um manual para elaboração de coleções didáticas**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2015. 240p.

SILVA, G. Problematizando o ensino de Zoologia na educação básica a partir de sequências didáticas produzidas por licenciandos. Atas do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.xenpec.com.br/anais2015/resumos/R2172-1.PDF> acesso em 24 abr 2016.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal**. 5a ed. Trad. Santarém et al. Editora ARTMED, Porto Alegre. 2013, 820p.



TORTORA, G.J.; Derrickson, B. **Corpo Humano** - Fundamentos de Anatomia e Fisiologia, Artmed, 8ª ed., 2012.

DISCIPLINA: TCC I	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	32	8	0

Ementa: 1. Conceitos e construções sobre Pesquisa Participativa. 2. Pesquisa-ação e ou Pesquisa de Intervenção social. 3. Roteiro, diagnóstico e processos interventivos. 4. Produto da intervenção social. 5. Escrita de artigo acadêmico ou monografia. 6. Regras da ABNT. 7. Reflexões e conceituações sobre devolutiva ou partilha de saberes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.

DEMO, P. **Pesquisa Participante.** Mito e realidade. Brasília: UnB/INEP, 1982.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, M.V.G.; REIS, R.S. **Análise de dados em Atividade Física e Saúde:** demonstrando a utilização do SPSS. Londrina: Midiograf, 2003.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

LIBÂNEO, J.B. **Introdução à vida intelectual.** São Paulo: Edições Loyola, 2001, 2ª ed.

MARTINS, G.A. **Manual para elaboração de Monografias e Dissertações.** São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MION, R. A., SAITO, C. H. (Org.) **Investigação-Ação:** mudando o trabalho de formar professores. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001.

DISCIPLINA: Projeto Integrador VI	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	8	4	18

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



BARBIER, R. A **pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VI	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	18	18	14

EMENTA: 1. Teorias do Currículo, Educação do campo e pesquisa. 2. Currículo, Relações de Poder e Dominação Simbólica na Escola. 3. Interdisciplinaridade. 4. Avaliação e pesquisa. 5. Intervenção pedagógica nos anos finais do ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda. ET. Al. (org.) **Criar Currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

APLPLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento**: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem fronteiras, 2003.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDART, Roseli. **A escola do campo em Movimento**. Currículo sem fronteiras. Vol3. Jan/Jun 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2000.

REIRE, Paulo. **Consciência e História: a práxis educativa**. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARAISO, M, **Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente**. Educação e Realidade, 19

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7º SEMESTRE

DIVERSIDADE E PRÁTICA EDUCATIVA DO CAMPO

DISCIPLINA: Evolução, Ecologia e Antropia	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	2	7

EMENTA: 1. Evolução biológica: bases genéticas, compreensão dos mecanismos de transmissão da informação genética, em nível molecular, celular e evolutivo, experimentos de Mendel, heredograma, tipagem sanguínea, polialelismo, herança de sexo, doenças genéticas. 2. Teorias da evolução. 3. Ecologia: conceitos básicos, componentes, abordagens, divisões (autoecologia e sinecologia), populações, dinâmica das populações, comunidades e ecossistemas. 4. Aspectos e impactos ambientais, doenças tropicais e a busca pela sanidade na região amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALZOTO, Gilsani. **Fundamentos e metodologia de ensino para as ciências biológicas** (livro eletrônico). Curitiba: intersaberes, 2014. 2Mb, PDF.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. **Introdução à genética**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 7ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e Sustentabilidade**. Cengage Learning, 2013.

PURVES, William K.; SADAVA, David; Orians, Gordon e HELLER, H. Craig. Vida: a ciência da biologia Volume I: Célula e Hereditariedade, Volume II: Plantas e Animais e Volume III: **Evolução, Diversidade e Ecologia**. 6a ed. Porto Alegre. Artimed, 2005.

SANTORI, Ricardo Tadeu; SANTOS, Marcelo Guerra Santos. **Ensino de ciências e biologia: um manual para elaboração de coleções didáticas**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2015. 240p.

SCHWAMBACH, Cornélio, SOBRINHO, Geraldo Cardoso. **Biologia** (livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2017 (Coleção EJA: Cidadania Competente, v.7), 2Mb, PDF.

SNUSTAD, Peter; SIMMONS, Michael J. **Fundamentos de Genética**. 4as Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2008.

DISCIPLINA: Natureza, Agricultura e Desenvolvimento Humano	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	21	2	7

EMENTA: 1. As grandes transformações da agricultura no Mundo (1ª e 2ª Revolução Agrícola e Revolução Verde). 2. Agricultura: possibilidades e crises decorrentes de sua modernização. 3. As adversidades da modernização agricultura e o surgimento das *agriculturas alternativas*. 4. A necessidade de um novo paradigma de agricultura mais harmonioso com a Natureza.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária. 2ª edição. 1999. 157p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010, 568p

MOREIRA, Rodrigo; CARMO, Maristela. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

SILVA, Luís Mauro. O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico. In: **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Gutemberg Guerra e Paulo Waquil (Org.). Belém. Paka-Tatu, 2013. p. 227-248.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAL SOGLIO, Fábio. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Gutemberg Guerra e Paulo Waquil (Org.). Belém. Paka-Tatu, 2013. p. 197-225.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural**. Natureza e agricultura no mundo contemporâneo. Blumenau: Edifurb, 2004. 192p.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio; CAPORAL, Francisco. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 85-104.



SEVILLA GUZMAN, Eduardo. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Emater, Porto Alegre: v. 3, n.1, 2002, p. 18-28.

DISCIPLINA: Olericultura nas escolas do campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	30	2	8

EMENTA: 1. Importância econômica e social da olericultura no Brasil e no mundo. 2. Planejamento e instalação da horta. 3. Técnicas de produção das principais espécies olerícolas para agricultura familiar. 4. Colheita, classificação e embalagens das principais espécies olerícolas. 5. Alimentação saudável com espécies olerícolas. 6. Comercialização das principais espécies olerícolas. 7. Fatores de improdutividade. 8. Impactos ambientais: prevenção e controle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EMBRAPA. **Tecnologia de sementes de hortaliças**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2009. 432 p.
FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV- Universidade Federal de Viçosa, 2008. 421 p.
SOCIEDADE DE OLERICULTURA DO BRASIL. **Horticultura Brasileira**, Brasília: Sociedade de Olericultura do Brasil, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças**: fisiologia e manuseio. 1 e 2. ed.rev.ampl. Lavras: UFLA, 1990 e 2005. 783 p.
FILGUEIRA, F.A.R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV- Universidade Federal de Viçosa, 2008. 421 p.
FRANCISCO NETO, J. **Manual de horticultura ecológica**: auto-suficiência em pequenos espaços. São Paulo:Nobel, 1995. 141 p.
LANA, M. M.; NASCIMENTO, E.F. do; MELO, M.F. de. **Manipulação e comercialização de hortaliças**.Brasília: EMBRAPA-SPI, Embrapa- CNPH, 1998. 41 p.
PRIETO MARTINEZ, H.; SILVA FILHO, J. Barros da. **Introdução ao cultivo hidropônico de plantas**. 3. ed.Viçosa: UFV, 2006.

DISCIPLINA: Manejo Agroecológico do solo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	35	26	2	7

EMENTA: 1. Noções de gênese dos solos. 2. Formação dos solos. 3. Relação raiz-solo. 4. Biologia e microbiologia do solo. 5. Conceitos básicos em fertilidade do solo. 6. Acidez e Calagem. 7. Manejo e Conservação do Solo e da água: Manejo ecológico de solos tropicais; erosão do solo; práticas conservacionistas; sistema de manejo do solo e da água.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo**. São Paulo: Ícone, 1991.
BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos**. Porto Alegre: Bookman. 2012.
PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico do Solo**. São Paulo: Nobel: 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, N. C. **Natureza e propriedades dos solos**. 7ª ed. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos. 1989.
LEPSCH, I. F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.
NOVAIS, R. F.; ALVAREZV, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. **Fertilidade do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. **Para Entender a Terra**. 6ª Ed. Porto Alegre: Bookman. 2013.
RESENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, G. B.; CORRÊIA, G. F. **Pedologia: Bases Para Distinção de Ambientes**. Viçosa: NEPUT, 2002.

DISCIPLINA: TCC II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	18	20	2

EMENTA: 1. Orientações: projeto. 2. Defesa e entrega do texto final. 3. Seminário Integrador: Rodada acadêmica. 4. A pesquisa ação: Artigo final ou monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RABELLO, M.; FERREIRA, G; GONZALEZ, W. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2012.
RIZZINI, I. **Pesquisando**. Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1999.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica**. Objetividade, paixão, improviso e método nas ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18ª Edição. Porto Alegre: Editora Cortez, 2011.
_____. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
TOMAZZETTI, C.M., BASTOS, F. P., KRUG, H. N. **Investigação-ação e formação de professores: estratégias articuladoras da prática formativa**. Revista Educação 29 (2), 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2004/02/a8.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2013.



DISCIPLINA: Projeto Integrador VII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	12	14	04

EMENTA: 1. Eixo Temático. 2. Questões Problemas. 3. Diálogo com as disciplinas do Eixo. 3. Plano de Estudo. 4. Orientações para o relatório do Tempo Comunidade 4. Pesquisa ação-reflexão-ação. 4. A Pesquisa Como Princípio Educativo. 5. Diagnóstico Participativo. 5. Escuta, diálogos e escrita. 6. Relatório do Tempo Comunidade. 7. Socialização do Tempo Comunidade. 8. Colocação em comum. 9. Partilha de saberes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVEZ MAZZOTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, M. **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, C. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

FERNANDES, B. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Molina, Mônica Castagna (org). Brasília, 2006.

MICHELOTTI, F. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org). Por uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas- educação. Brasília: Inkra; MDA, 2008.

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	22	08

EMENTA: 1. Conceito de Educação e diversidade. 2. A diversidade de povos do campo (quilombola, índio, pescador, extrativista, agricultor, ribeirinho) e o papel da educação no fomento à produção diversificada. 3.



Diversidade cultural: Inclusão, exclusão, sincretismo e o Multiculturalismo no Campo. 4. Diferença e igualdade. 5. A conceituação do diferente e do não-diferente e suas implicações no processo de discriminação e desigualdade na perspectiva da diferença cultural no campo. 6. A Escola do campo x Homofobia (Queer e diversidade sexual; Homossexualidades e Heterossexualidade). 7. Etnicidades e diversidade cultural a partir das Histórias e Culturas indígenas. 8. Diversidade de Experiências Educacionais na Educação do Campo (Casas Familiares Rurais, Escolas Família Agrícola, Movimento Sem Terra, Projetos do PRONRA, Escola Sindical da CUT, Educação Indígena). 9. A pesquisa como princípio educativo a partir da temática **Cultura, Saber e Agroecossistemas na Amazônia e Ciências da Natureza na Educação do Campo.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org.) **Pedagogia das Diferenças na sala de aula.** Campinas-SP: Papyrus, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade.** Uma introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOMAZ, T. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.73-102.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.103-133.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diversidade na Educação: Como indicar as diferenças?** Série Avaliação, nº 8, Brasília: 2007.

PINHEIRO, Sérgio L.G. **O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre. 2000.

ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; SOBRINHO, Mário Vasconcellos (Orgs.).

Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

8º SEMESTRE

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO DO CAMPO



DISCIPLINA: Estatística para a Educação do Campo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	32	-	8

EMENTA: 1. Introdução à Estatística: método científico e conceitos básicos (amostra, população e inferência). 2. Teoria e prática do planejamento de amostragem (pergunta, hipótese, predição, variáveis quantitativas e qualitativas, variáveis dependentes e independentes. Distribuição de frequência, medidas de posição, dispersão e assimetria. 3. Tabelas simples e de contingência 4. Gráficos de dispersão (linhas, barras, setores, histogramas). 5. Aplicações contextualizadas na realidade do Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística Fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
SPIEGEL, Murray R.; SCHILLER, John. **Probabilidade e Estatística**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000 (Coleção Schaum).
NAZARETH, H. **Curso Básico de Estatística**. São Paulo: Ática, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEYER, Paul L. **Probabilidade, Aplicações à Estatística**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
SPINDLI, W. e SOUZA, M. H. S. **Introdução à Estatística**. São Paulo: Ática, 1989.
BEIGUELMAN, B. **Curso Prático de Bioestatística**. 5ª Ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.
CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística - Princípios e Aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
PAGANO, M. e GAUVREAU, K. **Princípios de Bioestatística**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

DISCIPLINA: Matemática aplicada às Ciências Naturais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	32	-	8

EMENTA: 1. Modelos matemáticos aplicados ao cálculo de área de figuras geométricas planas e espaciais. 2. Proporcionalidade matemática aplicável às Ciências Naturais. 3. Funções Elementares: funções do 1º e 2º graus; função exponencial e logarítmica. 4. Modelos matemáticos exponenciais e logarítmicos. 5. Noções de Probabilidade: espaço amostral e evento; evento certo e impossível; cálculo de probabilidades simples. 6. Estimativas probabilísticas aplicáveis às Ciências Naturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTE, L. R. **Matemática: contextos e aplicações – volume único**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2011.
LOESCH, C. **Probabilidade e Estatística**. São Paulo: Editora LTC, 2013.
MOLTER, A. et al. **Tópicos de Matemática Básica**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATSCHELET, E. **Introdução à Matemática para Biocientistas**. São Paulo: Editora Interciência, 1978.
BRANDT, C. F.; BURAK, D.; KLÜBER, T. E. (Org.). **Modelagem Matemática: uma perspectiva para a educação básica**. Ponta Grossa: Editora UEPG. 2010.
KNIJNIK, G. et al. **Etnomatemática em Movimento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.



LIMA, E. L. **Medida de Forma em Geometria**. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.
MENDES, I. A.; FARIAS, C. A. **Práticas Socioculturais e Educação Matemática**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. (Coleção Contextos da Ciência).

DISCIPLINA: Instrumentação do Ensino de Ciências	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	24	-	6

EMENTA: 1. Instrumental teórico/prático a partir de concepções e alternativas de ensino-aprendizagem. 2. Tendências atuais da área de conhecimento e produção de materiais e desenvolvimento de atividades de apoio à Prática de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, C. **Novas Maneiras de Ensinar, Novas Formas de Aprender**. São Paulo: ARTEMED, 2002.
DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. P. **Metodologia do ensino de ciências**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. 207p.
PEREIRA, M, L. **Inovações para o ensino de Ciências Naturais**. Editora Universitária/UFPB, 2003, 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABILIO, F. J. P. & GUERRA, R. A. T. **A questão ambiental no ensino de Ciências e a formação continuada de professores de ensino fundamental**. UFPB/LEAL/SESU-MEC, 132p, 2005.
MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A.S.L. **Uma reflexão sobre o ensino de ciências no nível fundamental da educação**. Ciências & Ensino, vol.2, n.2, junho de 2008.
MÜTSHELLE, M.S. e GONSALES FILHO, J. **Oficinas Pedagógicas. A arte e a magia do fazer na escola**. ISBN: 85-15-00681-2. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.
VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad. 1993. 193 p.
HENNIG, G. J. **Metodologia do Ensino de Ciências**. Mercado Aberto, 3. Ed., Porto Alegre, RS, 1998.

DISCIPLINA: Laboratório de Ensino em Ciências Naturais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	40	35	-	5

EMENTA: 1. Instrumental teórico/prático a partir de concepções e alternativas de ensino-aprendizagem. 2. Tendências atuais da área de conhecimento e produção de materiais e desenvolvimento de atividades de apoio à Prática de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, C. **Novas Maneiras de Ensinar, Novas Formas de Aprender**. São Paulo: ARTEMED, 2002.
DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. P. **Metodologia do ensino de ciências**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. 207p.
PEREIRA, M, L. **Inovações para o ensino de Ciências Naturais**. Editora Universitária/UFPB, 2003, 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



ABILIO, F. J. P. & GUERRA, R. A. T. **A questão ambiental no ensino de Ciências e a formação continuada de professores de ensino fundamental.** UFPB/LEAL/SESU-MEC, 132p, 2005.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A.S.L. **Uma reflexão sobre o ensino de ciências no nível fundamental da educação.** Ciências & Ensino, vol.2, n.2, junho de 2008.

MÜTSCHELLE, M.S. e GONSALES FILHO, J. **Oficinas Pedagógicas. A arte e a magia do fazer na escola.** ISBN: 85-15-00681-2. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad. 1993. 193 p.

HENNIG, G. J. **Metodologia do Ensino de Ciências.** Mercado Aberto, 3. Ed., Porto Alegre, RS, 1998.

DISCIPLINA: OPTATIVA II	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	45	36	-	9

EMENTAS NO QUADRO ESPECÍFICO

DISCIPLINA: Prática Pedagógica VIII	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	20	26	4

EMENTA: 1. Educação do campo e Prática Pedagógica 2. Práticas interdisciplinares para atuar na docência multidisciplinar. 3. Eixos temáticos. 4. Áreas do Conhecimento. Projetos Pedagógicos de Curso

REFERENCIAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa.** São Paulo. Paz e terra. 29ª ed.

_____ **Pedagogia do Oprimido.** 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro.** - 2ª ed – São Paulo: Cortez: Brasília, 2011.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES:

COUTO, Jeovani de Jesus. **Japiim do Mapuá: educação agroflorestal.** São Paulo; Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2016.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. (org). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2009

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem fronteiras, 2003.



FIGLIAREZZA, Cristina; MARCON, Telmo (orgs). **O popular e a Educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento**. Ed Unijuí, Ijuí: 2009

SANTOS, B. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Editora: trilce, Montevideo-Uruguay, 2006.

DISCIPLINA: Seminário Integrador de Pesquisa	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	30	10	-	20

EMENTA: 1. Rodadas acadêmicas. 2. Constituição de banca de orientação. 3. Apresentação e avaliação dos artigos ou monografias. 4. (Re) Organização textual, Normas da ABNT, indicações de publicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVEZ MAZZOTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos Investigativos:** novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre Mediação, 1996.

DIAS, Carlos Augusto. **Grupo Focal:** técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Revista Informações e Sociedade. João Pessoa, V. 10, nº 02, 2000.

LUCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar:** Fundamentos Teórico Metodológicos. Petrópolis- RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994. LUCKESI, Cipriano. Prática docente e avaliação. R.J: ABT, 1990 (Série Estudos e Pesquisas, No. 44).

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho. **Significações e Realidade:** conhecimento. In: Pontuschka, Nídia Nacib (Org.) Ousadia no diálogo: a interdisciplinaridade na escola pública. In: São Paulo: Loyola, 1993.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Comunicação e Extensão Rural	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

Ementa: 1. Introdução ao estudo da extensão rural, bem como, sua importância e seus objetivos; 2. Compreender os fundamentos da sociologia e sua relação com o desenvolvimento agroextrativista, evidenciar o debate da comunicação e da extensão rural; 3. Histórico da extensão rural, comunicação, difusões e inovações; 4. Compreender o campo de trabalho do profissional das ciências agrárias: quem são os atores sociais, como atuam,



porque atuam de determinada forma, quais foram os condicionantes históricos que promoveram seu surgimento, quais são seus interesses, com quais interesses se opõem. 5. Metodologia de extensão rural; 6. Comunicação Rural para atuação dos extensionistas; 7. Políticas públicas para a extensão rural; 8. Técnicas de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 9. Métodos de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 10. Ferramentas de assistência técnica e extensão rural e pesquisa; 11. História, conceitos e princípios do Diagnóstico Rural Participativo – DRP; 12. Os 7 passos para o DRP; 13. A caixa de ferramentas do DRP, aplicados à aquicultura; 14. Programas de extensão e desenvolver uma visão holístico sistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

SILVA, R.C. **Extensão rural.** São Paulo: Érica, 2014. (6 exs.)

VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo: **Guia Prático DRP.** Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, p. 62, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. **O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais:** usos “redutores” de um pretense paradigma “holístico”. Redes - Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 43 - 56, 2003.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Análise multidimensional da sustentabilidade:** uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre: EMATER, RS/ASCAR, v. 3, n. 3, p. 70 - 85, 2002.

CUNHA, F.A.A. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo** / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. – Brasília: MMA; IEB, 2006.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências.** Salvador: GTZ, 155p. 2007.

DISCIPLINA: Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1. Aspectos gerais da economia solidária. 2. Histórico da economia solidária na Amazônia. 3. Iniciativas em economia solidária. 4. Realidade atual e tendências do empreendedorismo em economia solidária. 5. Características e perfil de um empreendedor. 6. Plano de negócios. 7. Conceitos iniciais sobre Cooperativismo. 8. Conceitos iniciais sobre associativismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária.** Ed. Idéias & Letras. 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

TORVES, José Carlos. **Economia Solidária.** Ed. José Carlos Torves, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ICAZA, Ana Mercedes & FREITAS, Marcelo (org.) **O projeto Esperança/ Cooesperança e a construção da economia solidaria no Brasil**. Relato de uma experiência. Cáritas Brasileira, Porto Alegre: 2006.
LE MONDE. **Desafios da Economia Solidária**. Instituto Paulo Freire, 2009.
PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil – da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.
SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2003.
TEXTO-BASE para organização de Projetos Alternativos comunitários. Cáritas Brasileira – Regional RS, Caderno de Formação n. 15, 1999.

DISCIPLINA: Governança Florestal e Manejo de Recursos Florestais	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08

EMENTA: 1.Noções de direitos fundiários, responsabilidade governamental e organizações sociais comunitárias. 2. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. 3. Tipologia dos diferentes atores sociais relacionados à temática florestal. 4.Cobertura florestal e desmatamento. 5.Noções de conceitos sobre os temas concessões florestais e acordos entre comunidades e empresas. 6. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia e no Pará.7. Manejo florestal de produtos não madeireiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHEIRO, K.; EHRINGHAUS, C. **Trilhas da Regularização Fundiária para Populações Tradicionais nas Florestas Amazônicas**. 2 ed. CIFOR/CIM/FASE/GTZ/SFB/FAO. Belém. 2013. 116 p.
PINTO, A.; AMARAL, P.; GAIA, C.; OLIVEIRA, W. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato**. Belém/Manaus: Imazon, Sebrae. 2012.
SABLAYROLLES, P.; DRIGO, I; BARTHELON, S; ESPADA, A. L. V.; BLAS, D. E; PIKETTY, M. G. **Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém, PA: Ibama/DBFLO, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, P.; VERÍSSIMO, T.; ARAÚJO, C. D.; SOUZA, H. **Guia para o Manejo Florestal Comunitário**. Imazon, Belém-PA, 2007. 75 p.
BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2017.
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Normas Florestais para Amazônia**. Brasília: IBAMA/Diretoria de Uso sustentável da Biodiversidade e Florestas, 2007. 176p.
KANASHIRO, M. **O Manejo Florestal e a Promoção da Gestão dos Recursos Florestais em Áreas de Uso Comunitário e Familiar na Amazônia**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 31, n. 2, p. 421-427, maio/ago. 2014.
MACHADO, F. S. **Manejo de produtos florestais não madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia**. PESACRE e CIFOR. 2008.



DISCIPLINA: Multimeios Didáticos	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08
<p>EMENTA: 1. Mediação entre recursos tecnológicos e prática educativa escolar. 2. Comunidade escolar e equipamentos tecnológicos disponíveis. 3. Materiais didáticos e produção por professores. 4. Difusão de práticas de utilização de recursos tecnológicos (planejamento, organização, execução e controle de equipamentos e programas).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERRARETTO, Luiz Artur, KLOCKNER, Luciano. E o rádio? Novos horizontes mediáticos. Porto Alegre. Edipucrs, 2010. MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos. BEHRENS, Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 16ªed. Campinas: Papirus, 2009 SANTAROSA, Lucila Maria Costi(org). Tecnologias Digitais Assistivas. Porto Alegre/ RS: JSM Comunicação, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PRADO, Ana. Por que os educadores precisam ir além da data show- e como fazer isso. (on line) Geekei, 2015. Disponível em: www.geekeie.com.br. Acesso em 06 de novembro de 2017 PRETTO, Nelso, PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. Revista Brasileira de Educação, V 11, n 31 , jan-abril de 2006 ROSADO, Luiz Alexandre da Silva (org.) et al. Educação e tecnologia (livro eletrônico). Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estácio de Sá: 2004 SEABRA, Carlos. Tecnologias na escola. Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais, 2010. TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008 KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 155p. 2007.</p>				

DISCIPLINA: Geoprocessamento Ambiental	CH/R	CH/TEOR	CH/PRAT	CH/EXT
	50	40	02	08
<p>EMENTA: 1. Fundamentos da Cartografia. 2. Introdução ao Georreferenciamento. 3. Conceitos base do Sensoriamento Remoto. 4. Iniciação ao Geoprocessamento. 5. Produção de mapas envolvendo dados ambientais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FITZ, P R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. ROCHA, J. A. M. R. GPS – Uma Abordagem Prática. Edições Bagaço, 2002.</p>				



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CÂMARA, G. & MEDEIROS, J. S. **GIS para Meio Ambiente**. INPE. São José dos Campos, São Paulo, 1998.
- FLORENZANO, T. C. **Imagens de Satélite para Estudos Ambientais**. São Paulo (SP): Oficina de Texto, 2002.
- IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Introdução ao Geoprocessamento Ambiental**. São Paulo: Editora Saraiva, 1ª ed. 2014.
- MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina do Texto, 2013.
- MONICO, J. F. G. **Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: Descrição, Fundamentos e Aplicações**. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório no Curso de Licenciatura e deverá ser acrescentado à carga horária mínima do curso. Todos os discentes deverão apresentar um TCC, que corresponde a uma produção acadêmica, no formato de artigo científico ou de uma monografia. O TCC deverá atender às normas da ABNT e perfil de produção científica acadêmica visando à publicação em periódicos específicos. Este TCC será orientado por um docente, e resultante do conhecimento adquirido e acumulado pelo estudante durante a realização do curso.

O TCC poderá ser construído em formato de artigo científico, pois o Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso do IFPA determina, em seu artigo 22, que a versão escrita do TCC deverá seguir as normas da ABNT, incluindo a NBR 6022/2013, que trata sobre informação e documentação de artigos para a publicação. Esta NBR traz em seu bojo toda a estrutura do artigo científico.

O TCC possui disciplinas ofertadas no 6º, 7º e 8º semestre, que são respectivamente TCC I, TCC II e Seminário Integrador de Pesquisa, as referidas disciplinas auxiliam a construção do TCC, o Seminário Integrador de Pesquisa especificamente será um “ensaio” da defesa, nesta disciplina os alunos irão apresentar como está o andamento do TCC e o orientador e mais dois membros da banca avaliarão e apresentarão sugestões de melhoria ao trabalho, no



qual o aluno terá a oportunidade de refletir, e voltar a campo (caso seja necessário), ampliar as referências e outras possíveis sugestões, antes da defesa. Outro elemento importante para essa construção são os Projetos Integradores de Pesquisa que serão realizados ao longo do curso.

O TCC poderá ser realizado individualmente ou em dupla de acordo com o art. 4º, §3º do Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação do TCC devendo também obedecer a Resolução CNE 02/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura).

O TCC tem por finalidade articular os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o processo de investigação e reflexão acerca da área específica de conhecimento, despertando e desenvolvendo a criatividade científica e o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento científico e tecnológico, com base na articulação entre teoria e prática e na interdisciplinaridade, pautando-se pelo planejamento, ética, organização e redação do trabalho científico.

O TCC terá como mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação os seguintes itens:

1. Elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador;
2. Reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
3. Avaliação e defesa pública do TCC perante uma banca examinadora.

Durante a realização do trabalho, o aluno receberá do professor – orientador subsídios e apoio, e sessões próprias programadas, no interesse do desenvolvimento com qualidade do trabalho em elaboração. Deverá obedecer ao que consta nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura), nas diretrizes curriculares específicas de cada curso e Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso.



Todos os orientadores devem possuir, no mínimo, pós-graduação em nível de especialização, internos ou externos, e experiência profissional em docência no nível superior ou em orientação de TCC's de cursos de graduação.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado, para compor essa banca, um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 10,0 (dez) e o estudante será aprovado com, no mínimo, 7,0 (sete) pontos. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação.

12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado visa possibilitar ao futuro professor a oportunidade de vivenciar diferentes situações durante o desenvolvimento do processo ensino–aprendizagem no decorrer do curso, assim como, refletir sobre estas situações juntamente com os orientadores do Estágio e a equipe de professores das respectivas Escolas-campo, a fim de que, possa buscar novas alternativas para sua prática educativa. O estágio supervisionado segue os trâmites previstos na Lei 11.788/2008, são realizados a partir de convênios celebrados com o sistema público de ensino nos municípios pertencentes a área de abrangência do Campus Breves, com a contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais.

O estágio curricular supervisionado é obrigatório nos Cursos de Licenciatura de acordo com a Resolução nº 02/2015 CNE/CP, devendo ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.

Conforme a Resolução CNE 02/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em Nível Superior, licenciatura, de graduação plena, deverão ter, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado, devendo constar na carga horária mínima do mesmo.



A carga horária do estágio supervisionado será de 400 (quatrocentas) horas divididas entre as fases de observação, observação/participação, regência e gestão. O estágio supervisionado terá início a partir do 6º semestre do curso, preferencialmente, em escolas da rede pública de ensino e escolas comunitárias com as quais o IFPA – Campus Breves tenha parceria em projetos de extensão e/ou pesquisa. O planejamento e a execução das práticas realizadas durante o Estágio deverão estar apoiados nas reflexões desenvolvidas durante todo o curso de formação.

As comprovações das atividades de estágio devem ser sistematizadas através de relatórios produzidos, em cada estágio finalizado pelo aluno, e devem ser entregues à Coordenação de Estágio, no final de cada semestre, pelo respectivo professor.

Dessa maneira, o IFPA deve garantir um teor de excelência inclusive como referência para a avaliação institucional exigida por Lei. Sendo uma atividade obrigatória, por sua característica já explicitada, ela deve ocorrer dentro de um tempo mais concentrado, mas não necessariamente em dias subsequentes, não podendo ter uma duração inferior a 400 horas.

13. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO OU PEDAGÓGICAS

O Estágio Curricular não é a única etapa do curso em que os alunos são oportunizados a vivenciar a prática educativa. Ao contrário, durante todo o desenvolvimento das atividades do curso, a prática pedagógica estará presente ao longo dos oito semestres, distribuídos em 08 práticas, sendo três no Núcleo de estudos de formação geral (área das ciências humanas e sociais e ciências da natureza) e cinco nos núcleos de aprofundamento e diversidade de estudos de ciências humanas e sociais e de aperfeiçoamento e diversificação de estudos de ciências da natureza. Cada disciplina corresponde a 50 (cinquenta) hora relógio, totalizando 400 horas.

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada assegura:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por



componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, 2015).

A prática profissional tem carga horária de 1.010 horas, dividida em três momentos:

1º) A Prática Pedagógica (400h); 2º) O estágio curricular supervisionado (400h); 3º) Os Projetos Integradores (210h). O projeto integrador, aqui denominado de Projeto Integrador, faz parte do itinerário formativo presente na prática educativa, nas pesquisas em ambiente social e profissional, nos relatórios e seminários de socialização do Tempo Comunidade.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são regidas pela Resolução CNE/CP nº 02/2015, na qual às 200 horas serão desenvolvidas ao longo do curso. As referidas atividades complementares estão dispostas no Regulamento Didático-Pedagógico de Ensino do IFPA, São atividades de formação do acadêmico e constitui-se de: participação em congressos, seminários, palestras, congressos, conferências, mesa-redonda, oficinas e minicursos, participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras, palestras e oficinas, atividades assistências e comunitárias(voluntariado)oferecidos pela Instituição e por outras



Instituições com ênfase no ensino da área de conhecimento do curso e áreas afins, por exercício de monitoria no próprio curso, participação em Projetos de Pesquisa e Extensão entre outros, conforme prevê o art. 91 de I a XVI do Regulamento Didático Pedagógico do IFPA.

Caberá ao discente ao longo do curso entregar cópias das comprovações de atividades à Coordenação de Curso, para que ao final do curso possa ser expedida declaração de atividades complementares, tornando-o apto no componente.

A carga horária das atividades complementares constar na Matriz curricular do curso do último semestre letivo.

15. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012 estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Subsidiaram o Documento o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

A Educação em Direitos Humanos, que permeia o IFPA campus Breves está fundamentada nos seguintes princípios conforme CNE/CP nº 01/2012:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, Art. 3º)

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos (ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.



No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros.

Além disso, na Licenciatura de Educação do Campo aqui proposta, serão trabalhados os seguintes conteúdos: o conceito de Direitos Humanos e os desdobramentos históricos dessa perspectiva, multiculturalismo e os debates contemporâneos, a relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e políticas e ações educacionais afirmativas. Tais conteúdos serão trabalhados no decorrer da disciplina Educação e Direitos Humanos que será ofertada no 3º semestre, conforme exposto na matriz curricular.

As demandas de estudos na área dos direitos humanos devem fomentar conhecimentos de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, que além do ensino inclua as discussões no âmbito da pesquisa e da extensão, visando à formação integral do cidadão.

Na extensão universitária, a inclusão dos direitos humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária enfatizou o compromisso das universidades públicas com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de formação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios:

1. A universidade, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania;
2. Os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos;
3. O princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas



à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos;

4. A educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior;

5. As atividades acadêmicas no Campus Breves devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros;

6. A construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros;

7. O compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação;

8. A participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEHDH.

16. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

A Lei 11.645/2008, que se refere à obrigatoriedade dos estudos das contribuições dos indígenas a história e cultura brasileira em geral, e amazônica em particular, é tratado de maneira transversal na disciplina: Educação e diversidade na Amazônia marajoara: gênero, raça e etnia, cujos elementos apontam a importância da diversidade cultural existente na Amazônia, no país e a sua influência no comportamento e nos ambientes produzidos para ocupação.

É pertinente um olhar para a questão legal no que tange ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, destacando-se:

Principais Ações das Instituições de Ensino Superior



- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE/CP n. 01/2004;
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes;
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
- d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;
- e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
- f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Etnicorraciais;
- g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica. (BRASIL, 2009, p. 38-39)

Em cumprimento dessas disposições legais, o curso de Licenciatura em Educação do Campo aqui proposto prevê no Núcleo de Estudos de Formação Geral (Área das Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza) as disciplinas: “Educação Especial e Inclusão no Meio Rural”; “Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)” e “Cultura Afroindígena no Marajó”.

O NEABI – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – do Campus Breves foi instituído em 2015 pela portaria nº 083/2015 – GAB/Breves. Na atualidade, com a admissão de novos servidores a portaria está sendo atualizada, para dar continuidade no desenvolvimento de ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais.

17. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é parte de um processo educativo mais amplo, portanto, cabe ao IFPA Campus Breves, promovê-la de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem levando em consideração o contexto local.

Para que a política de educação ambiental possa ser implementada de maneira eficiente e eficaz, baseadas nos objetivos fundamentais da educação ambiental definidos pela Lei nº 9.795/1999, estabelecem-se as seguintes diretrizes:



- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

O IFPA Campus Breves, por meio destas diretrizes, visa formar agentes transformadores da realidade socioeconômica ambiental, principalmente no que diz respeito ao contexto Marajoara, exercendo seus papéis de cidadãos e profissionais com ética e responsabilidade social.

A Educação Ambiental será trabalhada de forma transversal no Núcleo de Estudos de Formação Geral (área das Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza, especificamente nas disciplinas: “Educação do Campo: história, memórias e saberes agroflorestais” e “Saberes tradicionais e produção de novidades”. Além de outras disciplinas que nos núcleos de formação específica contemplam esta política.

18. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

O movimento de inclusão é de caráter educacional, social e político, que resguarda a igualdade de participação dos todos os indivíduos na sociedade da qual façam parte. No ambiente educacional, o movimento defende o direito de todos os estudantes se desenvolverem de modo que possam exercer seu direito de cidadania plenamente.



A educação inclusiva tem o objetivo de garantir que todos os estudantes, independentes de suas características e especificidades, tenham acesso à educação de qualidade para seu desenvolvimento.

A atual legislação prevê em diversos documentos o ideal de educação para todos. O artigo Art. 206 da Constituição Federal de 1988 tem como primeiro princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, trata-se da efetivação do direito publicano de promover o bem a todos, independentemente de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, crença ou qualquer outro tipo de discriminação. Com isso, permite que qualquer pessoa tenha seu direito de ter acesso aos mais altos níveis de ensino.

A Declaração de Salamanca (1994), considerada um dos mais importantes documentos em favor da inclusão social, reconhece as características únicas de cada pessoa, especialmente se tratando das necessidades de aprendizagem. Dessa forma, a escola tem o dever de satisfazer essas necessidades, para que garantir a permanência do educando com deficiência no ensino regular.

O Art. 59 da LDB 9.394/96 assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, o direito de se desenvolver de forma isonômica. No seu Inciso I, orienta que os sistemas de ensino se adequem às necessidades dos alunos quanto ao currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização.

Para que a educação inclusiva ocorra, de fato, são necessárias mudanças organizacionais, estruturais e funcionais em todos os níveis de educação. Destacam-se mudanças no currículo, e no próprio processo de ensino-aprendizagem da instituição.

Com o objetivo atender a legislação vigente e garantir o acesso, a permanência e a saída com sucesso dos alunos com necessidades específicas, o Ministério da Educação (MEC) criou o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Este núcleo funciona, nas escolas federais de educação profissional, articulando pessoas, instituições e desenvolvendo ações do programa no âmbito interno, com o auxílio de sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, além de técnicos administrativos, docentes, estudantes e pais.



O NAPNE surge através do Programa TECNEP – Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais –, que está ligado à SETEC/MEC, sendo um programa que visa à inserção e o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, nas Instituições Federais de Educação (IFE's), em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário.

Está prevista a instalação de um NAPNE que fará todo o acompanhamento e facilitará o acesso à educação de qualidade destes discentes dentro do campus durante todo o decorrer do curso.

O IFPA-Campus Breves até o presente momento, não dispõe de recursos didático-pedagógicos adequados e/ou adaptados à pessoa com deficiência, contudo no próximo processo de aquisição de materiais que deverá ocorrer em janeiro de 2019 está prevista a solicitação dos materiais elencados abaixo:

Quadro02: Recursos à pessoa com deficiência

Recursos
1. Acionador de pressão
2. Alfabeto Braille
3. Ampliadores de texto
4. Armário
5. Bengalas
6. Bola com guizo
7. Cadeira de rodas
8. Cadeira de rodas motorizada
9. Cadeiras
10. Cadeiras para computador
11. Calculadora Sonora
12. Dominó de animais em Libras
13. Dominó de associação de frases
14. Dominó de associação de ideias
15. Dominó de frutas em Libras
16. Dominó tátil
17. Globo Terrestre Tátil
18. Globos adaptados
19. Guias de Assinatura



20. Impressora Braille – médio porte
21. Kit de Desenho Geométrico
22. Kit de lupas manuais
23. Leitor de tela
24. Linha Braille
25. Lupa eletrônica
26. Lupa para acoplar à TV
27. Mapas adaptados em relevo (mapas de mesa)
28. Máquina de datilografia Braille
29. Memória de numerais
30. Memória tátil
31. Mesa Tátil
32. Software para comunicação aumentativa e alternativa
33. Soroban
34. Teclado especial

Uma das ações concretas além da garantia de funcionamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), com espaços de acessibilidade adequada de acordo com as normas, oferta do componente curricular obrigatório por meio das disciplinas Educação especial e inclusão no meio rural e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), profissionais técnicos da área da psicologia, assistência social, enfermagem e médicos, além de docente com formação na área do IFPA/Campus Breves, bem como a articulação das seguintes ações:

1. Sala de recursos;
2. Editais de seleção com reserva de vaga para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
3. Editais de auxílio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
4. Formação de servidores, com oferta de cursos, tais como: LIBRAS, BRAILE, palestras, minicursos sobre inclusão;
5. Promover estudos para sensibilizar o corpo técnico, docente, bem como a comunidade em geral para o atendimento às pessoas com necessidades especiais;
6. Além destes aspectos, uma especial atenção será direcionada ao atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista por meio de:



7. Atendimento de saúde com equipe multiprofissional, para diagnóstico e acompanhamento;
8. Atendimento/acompanhamento no NAPNE e setor pedagógico;
1. Acompanhamento com assistente social;
2. Acompanhante especializado caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais;
3. Instalações físicas, enfermaria, equipamentos e recursos humanos necessários para atendimento das pessoas;

É necessário também identificar barreiras de aprendizagem e planejamento de formas de removê-las, garantindo que o conteúdo não seja acelerado e nem despercebido para o aluno e que busquem formas, estratégias e materiais para que seja melhor aprendida. O setor pedagógico, juntamente com equipe do NAPNE será responsável por avaliar e informar o curso adequado para cada aluno, respeitando o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, no que tange à classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e a Classificação Internacional de Doenças (CID) 10.

19. APOIO AO DISCENTE

A educação como direito social e fundamental é definida pela Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Art. 6º, assim como, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, em seu Art. 3º, que trata dos “princípios da igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. Contudo, faz-se necessário prover as ações que permitam a garantia desse direito.

Em âmbito interno, foi instituída por meio da Portaria de Nº 082/2016 da Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito do IFPA Campus Breves, composta por equipe multiprofissional constituída pelos setores de atendimento aos estudantes. Sua atuação de forma integrada consiste no acompanhamento, monitoramento e no



desenvolvimento de estratégias e ações para a garantia da permanência e êxito dos estudantes ingressos nos cursos campus.

A assistência estudantil deve nortear-se pelas seguintes diretrizes:

a) intervenção nas questões de vulnerabilidade social, cultural e econômica contemporâneas que interferem no processo de ensino e aprendizagem, visando garantir, aos estudantes, o acesso ao ensino, a permanência na Instituição e a conclusão do curso;

b) contribuição efetiva no enfrentamento das situações que provocam a retenção e a evasão escolar;

c) promoção dos programas de assistência estudantil e articulação desses programas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva da formação para a cidadania;

d) implementação de ações, programas e serviços, a partir das necessidades apresentadas pelos alunos;

e) estímulo à formação e ao fortalecimento da organização política dos estudantes, por meio das representações estudantis (Grêmios Estudantis, Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos);

f) contribuição para a formação integral dos estudantes, por meio do incentivo e da viabilização de participação em atividades artístico-culturais, desportivas e técnico-científicas, em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão;

g) vinculação das ações afirmativas aos programas e aos projetos de permanência do estudante na Instituição; e

h) inserção da assistência estudantil nas práticas acadêmicas, como direito social, rompendo com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

O Instituto Federal do Pará Campus Breves implantou no ano de 2014 a Coordenação de Assistência ao Estudante(CAES) com o objetivo de desenvolver a Política de Assistência Estudantil de seus educandos, a partir de sua implantação foi instalado o Fórum Interno de



Assistência Estudantil, com espaço permanente de discussões e reflexões acerca da assistência estudantil, neste são discutidos e deliberados anualmente as ações voltadas aos estudantes, tais como: Auxílio moradia, alimentação, transporte, participação em eventos científicos, creche e atividades esportivas. A concessão desses auxílios está condicionada ao lançamento de um edital, priorizando-se sempre discentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

A CAES tem uma equipe técnica composta de Assistente Social, Psicólogo, Assistente de Aluno e Técnico de Enfermagem que elaboram seu planejamento anual de atividades voltados ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados no campus, com o objetivo de garantir a permanência e êxito dos alunos na aprendizagem.

20. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também tem contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializá-los têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias. Nesse aspecto, não seria precipitado afirmar que as TICS têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distâncias virtuais e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo do IFPA – Campus Breves utilizará além dos periódicos como acervo digital do curso, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para a gestão de diversas atividades acadêmicas, administrativas e/ou pedagógica no âmbito do curso. Este sistema possui ferramentas que auxiliarão na comunicação entre todos os componentes do corpo social do curso e o corpo discente e que auxiliarão no processo ensino-aprendizagem.



O SIGAA possui turmas virtuais nas quais os docentes inserem seus planos de disciplinas, gerenciam as suas aulas, marcam avaliações, lançam notas, controlam a frequência online dos discentes e disponibilizam apostilas, listas de exercícios, entre outros documentos importantes. Neste mesmo espaço virtual, os discentes, em contrapartida, podem acessar estes documentos, interagir com os docentes, realizar atividades de fixação e avaliativas, entre muitas outras atividades disponíveis no sistema.

O IFPA – Campus Breves conta, hoje, com dois laboratórios de informática ligados à internet, uma rede WiFi liberada aos servidores e discentes, além de pontos de acessos à internet na Biblioteca. Esta infraestrutura visa manter os estudantes conectados com o que há de mais recente em seus meios formativos e profissionais, para que suas formações sejam amplas e sólidas.

21. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

De acordo com a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação. Ainda de acordo com essa Portaria, os alunos ingressantes que tenham concluído 25% da carga horária do curso são inscritos no ENADE.

De acordo com o Art. 5º, § 5º da Lei nº 10.861/2004, o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento. Por isso, os alunos dos cursos selecionados pelo Instituto



Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), deverão se submeter ao ENADE. São avaliados pelo Exame somente os alunos concluintes, os alunos ingressantes apenas são inscritos no ENADE, mas não fazem a prova.

O IFPA Campus Breves promoverá a inscrição, junto ao INEP, de todos os alunos habilitados a participar do ENADE (Ingressantes e Concluintes), pois o mesmo é requisito obrigatório para a conclusão do curso e recebimento do diploma.

22. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Em relação aos termos ensino, pesquisa e extensão, é imprescindível para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades curriculares que pretendem tomar no cotidiano do ensino. A efetivação dessas três dimensões no IFPA Campus Breves traz implicações de natureza teórica-metodológica em relação aos processos da gestão administrativa e pedagógica e das práticas acadêmicas. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global.

Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudança e se construir, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. “Entende-se por atividade de pesquisa todo o empenho intelectual feito para a ampliação do saber vigente e a busca por inovação técnica e artística, que gera novos conhecimentos e promovam a educação no IFPA”, o desafio proposto para os Institutos Federais no campo da pesquisa é ir além da descoberta científica (IFPA, Resolução 160/2015-CONSUP).

As políticas de Ensino, Pesquisas e Extensão no IFPA Campus Breves, poderão ocorrer em diferentes áreas do conhecimento, devendo dar-se, preferencialmente no âmbito interdisciplinar e/ou transdisciplinar permanecendo alinhadas com as políticas institucionais para a pesquisa e para a inovação preconizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFPA, Resolução 160/2015-CONSUP), bem como a Resolução nº 397/2017 que trata Política de Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.



Em relação à Política de Curricularização da Extensão a Resolução nº 397/2017 está atendida na matriz curricular da seguinte forma: 10% do percentual da CH total do curso foi destinado as atividades de extensão, distribuídas nas disciplinas de formação geral e específica, articuladas ao projeto integrador.

A indissociabilidade do ensino com a pesquisa e a extensão ocorrerá através das atividades desenvolvidas entre os tempos-espacos formativos do curso (Tempo Acadêmico e Tempo-Comunidade), a fim de permitir às atividades de pesquisa e extensão retroalimentar o ensino, assim como criar as condições para a construção do conhecimento, na qual realidade se torna ponto de partida do processo pedagógico. Para, além disso, 10% da carga horário do curso será destinada a projetos e programas de extensão.

23. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A Lei de Diretrizes e Bases- LDB 9394/96, trata das questões da educação de forma ampla, e no detalhamento da avaliação a referida lei vem possibilitar novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino-aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24, Inciso V: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Nesse primeiro critério podemos dizer que a avaliação deve fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender.

É papel de o professor participar de forma efetiva nesse projeto global da escola (PPP), pois, de acordo com Luckesi (1998, p. 1), a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino. No caso que nos interessa, a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Por isso, não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule.



Nesse sentido, o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA – 2015, preconiza que avaliação da aprendizagem deve ser um processo amplo, contínuo, gradual, cumulativo, sistemático e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme prescreve a Lei nº 9.394/96 (Regulamento Didático Pedagógico, 2015, p. 70).

A avaliação propõe-se a englobar o processo de construção dos conhecimentos, das habilidades e valores, mediante a forma determinada de trabalho, concepção de aprendizagem, metodologia de ensino, de conteúdos e a relação docente/discente e discente/discente que deverá ser desenvolvida ao longo dos semestres letivos de acordo com as culminâncias propostas pelo calendário acadêmico em regime de alternância pedagógica. A avaliação do processo ensino-aprendizagem terá como objetivo principal diagnosticar processualmente a aprendizagem dos educandos, por meio de atividades diversificadas.

Assim, a avaliação do processo formativo e da aprendizagem dos educandos tem caráter pedagógico (diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo e participativo), visando possibilitar aos educadores e educandos a análise e redimensionamento das ações desenvolvidas e dos objetivos propostos, tendo em vista o sucesso da formação.

O resultado de cada culminância será entregue pelo docente à Coordenação do Curso, após conhecimento dos discentes, e lançado no Sistema de Gerenciamento Acadêmico, conforme orienta o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no IFPA.

Os valores deverão ser observados por meio da iniciativa, relacionamento interpessoal, autonomia, responsabilidade, relacionamento com o público, utilizando instrumentos como fichas de frequência, registro de entrega das tarefas, dos trabalhos individuais ou em grupos, seminários, lista de exercícios, exposições de trabalhos, provas e/ou relatórios técnicos.

Os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte maneira:

I – Para a avaliação Semestral utiliza-se a fórmula descrita abaixo:

$$MS = \frac{1^a BI + 2^a BI}{2} \geq 7,0$$



LEGENDA:

MS= Média Semestral

1ª BI= 1ª Bimestral (verificação da aprendizagem)

2ª BI= 2ª Bimestral (verificação da aprendizagem)

a) - O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a sete ($\geq 7,0$).

b) - Caso a Média Semestral (MS) seja menor que sete ($< 7,0$), o discente fará prova final.

c) - O discente estará aprovado após a realização da prova final se obtiver Média Final maior ou igual a sete ($\geq 7,0$).

d) - O resultado da Média Final será obtido da seguinte forma:

$$MF = \frac{MS + NPF}{2} \geq 7,0$$

LEGENDA:

MF= Média Final

MS= Média Semestral

NPF= Nota da Prova Final

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma segunda chamada para realização de provas ou atividades destinadas a atribuições de notas, consoante o calendário determinado para tal.

O aluno poderá pleitear a revisão de provas dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em dias úteis, a contar da lista de divulgação dos resultados, mediante requerimento próprio ao colegiado do curso.

Ao discente que deixar de executar qualquer trabalho, prova ou tarefa de avaliação determinados pelo professor, perderá os pontos a eles destinados, será facultado o direito a segunda chamada, desde que solicite em até dois dias úteis e que comprove através de documento nas seguintes situações: problemas de saúde (apresentar atestado médico),



obrigações com o serviço militar(apresentar certificado de alistamento), pelo exercício do voto(apresentar certificado de alistamento) entre outras situações descrita de I a VIII no art. 271 previstos no Regulamento Didático Pedagógico do IFPA.

O discente que obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular será considerado automaticamente reprovado no mesmo.

Os estudos de recuperação deverão desenvolver-se de modo contínuo e paralelo, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo de ensino e aprendizagem detectadas ao longo do ano letivo. A recuperação contínua e paralela é denominada reforço da aprendizagem, devendo ser desenvolvida em sala de aula ou por meio de atividades extraclasse e se destina a discentes que, no decorrer das avaliações, não tenham atingido rendimento regular.

O docente deverá estabelecer estratégias de recuperação, adotando critérios para os discentes com menores rendimentos nas atividades, que deverão ser traduzidas em novas avaliações. As novas avaliações substituirão as anteriores, se estas apresentarem nota superior.

Caso o estudante tenha média final inferior a 7,00(sete), o estudante será considerado reprovado no componente curricular, e em casos de dependência de estudos o art.128 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015) enfatiza que: “As aulas de reoferta das disciplinas ou de dependência de disciplinas e demais atividades acadêmicas poderão ser oferecidos em horários diferentes daqueles em que o estudante estiver regulamente matriculado, devendo ser comunicado ao estudante ou ao seu responsável legal, se menor de idade”.

24. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores como a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular a partir de



disciplinas cursadas em outro curso desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo seguirá o estabelecido no Título V, Capítulo IX do Regulamento Didático-pedagógico do ensino no IFPA (Resolução 041/2015-CONSUP, p. 80) que trata especificamente do aproveitamento e do extraordinário aproveitamento de estudos. Solicitado via processo, o aproveitamento de estudos será concedido quando:

1. A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA;
2. O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;
3. O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição.
4. Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA. (REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO IFPA, 2015, art. 295)

No que diz respeito ao extraordinário aproveitamento de estudos, o aluno poderá solicitar para a certificação de conhecimentos para fins de cumprimento de componente curricular isolado. O discente é submetido a processo de avaliação teórica ou teórico-prática a partir da publicação de edital de chamada aos estudantes interessados. Essa avaliação será realizada por uma banca examinadora, que deverá elaborar os instrumentos e critérios de avaliação, sua aplicação e apuração, bem como emitirá parecer avaliativo, que deverá ser homologado pela Direção de Ensino do Campus (cf. Regulamento didático-pedagógico do IFPA, 2015, art. 304).

Ressaltamos que estas orientações se tratam apenas de uma síntese a respeito dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores retiradas do Regulamento didático-pedagógico vigente, devendo, portanto, o referido documento ser



consultado (art. 291 a art. 308) para substanciar as ações acadêmicas e pedagógicas coerentes com este projeto pedagógico de curso.

25. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O marco regulatório de processo avaliativo do curso executará suas ações baseada na Portaria Normativa 40/2007, revisada em 2010 que institui o sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

A avaliação do Curso produzirá indicadores e informação que subsidiará tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade do ensino ofertado pelo curso para a sociedade.

É importante destacar a Resolução nº 020/2016 do CONSUP, que convalidou a Resolução nº 217/2015, nos procedimentos a serem adotados para a autorização de criação, aprovação, atualização ou aditamento de PPC no IFPA.

Além disso, a avaliação também será realizada pelos discentes ao final de cada ciclo de oferta, através de questionário, observando-se os regulamentos vigentes contendo as seguintes dimensões: a) avaliação das disciplinas e atividades acadêmicas específicas do curso, b) avaliação do corpo técnico e docente do curso, c) avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios e biblioteca, d) autoavaliação do aluno. Também, o curso se submeterá nas seguintes avaliações:

- I. Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- II. Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso;
- III. Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- IV. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).



A Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de conduzir os processos de avaliação em todos os aspectos e dimensões, em conformidade com o Decreto 10.861/2004 – SINAES, numa perspectiva de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa. O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) também atuam ativamente no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Cada avaliação permite a tomada de decisão capaz de canalizar o investimento público com menor índice de erros e desperdícios, seja de tempo ou orçamento, tornando o PPC um projeto que apresente consideráveis resultados no que se refere à eficácia, efetividade e eficiência.

O curso será avaliado periodicamente pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante de Licenciatura em Educação do Campo nos seguintes quesitos:

1. O PPC do curso;
2. As disciplinas ofertadas;
3. A atuação docente;
4. A atuação do corpo técnico do curso (secretaria, pedagogia, coordenação);
5. Os espaços educativos (biblioteca, laboratórios, salas de aula, etc.);
6. Autoavaliação do discente.

Este questionário servirá para que o NDE e o colegiado do curso, respeitando suas atribuições, tomem medidas que aperfeiçoem o PPC do curso e seu funcionamento. Além disso, os docentes do curso tomarão conhecimento de suas avaliações para que também possam elaborar medidas de otimização das suas atuações docentes no curso.

26. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional, desde a década de 1990, tem feito parte da rotina das instituições de ensino e representa uma estratégia de gestão pedagógica para orientação e



alcance das metas institucionais. A importância dessa avaliação consiste em incentivar os gestores e servidores a buscar o aprimoramento, a revisão da prática pedagógica, a discutir sobre tudo o que envolve o crescimento da instituição.

Para a efetivação da avaliação institucional, faz-se necessária a construção de banco de dados sobre as práticas e dados acadêmicos, tendo em conta todos os aspectos organizacionais da instituição, tais como: estrutura física, estrutura administrativa e estrutura social.

No âmbito no IFPA Campus Breves, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem por função conduzir os processos internos de avaliação institucional, a sistematização e a prestação de informações. A CPA segue orientações gerais indicadas pelo Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) e este por sua vez foi instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 como política de Estado sendo um “sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, tendo como núcleo a formulação de estratégias e instrumentos para que as instituições possam cumprir suas missões” (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional no IFPA Campus Breves visa ser um processo participativo, construído pela coletividade, para o fornecimento de subsídios à realização de uma gestão democrática e negociada. Dessa forma, proporcionar conhecimento desta Instituição na sua dimensão global favorece o envolvimento de todos que atuam nas áreas técnico-administrativas e pedagógicas.

A CPA tem como objetivo geral:

1. Contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de autoavaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará.

Sendo os objetivos específicos:

2. Identificar as potencialidades e as deficiências dos cursos técnicos e superiores e propor melhorias;



3. Sensibilizar constantemente os diferentes segmentos - acadêmicos e administrativos - para a compreensão da avaliação como um processo de melhoria da qualidade e como recurso a ser utilizado para prestar contas à comunidade interna e externa do *Campus*;
4. Atender o compromisso de formação com qualidade do corpo docente, discente e técnico-administrativo;
5. Subsidiar o processo de planejamento institucional;
6. Manter a instituição em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
7. Rever o Projeto Político Pedagógico do Campus e os Projetos Pedagógicos dos Cursos, propondo mudanças quando necessário, buscando adequá-los as exigências de formação pessoal e profissional.

Quanto a sua composição, a CPA deve contar com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também da sociedade civil organizada, sem que haja maioria absoluta de um dos segmentos e tenha atuação autônoma dentro do *Campus* (Regulação da CPA aprovada pelo CONSUP: Resoluções nº 108/2015 e nº137/2015)

A CPA do Campus funciona como uma espécie de braço da CPA do IFPA (Institucional) e tem as seguintes funcionalidades:

Coleta de informações para alimentação do banco de dados do IFPA;

1. Aproximação da gestão local;
2. Elaboração de propostas para a melhoria do ensino a partir da realidade vivenciada;
3. Para o êxito no processo avaliativo a CPA deverá seguir as seguintes etapas dentro dos procedimentos metodológicos:
4. Sensibilização: sensibilização dos atores envolvidos, em todas as etapas do processo avaliativo, através de oficinas, seminários e palestras;
5. Planejamento: elaboração dos instrumentos de coleta de dados;



6. Desenvolvimento: Levantamento de dados e informações, análise das informações e redação dos relatórios parciais;
7. Consolidação: Elaboração do relatório final, divulgação, balanço crítico e levantamento de metas para o próximo período.

Através da instituição da CPA, como um organismo integrante do IFPA e da participação acadêmica, assim como da sociedade de forma expressiva, acredita-se que os objetivos anteriormente elencados serão alcançados, propiciando a todos ensino público, gratuito e de qualidade. Sendo a avaliação institucional uma ferramenta de gestão, o acompanhamento do trabalho desenvolvido, a partir da busca de evidências e informações concretas, é uma das estratégias para o alcance das metas do IFPA Campus Breves.

27. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

Quadro 03 – Corpo docente do IFPA – Campus Breves para realização do curso superior de Licenciatura em Educação do Campo

DOCENTES	CPF	TÍTULO	FORMAÇÃO DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Adriana Corrêa de Oliveira	371.014.392-68	Mestra em Educação, Arte e História da Cultura	Licenciada em Educação Artística	40horas
Antônio de Jesus de Souza Ferreira	578.361.162-04	Mestre em Matemática	Licenciado Pleno em Matemática	40 horas
Arlen Élide Aguiar Paumgarten	019.179.472-40	Mestra em Ciências Florestais	Bacharel em Engenharia Florestal	40 horas
Eduardo Antônio Abreu Pinheiro	937.972.572-87	Doutor em Química Orgânica	Licenciatura Plena em Ciências Naturais-Habilitação em Química	40 horas
Éssia de Paula Romão	091.428.114-30	Mestra em Ciências Ambientais	Licenciatura em Geografia	40horas



Fabrcio Nilo Lima de Oliveira	000.238.112-50	Mestre em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais	Tecnólogo em Aquicultura	40horas
Flávio Alípio Rodrigues Solano	8496474249	Mestre em Química Analítica	Licenciado Pleno em Química	40 horas
Jefferson dos Santos Marcondes Leite	356.461.908-94	Mestre em Filosofia	Licenciatura em Filosofia	40horas
Jeovani de Jesus Couto	623.688.422-68	Mestra em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	Licenciatura em Pedagogia	40 horas
João Paulo Leão de Carvalho	852.787.002-97	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	Engenheiro Agrônomo	40 horas
Ivanildo Amorim de Oliveira	951.729.042-04	Doutor em Agronomia (Ciência do Solo)	Engenheiro Agrônomo	40 horas
José Carlos de Souza Pereira	297.220.472-72	Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas- Área em Educação Matemática	Licenciatura Plena em Matemática	40 horas
Luã Caldas de Oliveira	831.727.340-72	Mestre Ciência e Tecnologia de Alimentos	Tecnólogo de Alimentos	40horas
Luara Musse de Oliveira	081.161.004-75	Mestra em Ciências Ambientais Alimentos	Bacharelado em Ciências Biológicas e Tecnóloga em Gestão Ambiental	40 horas
Ludmila de Freitas	332.081.068-58	Doutora em Agronomia (Ciência do Solo)	Licenciatura em Biologia	40 horas
Marcos Antônio Trindade Amador	948.255.212-15	Mestre em Genética e Biologia Molecular	Licenciatura em Ciências Biológicas	40 horas



Mário Mé dici Costa Barbosa	951.729.042-04	Doutor em História	Licenciatura em História	40horas
Rodrigo Moreira Vieira	324.162.658-06	Doutor em Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	40horas
Valdemar Correa Barbosa Neto	038.900.114-70	Mestre em Ciências Ambientais	Bacharel em Ciências Ambientais	40horas
Wânia Alexandrino Viana	843.750.512-72	Mestra em História Social da Amazônia	Licenciatura em História	40horas

Quadro 04. Técnico Administrativo do IFPA – Campus Breves contribuirão para a realização do curso superior de Licenciatura em Educação do Campo.

NOME	CARGO	CPF	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Admilton Guedes de Carvalho	Assistente de Aluno	726.625.302-00	Graduação em Pedagogia	40 horas
Anderson Clayton Reis Nascimento	Técnico em Contabilidade	564.207.652-34	Graduação em Contabilidade	40 horas
Ângela Clea Queiróz Iketani	Assistente Social	150.036.472-04	Graduação em Serviço Social	40 horas
Celine da Silva Pinto	Administradora	942.272.762-68	Graduação em Administração	40 horas
Daiane Souza Andrade	Assistente em Administração	010.554.162-18	Ensino Médio	40 horas
Damires Silva De Oliveira	Auxiliar em Assuntos Educacionais	006.146.352-33	Técnica em Enfermagem	40 horas
Douglas Pereira Ferreira	Auxiliar de Biblioteca	939.592.062-91	Ensino Médio	40 horas
Eder de Castro Nascimento	Assistente em Administração	689.705.282-53	Graduação em Matemática	40 horas
Edilene Andrade Ferreira	Técnica em Contabilidade	381.640.272-00	Graduação em Contabilidade	40 horas
Eliane Alves Melo	Auxiliar de Biblioteca	994.514.682-34	Ensino Médio	40 horas



Evelyn Lopes Freires	Técnico Laboratório/Ciências	528.723.862-20	Graduação em Engenharia Ambiental	40 horas
Fátima Indira de Oliveira Costa	Assistente de Alunos	914.064.712-91	Ensino Médio	40 horas
Francinaldo Martins Ferreira	Pedagogo	963.807.992-49	Graduação em Pedagogia	40 horas
Gilberto de Souza Andrade	Assistente em Administração	758.685.552-87	Graduação em Pedagogia	40 horas
Gisele Lourenço dos Santos	Assistente em Administração	927.040.852-34	Graduação em Ciências Naturais	40 horas
Hericley Serejo Santos	Relações Públicas	860.858.162-00	Graduação em Comunicação Social	40 horas
Hosaias Nascimento dos Santos	Assistente de Alunos	702.244.552-49	Graduação em Pedagogia	40 horas
Jaqueline Moraes da Silva	Assistente em Administração	019.966.582-63	Graduação em Letras	40 horas
Jefferson Ribeiro Bonifácio	Técnico em Arquivo	756.506.492-00	Ensino Médio	40 horas
José Marcelo da Silva Brito	Auxiliar Administrativo	012.826.962-62	Ensino Médio	40 horas
João Paulo Ribeiro de Almeida	Técnico De Laboratório/Edificações	563.220.542-87	Graduação em Arquitetura	40 horas
Juniel Rodrigues de Souza	Técnico em Enfermagem	003.322.862-07	Técnico em Enfermagem	40 horas
Luiza Karema Brandão da Silva	Técnica em Contabilidade	966.070.412-72	Graduação em Contabilidade	40 horas
Marcia Helena Maués de Abreu	Psicóloga	305.945.962-20	Graduação em Psicologia/ Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento	40 horas
Maria do Carmo Gemaque Puga	Bibliotecário- Documentalista	517.398.952-15	Graduação em Biblioteconomia	40 horas
Mario Antonio Pinheiro Botelho	Contador	609.646.182-49	Graduação em Contabilidade	40 horas



Marlene de Souza Andrade	Auxiliar em Administração	990.130.022-34	Graduação em Matemática	40 horas
Odirson Michel Tavares da Silva	Assistente em Administração	004.604.492-22	Graduação em Direito	40 horas
Patrick Lopes Martins	Técnico em Secretariado	647.268.432-49	Graduação em Matemática	40 horas
Ramon Lomba Dias Barbosa	Psicólogo	013.132.795-01	Graduação em Psicologia	40 horas
Romildo Castor Araújo	Assistente em Administração	971.656.112-15	Graduação em Letras/ Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	40 horas
Samanda Katrini Barbosa Araújo	Assistente em Administração	012.626.042-73	Ensino Médio	40 horas
Sammy Regina Mourão Oliveira	Tecnóloga em Gestão Ambiental	010.514.362-65	Graduação em Gestão Ambiental; Especialização em Geoprocessamento Aplicado	40 horas
Vanessa dos Santos Araújo	Técnico De Laboratório/Agropecuária	830.990.262-04	Graduação em Engenharia Agrônômica	40 horas
Yan de Araújo Gonçalves	Auxiliar em Administração	029.316.432-03	Ensino Médio	40 oras

28. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades do docente devem estar alinhadas à Resolução nº 081/2018 – CONSUP que trata da Política de Educação do Campo do IFPA, bem como, a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância- PA que exige uma nova organização curricular e de tempo educativos. Para melhor compreender tal metodologia, temos que conhecer de forma sintética, elementos históricos da Pedagogia da Alternância que tem sua origem na França (GIMONET, 2007)



Em 1935 um adolescente agricultor que habitava em um vilarejo da França demonstrava desinteresse pela escola por considerar que ela não ensinava o que ele precisava aprender. Diante disto, seus pais buscaram uma maneira de o filho continuar os estudos e expuseram a preocupação para um o vigário do povoado, chegando-se a seguinte solução:

Criar uma escola que não mantenha os adolescentes presos entre quatro paredes, mas que lhes permitam aprender através dos ensinamentos da escola com certeza mas também através daqueles da vida cotidiana, graças a uma alternância de períodos entre o ambiente familiar e o centro escolar. Tratava-se então de criar uma escola da terra, pelas pessoas da terra e para as pessoas da terra (GIMONET, 2007, p.22).

Com efeito, a Alternância Pedagógica se caracteriza por dois elementos primordiais:

(1) A organização do Tempo Acadêmico, que alterna momentos na academia e momentos de formação na comunidade; (2) O uso de ferramentas pedagógicas que são próprias deste contexto.

No que tange a organização do Tempo Acadêmico a integração de saberes na sua essência pressupõe o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes da realidade dos discentes e da comunidade. O currículo assim é pensado como um instrumento de luta, uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotina, à dependência e aos seus efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos administrativos, levando-se em consideração os princípios democráticos, participativos, amplos, motivadores, criativos e eficientes.

A referida organização dar-se-á em tempos formativos: tempo comunidade e tempo acadêmico, inicialmente se fará o acolhimento dos discentes **Acolhimento: Tempo acadêmico interdisciplinar** que perfazem um total de 30 horas, neste é feito uma aula inaugural, apresentação dos servidores do IFPA, “trote” de boas-vindas, apresentação do PPC do Curso do Instituto Federal do Pará- Campus Breves, das instalações do IFPA. Em seguida inicia-se o Projeto Integrador I evidenciando o 1 Eixo Temático **História de Vida e Construção de Saberes** com o Plano de Estudo do Primeiro Tempo Comunidade. Tendo a pesquisa como princípio educativo inicia-se a alternância, a temática geradora inicial é **História de Vida e Construção de Saberes**, uma vez realizado a pesquisa far-se-á a socialização do tempo comunidade através da colocação em comum, apresentação do caderno da realidade, do resumo



sistematizado de vivências e de partilha de saberes estes itens compõe o **Projeto Integrador** que terá um total de 30 horas.

A partir daí todos os semestres irão passar por essa integração TC (Tempo Comunidade) e TA (Tempo Acadêmico) alterando somente os Eixos Temáticos, que no Núcleo de Estudos de formação geral serão: História de Vida e Construção de Saberes; Território Territorialidade e Desenvolvimento Rural; Agroecossistemas familiares e desenvolvimento local. No núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos Ciências Humanas e Sociais e no Núcleo de Aperfeiçoamento e Diversificação de Estudos de Ciências da Natureza os temas são: Etnodesenvolvimento na Amazônia Marajoara; Populações do Campo: águas, florestas e organização social; Currículo e Educação do Campo; Diversidade e Prática Educativa do Campo e Formação Docente e Educação do Campo.

O que se pretende a partir dessa organização é que pesquisas no ambiente familiar e de vivência sejam concatenadas as disciplinas e seus conteúdos. Os itinerários educativos em ampla relação com os eixos temáticos permitem com que essa interligação aconteça. Neste processo integrador destaca-se também o trabalho de conclusão de curso que deve surgir a partir dessa relação empírico-científico, acumulando-se pesquisas no decorrer do curso que servirão de aporte fundamental para a construção de artigos científicos completos ou monografia. Assim os instrumentos pedagógicos desenvolvidos a partir da Alternância no curso de Licenciatura em Educação do Campo, são os seguintes:

1-Formação Continuada e Planejamento Integrado: A formação continuada de educadores compõe a política de formação institucional através de planejamento semestral, composta pela formação geral (estudo e reflexão das práticas vivenciadas envolvendo o eixo temático do curso) e específica (planejamento coletivo do semestre), seja pela formação continuada que prioriza momentos de planejamento coletivo e individual que antecede a cada alternância.

Assim, tendo as atividades de pesquisa dos estudantes como ferramenta para subsidiarem o processo de construção do currículo interdisciplinar via eixo temático, por meio da seleção de tópicos ou conteúdo a partir da realidade.

Estes momentos resultam na construção de planos de ensino e do plano das atividades individuais, que são produzidos após a construção coletiva, por área, possibilitando a



interdisciplinaridade e o desenvolvimento de atitude crítico-criativo de apreensão e reelaboração dos conhecimentos científicos

É uma prática pedagógica que integra diferentes áreas do conhecimento aos conhecimentos prévios dos educandos, tendo como elemento central a pesquisa como princípio educativo. A partir da relação entre tempos e espaços formativos: Tempo comunidade-tempo acadêmico que se seleciona os conteúdos, permitindo a não-fragmentação. A presença de todos os educadores é fundamental para o desenvolvimento do processo.

2-Acolhimento: Tempo acadêmico interdisciplinar: Neste se considerará os conhecimentos prévios dos discentes aliado ao acolhimento ao IFPA (campus Breves), socializando o PPC do curso (principalmente estrutura curricular, disciplinas, apresentação de docentes, coordenação, técnicos, direções), aula inaugural e outros.

3- Eixo Temático: Cada eixo temático foi decidido a partir do planejamento coletivo dos docentes que fazem parte do NDE/ Núcleo Docente Estruturante, a escolha se deu a partir do itinerário formativo que se pretende percorrer para a materialização dos objetivos e finalidades do curso. O currículo integrado por eixo temático tem múltiplas dimensões do sujeito e está baseado em um projeto pedagógico holístico e sistêmico, na perspectiva da inserção no mundo do trabalho e na participação social, política, ambiental, metodológica, étnico, cultural e social comprometida com a emancipação do sujeito (DUARTE:2017)

4- Questão- Problema: O percurso formativo do curso integrado por eixos temáticos demandam questões- problemas sobre a realidade do educando e de sua sociedade, reflexões de cunho individual e coletivo, local/global/local, reflexões sobre a temporalidade e historicidade dos sujeitos além de focar a práxis pedagógica (DUARTE: 2017)

3-O Plano de estudo: As questões de pesquisa para o tempo comunidade são desenvolvidas a partir do plano de estudo, estas são perguntas e curiosidades formuladas sobre a realidade e constituirão a problemática a ser investigada, tendo como referência o Eixo Temático em estudo, com a orientação e o apoio dos educadores. A pesquisa é mediada pelos saberes das diversas áreas de conhecimento, possibilitando melhor compreender o que está sendo



pesquisado. Articular as questões pertinentes do Projeto Integrador a esta proposta é o mais viável dentro dos pressupostos da alternância.

Tendo a pesquisa como princípio educativo busca-se ao final do acolhimento e do Projeto Integrador motivar os alunos a compreensão do próximo Eixo temático que nada mais é que temáticas geradoras que integram TC e TE, este plano de estudo orienta a pesquisa do tempo comunidade. É fundamental o entendimento desse instrumento por todos os docentes, porque a pesquisa do tempo comunidade deve ser construída de forma interdisciplinar, não se admitindo outra atividade para o tempo comunidade que não seja a construída no coletivo.

4-Visitas de Acompanhamento aos Tempos-Comunidade: O acompanhamento é composto pela realização de encontros presenciais com a presença de um docente do Campus com cada grupo de estudantes, no decorrer do tempo-comunidade, com vistas a qualificar os processos de pesquisa e experimentação em curso.

5-Intervenções Externas: são complementações de lideranças comunitárias, profissionais de outras instituições e outros, que irão subsidiar determinada aula, conhecimentos estes, que deverão somar ao diálogo presente (nas aproximações teóricas e práticas) entre docente da disciplina e o tema.

6- Colocação em comum e ou Socialização do Tempo Comunidade: Constitui-se em momentos de organização, socialização, análise e debate sobre os dados levantados durante a pesquisa, assim como a avaliação do processo vivenciado durante a pesquisa. É nesse momento que se faz o registro/sistematização dos resultados obtidos e se consolidam os planos construídos pelos educadores para os momentos de estudo/formação/aula interdisciplinar. A Colocação em Comum pode ser realizada dividindo a turma em grupos pequenos para que façam uma primeira tabulação/organização dos dados levantados. Em seguida, reuniu-se a turma toda em sala de aula, deve-se buscar a socialização dos dados organizados em cada grupo para assim se constituir uma tabulação/organização geral das informações.

Na sequência da organização de um quadro com as informações gerais, os educadores devem sugerir/solicitar a turma que façam uma reflexão/debate sobre os mesmos. Neste momento, sem intervir no debate e apenas mediando as intervenções, os educadores



responsáveis pela atividade devem registrar os dados organizados e falas mais pertinentes dos educandos (as) feitas durante o debate.

É o momento em que os educandos retornam para o tempo acadêmico e socializam e sistematizam as ações realizadas no tempo comunidade. Assim se realiza a **Colocação em comum** a partir das questões significativas orientadoras do/ P.E (Plano de Estudo), apresentando-se também o caderno da realidade.

6-Partilha de Saberes: A Partilha de Saberes consiste no diálogo dos/as educandos/as com a família e com a comunidade, na perspectiva de compartilhar os saberes construídos e potencializar a melhoria da qualidade nas relações sociais e produtivas. Ou seja, é o momento de socializar os novos conhecimentos e intervir na comunidade objetivando superar problemas identificados por meio do estudo.

7-O Caderno da Realidade: É uma espécie de diário pedagógico do aluno, neste, o educando registra toda a sua experiência no tempo comunidade com escritas, desenhos, gráficos, croquis e outros.

8-Resumo de Vivência: Deve-se realizar um resumo das situações de aprendizagens surgidas durante o tempo comunidade, com no mínimo três páginas e no máximo 5, os resumos devem ser apresentados na disciplina “Projeto Integrador” e deve conter: Tema, Nome dos educandos, Introdução, Metodologia, Resultados/Discussões, Considerações Finais e Referências.

9-Projeto Integrador: Cada semestre será desenvolvido pelos docentes projetos como componente curricular estratégico que promove a integração das disciplinas tendo como referência o Eixo Temático que motivam a elaboração de atividades de pesquisa e de ensino em consonância com os conteúdos trabalhados em sala de aula, os quais provocam momentos de socialização e discussão dos resultados. É o Momento de socialização da pesquisa do Tempo Comunidade, com a entrega dos resumos e apresentações em forma de slides, Banner ou cartazes, seguindo os padrões da ABNT. Se constituirá neste momento uma equipe docente que avaliará os trabalhos.

Outros instrumentos podem surgir no decorrer do curso, isto porque a Pedagogia da Alternância é dinâmica e (re) significa práticas educativas a partir do diálogo com a realidade,



neste caso o NDE da Licenciatura em Educação do Campo avaliará a inclusão de tais instrumentos quando da reelaboração deste PPC.

28.1 Itinerário Formativo

O conceito de itinerários formativos vai além da oferta dos cursos, a expressão itinerário formativos, já permite em si fazer algumas interpretações. Itinerários faz referências a caminhos, a descrição de caminhos a seguir de um lugar para o outro. O conceito formativo por sua vez, indica algo que forma ou serve para formar, que contribui para a formação ou para a educação de algo ou alguém (DUARTE: 2017)

A Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), traz em seu primeiro artigo, a expressão processos formativos para auxiliar a definição da própria palavra educação:

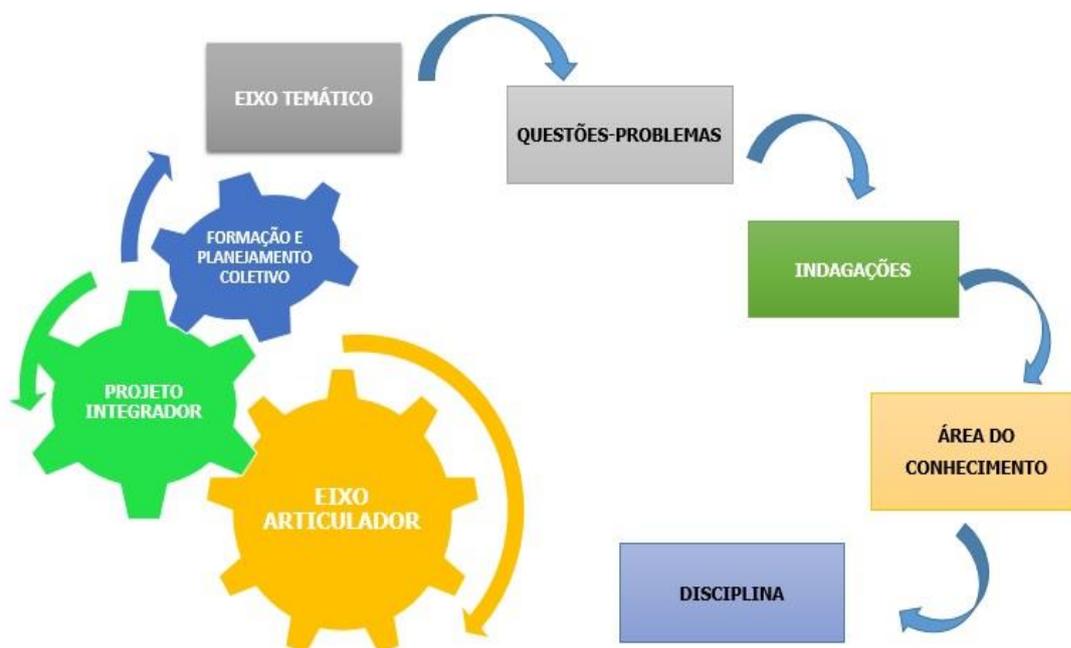
Art 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais

A expressão processo formativos, neste caso, é utilizada para indicar a diversidade de fatores relacionadas ao processo de constituição humana e que desta maneira interferem diretamente no processo educativo.

A formação de identidade de cada indivíduo é influenciada pela educação (formal ou informal) e pela cultura as quais teve contato e através das relações construídas no ambiente familiar, acadêmico ou do trabalho. Desta forma, é necessário considerar os itinerários pessoais dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: estudantes e professores.

Os itinerários formativos constituem trajetórias de formação através das unidades curriculares dos cursos, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulados dos estudos.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ITINERÁRIO FORMATIVO



Trabalhando com a Pedagogia da Alternância, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo propõe uma organização de tempos e espaços denominados Tempo Comunidade e Tempo Acadêmico. Partindo dessa perspectiva integradora de conhecimentos, concatenou-se a metodologia do curso aos eixos temáticos. O percurso formativo por eixos temáticos foi discutido a partir do planejamento coletivo nas reuniões do NDE, e se materializou por meio de questões-problemas a partir das correlações culturais, políticas, econômicas, sociais, ambientais, educacionais que foram inseridas, e distribuí-se essas questões no âmbito dos Núcleo de Estudos de Formação Geral (Área das Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza) e Núcleo de Aprofundamento e Diversificação das Ciências Humanas e Sociais/ Ciências da Natureza. Vejamos a organização curricular por eixo temático:

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ITNERÁRIO FORMATIVO POR EIXO TEMÁTICO



Cada Eixo Temático, sugerem questões problemas relacionadas com a realidade dos discentes e, sobretudo, estão estritamente relacionadas com as comunidades e a região do Marajó. O quadro a seguir apresenta algumas destas questões. Todavia, é importante destacar que não são fechadas em si, podem ser reformuladas, a partir da socialização e problematizações construídas no Projeto Integrador de forma coletiva.



EIXOS TEMÁTICOS	QUESTÕES-PROBLEMA
Eixo 1 História de Vida e Construção de Saberes	Quem sou eu? Onde eu vivo? Quem sou eu educador do campo? Qual a minha trajetória histórico social? Quais os saberes que possuo sobre a minha realidade?
Eixo 2 Território, Territorialidade e Desenvolvimento local	Qual o conceito e significado de território? Qual a concepção política e geografia de território? Qual a territorialidade da região marajoara? Qual a diferença de território e de territorialidade? O que é o território do/no Marajó?
Eixo 3 Agroecossistemas e Desenvolvimento Local	Quais as práticas sócioprodutivas desenvolvidas no local onde vivo? Onde trabalho? O que são práticas sustentáveis? Como me organizo para trabalhar no campo? Qual a relação familiar nos processos de trabalho no campo? Como este espaço foi construído socialmente?
Eixo 4 Etnodesenvolvimento na Amazônia Marajoara	Quais as populações indígenas que existiram em meu território? Qual a herança indígena na cultura marajoara? Quais os fatos histórico conhecidos sobre a dizimação dos indígenas? Qual o protagonismo dos povos indígenas (Aruãs, Nheengaíbas) e os Portugueses entre eles padre jesuítas no contexto histórico do Marajó das florestas? Quem somos? Como nos identificamos com todas essas misturas de índios, portugueses e tantos outros? Indígenas no Marajó hoje? Qual a Árvore Genealógica evidenciada?
Eixo 5	Caracterize as populações que têm seus modos de vida relacionados com o campo, floresta, ambientes



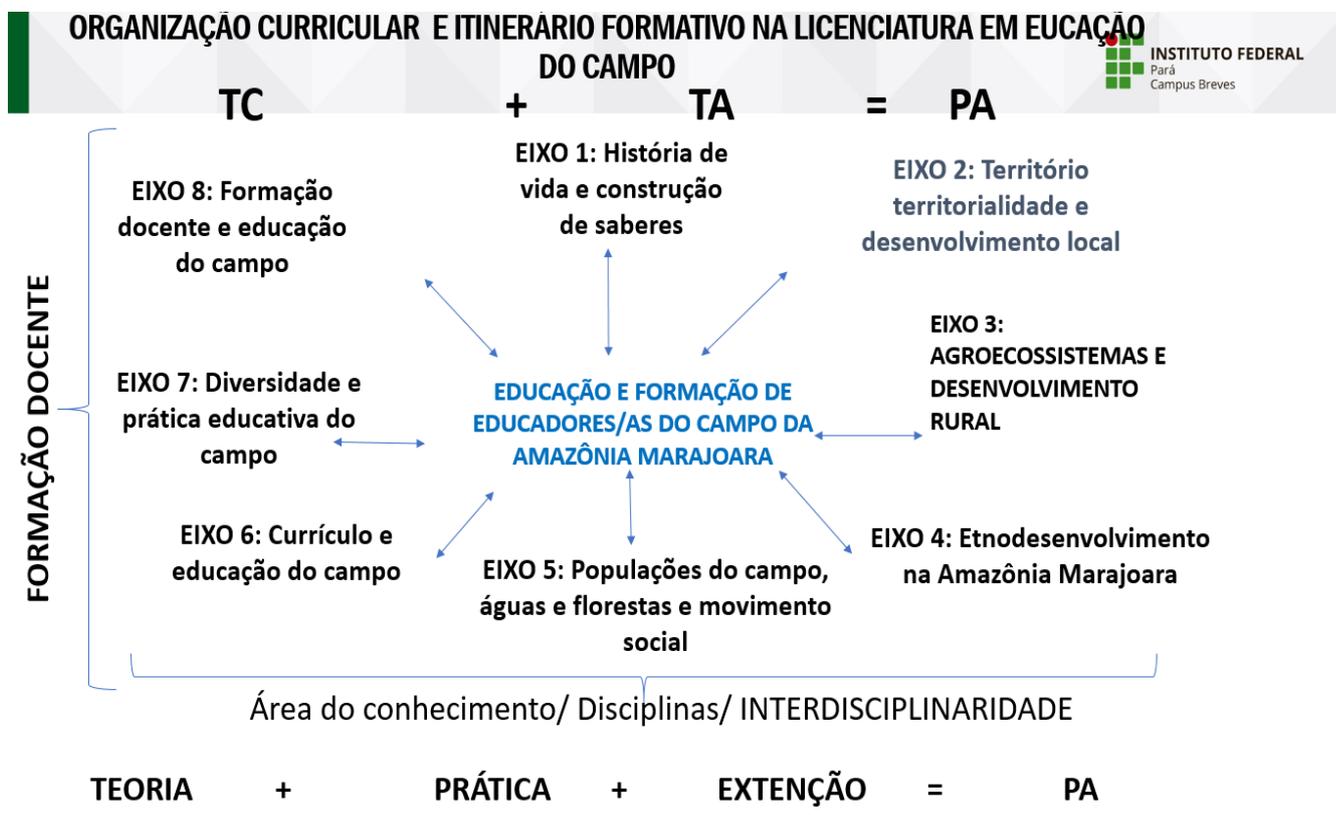
Populações do campo, Águas e Florestas e Movimento Social	aquáticos, agropecuária e extrativismo, como: camponeses, agricultores familiares; trabalhadores rurais assentados; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens, entre outras. Qual dessas populações tradicionais são pertencentes ao Marajó? Quem são? Como vivem? Como me organizo socialmente? Como me torno protagonista da mudança social?
Eixo 6 Currículo e Educação do Campo	Quais os limites e possibilidades das práticas curriculares vivenciadas nas escolas do campo? Há fragmentação ou integração do conhecimento? Os saberes tradicionais são evidenciados? Como refletir e construir novos saberes sobre a educação do campo? Quais os aprendizados construídos com o movimento social?
Eixo 7 Diversidade e prática educativa do campo	Qual a relação entre desigualdade e diversidade? O que é diversidade? Que práticas docentes que realizo como educador do campo? E como me tornei educador do campo? Que práticas educativas no campo podem inspirar as minhas?
Eixo 8 Formação docente e Educação do Campo	Como é a educação que pratico? Como desenvolvo práticas interdisciplinares para atuar na docência multidisciplinar por área do conhecimento? Existem experiências exitosas neste contexto interdisciplinar?



Construído os Eixos Temáticos e as questões-problemas, inicia-se a problematização disso tudo nas áreas e subáreas do conhecimento e na especificidade das disciplinas.

A pesquisa e extensão (quando houver) no Projeto integrador e nos 20 (vinte) por cento das disciplinas desenvolvidas durante o Tempo Comunidade são relacionadas entre si, formando uma unidade que integra e especifica ao mesmo tempo. Entretanto, para que essa integração se efetive de fato é imprescindível que seja realizado periodicamente, planejamentos integrados com os docentes que irão atuar nos cursos. Os professores têm autonomia também, de distribuir os 80 (oitenta) por cento das disciplinas em teórico, prático e extensão, não sendo

obrigatório adotar os três estes pressuposto estão dispostos na Resolução nº 397/2017-CONSUP de 11 de Dezembro de 2017 da Curricularização da Extensão. Nestes pressupostos vejamos:



A alternância pedagógica como orientadora da ação educativa se constituirá como um dos pilares de sustentação das práticas docentes integradas, pois possibilitará o diálogo entre os conhecimentos e organização de tempos e espaços formativos de aprendizagem que orientam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como estratégia para promover a integração entre os conteúdos, esses eixos agrupam um conjunto de disciplinas e buscam romper com a excessiva fragmentação que normalmente ocorre no processo de formação pautado pelas disciplinas isoladas. Portanto, os eixos orientam cada alternância que subsidiam as ações desenvolvidas nos tempos comunidade e tempo acadêmico.



28.2 Projeto Integrador

O projeto integrador é item indispensável nos cursos do IFPA pela natureza interdisciplinar que ele exerce. A Política de Educação do Campo do Instituto Federal do Pará, ciência e Tecnologia do Pará, para os cursos em Alternância, conceitua o Projeto Integrador da seguinte forma:

Art. 12 Projeto Integrador é um componente curricular estratégico que promove a integração das disciplinas de um determinado semestre, em torno de um eixo temático, problema, na elaboração de atividades de pesquisa e de extensão, a partir dos conteúdos trabalhados no âmbito do ensino, com socialização e discussão dos resultados junto à comunidade (POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/ IFPA)

Neste contexto todos os professores de cada semestre serão convidados a fazer parte do Projeto Integrador, o mesmo relaciona Tempo Comunidade e tempo acadêmico no intuito de integrar ensino, pesquisa e extensão. Assim a priori teremos o Tempo Acolhimento o no fim deste tempo temos a primeira parte do Projeto Integrador referente ao eixo História de Vida e Construção de Saberes, esse será o primeiro eixo em que se colocará as questões problemas sugeridas pelo NDE de Educação do Campo, sujeitas a modificações conforme o debate realizado na turma.

Finalizando as discussões, teremos as questões geradas no coletivo de docentes e discentes que nortearam o Plano de Estudo. Este último referendará a pesquisa do Tempo Comunidade, os educandos também receberão o roteiro de relatório do Tempo Comunidade com as devidas orientações. No retorno ao Tempo Acadêmico do Eixo de História de Vida a primeira atividade é do Projeto Integrador em que os educandos vão socializar o Tempo Comunidade, esta pode ser a penas uma socialização interna ou pode ser aberta a público externo, conforme definição coletiva docentes e discentes, teremos Partilha de saberes com formato de extensão.

Ao final do primeiro eixo com as questões problemas socializadas e modificadas pelo grupo de alunos e professores, se formatará o Plano de Estudo do 2º tempo Comunidade com as orientações e roteiro de relatório, segue-se nos outros eixos o mesmo formato, modificando-se os títulos dos eixos e as variantes em Ensino, Pesquisa e Extensão de Cada Eixo. Os **instrumentos pedagógicos** que subsidiam o Projeto Integrador (P.I) Durante o Tempo Comunidade (TC) são: Plano de Estudo, Pesquisa como princípio educativo e Relatório do



Tempo Comunidade e no Tempo Acadêmico (TA) são: Questões Problemas, Plano de Estudo, Roteiro de Relatório do Tempo Comunidade, Socialização do Tempo Comunidade. A Partilha dos Saberes pode acontecer durante o Tempo Comunidade ou Acadêmico depende do que demanda o eixo temático. Como podemos evidenciar esses instrumentos são regidos pelos eixos e suas respectivas questões norteadoras, de posse desse contexto pode-se definir o ensino, pesquisa e extensão característico de cada Projeto Integrador. Vejamos:

1º EIXO				
História de Vida e Construção de Saberes				
Questões norteadora do eixo: Quem sou eu? Onde eu vivo? Quem sou eu educador do campo? Qual a minha trajetória histórico social? Quais os saberes que possuo sobre a minha realidade?				
INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS				
Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		Teórica	Prática	Extensão
Projeto Integrador (PI) 1ª Parte: Questões Problemas 1º eixo, Plano de Estudo I, Roteiro do Relatório do 1º TC. 2ª Parte: Socialização do 1º TC. 3ª Parte: Eixo 2, Questões Problemas 2º, Plano de Estudo II, Roteiro do Relatório do 2º TC	Plano de Estudo I, Pesquisa, Relatório do 1º TC.	08	22	----

2º EIXO



Território, Territorialidade e Desenvolvimento local.

Questões norteadora do eixo: Qual o conceito e significado de território? Qual a concepção política e geografia de território? Qual a territorialidade da região marajoara? Qual a diferença de território e de territorialidade? O que é o território do/no Marajó?

INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT
Projeto Integrador 1ª Parte: Socialização do 2º TC 2ª Parte: Eixo 3, Questões Problemas 3, Plano de Estudo III, Roteiro do Relatório do 3º TC.	Plano de Estudo II, Pesquisa, Relatório do 2º TC	08	18	04

3º EIXO

Agroecossistemas e Desenvolvimento Local.

Questões norteadora do eixo: Quais as práticas sócio- produtivas desenvolvidas no local onde vivo? Onde trabalho? O que são práticas sustentáveis? Como me organizo para trabalhar no campo? Qual a relação familiar nos processos de trabalho no campo? Como este espaço foi construído socialmente?

INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT



<p>Projeto Integrador</p> <p>1ª Parte: Socialização do 3º TC</p> <p>2ª Parte: Eixo 3, Questões Problemas 3, Plano de Estudo III, Roteiro do Relatório do 3º TC.</p> <p>3ª Parte: Eixo 4, Questões Problemas 4º, Plano de Estudo IV, Roteiro do Relatório do 4º TC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 3º Plano de Estudo, Pesquisa, Relatório do 3º TC; • Partilha de Saberes 	08	18	04
---	--	----	----	----

4º EIXO				
Etnodesenvolvimento na Amazônia Marajoara.				
<p>Questões norteadora do eixo: Quais as populações indígenas que existiram em meu território? Qual a herança indígena na cultura marajoara? Quais os fatos histórico conhecidos sobre a dizimação dos indígenas? Qual o protagonismo dos povos indígenas (Aruãs, Nheengaiabas) e os Portugueses entre eles padre jesuítas no contexto histórico do Marajó das florestas? Quem somos? Como nos identificamos com todas essas misturas de índios, portugueses e tantos outros? Indígenas no Marajó hoje? Qual a Arvore Genealógica evidenciada?</p>				
INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS				
Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT



Projeto Integrador		12	14	04
1ª Parte: 4º EIXO/ Socialização do 4º TC				
2ª Parte: Partilha de Saberes	Plano de Estudo IV, Pesquisa, Relatório do 4º TC.			
3ª Parte: Questões Problemas 5, Plano de Estudo V, Roteiro do Relatório do 5º TC.				

5º EIXO				
Populações do campo, Águas e Florestas e Movimento Social.				
<p>Questões norteadora do eixo: Caracterize as populações que têm seus modos de vida relacionados com o campo, floresta, ambientes aquáticos, agropecuária e extrativismo, como: camponeses, agricultores familiares; trabalhadores rurais assentados; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens, entre outras. Qual dessas populações tradicionais são pertencentes ao Marajó? Quem são? Como vivem? Como me organizo socialmente? Como me torno protagonista da mudança social.</p>				
INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS				
Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT



Projeto Integrador 1ª Parte: 5º EIXO/ Socialização do 5º TC 2ª Parte: Questões Problemas 6, Plano de Estudo VI, Roteiro do Relatório do 6º TC	Plano de Estudo V, Pesquisa, Relatório do 5º TC.	08	18	04
--	---	----	----	----

6º EIXO Currículo e Educação do Campo.				
Questões norteadora do eixo: Quais os limites e possibilidades das práticas curriculares vivenciadas nas escolas do campo? Há fragmentação ou integração do conhecimento? Os saberes tradicionais são evidenciados? Como refletir e construir novos saberes sobre a educação do campo? Quais os aprendizados construídos com o movimento social?				
INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS				
Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT
Projeto Integrador 1ª Parte: 6º EIXO/ Socialização do 6º TC 2ª Parte: Eixo 7 Questões Problemas 7, Plano de Estudo VII, Roteiro do Relatório do 7º TC	Plano de Estudo VI, Pesquisa, Relatório do 6º TC	08	18	04



7º EIXO

Diversidade e prática educativa do campo.

Questões norteadora do eixo: Qual a relação entre desigualdade e diversidade? O que é diversidade? Que práticas docentes que realizo como educador do campo? E como me tornei educador do campo? Que práticas educativas no campo podem inspirar as minhas?

INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT
Projeto Integrador 1ª Parte: Plano de Estudo VII, Pesquisa, Relatório do 7º TC 2ª Parte: Questões Problemas 8, Plano de Estudo VIII, Roteiro do Relatório do 8º TC. Obs.: A 3ª Parte desse PI se dará no início do 8º semestre com a socialização do Tempo Comunidade	<ul style="list-style-type: none">Plano de Estudo VII, Pesquisa, Relatório do 7º TC será integrado com o 8º TCPartilha de Saberes	08	08	14



8º EIXO

Formação docente e Educação do Campo.

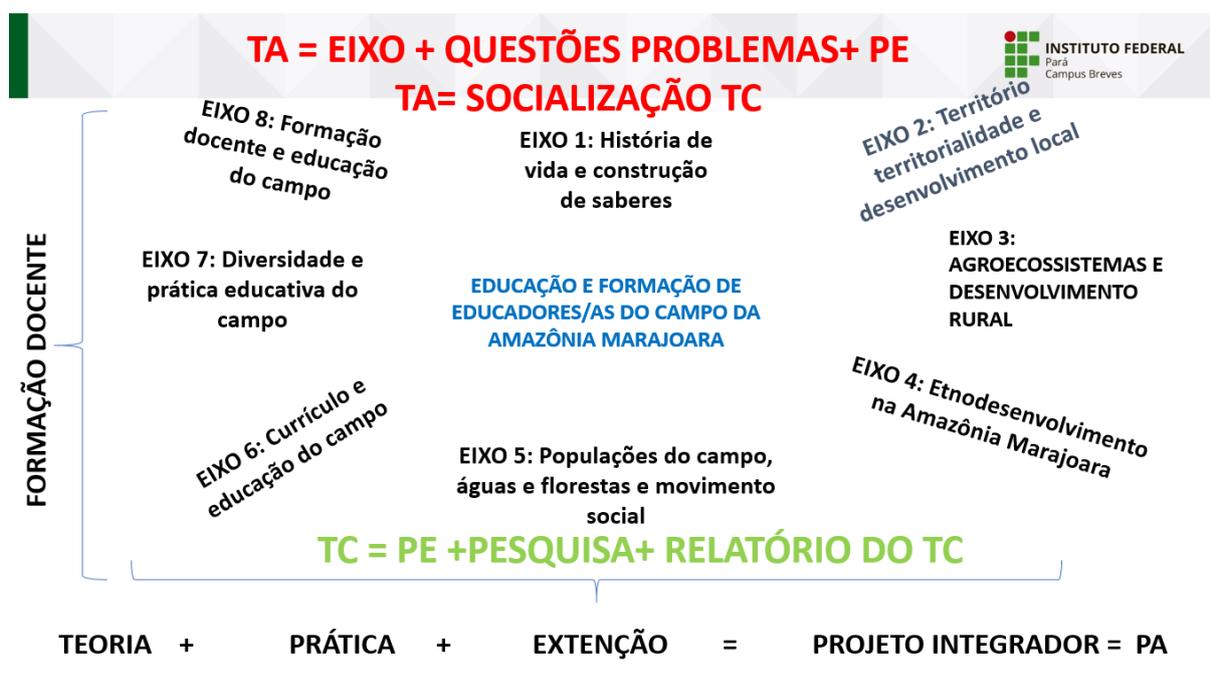
Questões norteadora do eixo: Como é a educação que prático? Como desenvolvo práticas interdisciplinares para atuar na docência multidisciplinar por área do conhecimento? Existem experiências exitosas neste contexto interdisciplinar?

INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

Tempo Acadêmico (TA)	Tempo Comunidade (TC)	Distribuição CH		
		CH ENS	CH PESQ	CH EXT
Projeto Integrador 3ª Parte: 8º EIXO/ Socialização do 8º TC.	TC/Plano de Estudo VIII, Pesquisa, Relatório do 8º TC Obs: Integrado com o 7º TC			

As atividades curriculares envolvidas em cada eixo articulam-se em torno de uma temática integradora que orienta as discussões, os conteúdos, a pesquisa e a extensão a serem privilegiados.

Vejamos a representação gráfica do PI (Projeto Integrador):



29. COLEGIADO DO CURSO E NDE

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do Instituto Federal do Pará-IFPA no Capítulo III Art. 364 o colegiado do curso é um órgão deliberativo e consultivo que se destina a avaliação da eficiência educativa do processo pedagógico desenvolvido. No art. 366 da composição e funcionamento temos o seguinte:

O colegiado do curso superior de graduação será constituído, minimamente, pelo coordenador (a) do curso, por três docentes da área específica que ministram aula para o curso, por três docentes representando as áreas complementares, por um representante da área técnico-pedagógica e por um representante do corpo do estudante (2015:98)

Ressalta-se que o Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Breves será criado a partir do início da oferta do curso, em razão da necessidade de haver um discente como membro, conforme recomendações contidas no Art. 366 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA/2015.



No que se refere ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com o referido regulamento (art. 65) é obrigatório em todos os cursos do IFPA constituir um grupo de docentes atuantes no processo de concepção, elaboração, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As normativas referentes ao Colegiado do Curso e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) estão em consonância com a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), suas regulamentações; Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE); as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Básica e Ensino Superior; com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico Institucional (PPI); e o Regimento Geral do IFPA.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Breves, rege-se conforme o disposto na Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010. Tem como princípio básico o entendimento de que sua existência, conforme o Art. 1º está em virtude de se realizar o acompanhamento dos processos de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi implantado através da Portaria nº 263/2017 da Direção Geral em atendimento à Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização e avaliação do projeto pedagógico do curso.

As reuniões do NDE acontecem com regularidade e em situações extraordinárias, quando há necessidade. Assim, práticas como avaliação do andamento dos estágios supervisionados, discussões temáticas, trabalhos de campo, dentre outras práticas, bem descritas ao longo deste documento, constituem-se em pauta de debate que dá vida e sentido ao NDE deste curso. É composto atualmente pelos docentes:

Quadro 05. NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do IFPA – Campus Breves



DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Adriana Corrêa de Oliveira	Mestre	Dedicação Exclusiva
Antônio de Jesus de Sousa	Mestre	Dedicação Exclusiva
Arlen Élide Aguiar Paumgarten	Mestre	Dedicação Exclusiva
Éssia de Paula Romão	Mestre	Dedicação Exclusiva
Jefferson dos Santos Marcondes Leite	Mestre	Dedicação Exclusiva
Jeovani de Jesus Couto	Mestre	Dedicação Exclusiva
Mário Médici Costa Barbosa	Doutor	Dedicação Exclusiva
Rodrigo Moreira Vieira	Doutor	Dedicação Exclusiva
Valdemar Correa Barbosa Neto	Mestre	Dedicação Exclusiva
Wânia Alexandrino Viana	Mestre	Dedicação Exclusiva

O NDE do curso de Licenciatura em Educação do Campo entende como essencial a realização de suas atribuições, dispostas no Art. 2º da resolução nº 01 de 17/06/10, como: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento de curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

30. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Título IV, que trata “*Da Organização da Educação Nacional*”, estabelece no Art. 8º que: “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino*”, isto significa que, apesar de definidos os papéis e as prioridades no que tange a atuação da União, Estados e Municípios e seus respectivos sistemas. Acerca da oferta da educação é necessário que estes estejam em permanente integração, colaborando mutuamente para a qualificação da oferta do ensino no país.



Neste contexto, as redes federal, estadual e municipal de ensino precisam manter um conjunto de ações articuladas e interlocuções que favoreçam o regime de colaboração e repercutam de forma significativa para melhoria dos nossos indicadores educacionais e da prática pedagógica no âmbito das escolas, institutos e universidades.

Os cursos de licenciatura ofertados em âmbito nacional e que são regidos resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, devem estar comprometidos com a superação de concepções fragmentadas de ensino, de políticas públicas educacionais descontínuas e desarticuladas, para tanto é imperativo que haja relações de cooperação e colaboração entre os entes federados e sistemas educacionais.

Em se tratando do IFPA – Campus Breves, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essa colaboração deve envolver a Secretaria de Estado de Educação do Pará-SEDUC e a Secretaria Municipal de Educação de Breves – SEMEC. Sobre isto as DCN estabelecem o seguinte:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A oferta atual de ensino no Campus Breves hoje está concentrada nos níveis de Formação Inicial e Continuada (FIC), médio (Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas Integrada e Subsequente), e o primeiro curso em nível superior de graduação (cursos de Educação do Campo – Licenciatura). Isto implica dizer que nosso curso de licenciatura precisa estar além da vivência e das práticas no IFPA Campus Breves, estabelecer integração com a SEDUC e a SEMEC, pois nas escolas estaduais e municipais poderão exercitar e construir seu perfil docente ao mesmo tempo em que contribuem para o fortalecimento e a qualificação da Educação Básica como um todo. Isto pode ser feito por meio de estágio, projetos de extensão, projetos de pesquisa ou outros meios pertinentes.



Sobre isto as DCN/2015 dizem que:

“§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

(...)

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

(...)

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério” (DCN/2015).

31. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Quadro06. Relação de espaços físicos no Campus Breves para realização do curso:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Salas de Direções	03
Sala de Coordenação	01
Sala de professores	01
Salas de Aulas	07
Banheiros Coletivos	06
Pátio Coberto/Área de Lazer/Convivência	01
Auditório	01
Sala de Assistência ao Educando	01
Sala do Assistente de aluno	01
Laboratório de Informática (40 computadores)	02
Biblioteca	01

Quadro07. Relação de equipamentos disponíveis no Campus Breves para realização do curso:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Televisores	01
Tela p/ projeção	14
Data Show	18
Impressoras	02
Máquina Fotográfica Digital	01



Bebedouros	06
------------	----

Quadro08. Relação de meios de transporte disponíveis no Campus Breves para realização do curso:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Ônibus com capacidade para 44 lugares	01
Caminhonete Amarok cabine dupla	01

32. DIPLOMAÇÃO

A diplomação ocorre nos moldes do Regulamento Didático – Pedagógico de Ensino do IFPA após a integralização dos créditos e finalização das composições curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e da realização da correspondente Prática Profissional, Estágios e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e colação de grau, será conferido ao egresso o Diploma de Licenciado em Educação do Campo, nas áreas específicas de Ciências Humanas e Sociais ou Ciências da Natureza, conforme o Regulamento Didático-Pedagógico em vigor.

O discente ao solicitar a emissão de Diploma deverá preencher formulário próprio, anexados com cópias autenticadas com os seguintes documentos:

1. Documento de identificação oficial com foto;
2. Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
3. Certidão de nascimento ou casamento;
4. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
5. Título eleitoral com quitação eleitoral;
6. Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)



7. Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;

8. Ata de defesa do TCC;

A solicitação de emissão de Diploma deverá ser protocolada no campus em que polo pertence.

A emissão do diploma dos discentes selecionados para o ENADE, conforme a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, Portaria nº 2.051 de 9 de julho de 2004 e Portaria nº 107 de 22 de julho de 2004, fica condicionada ao relatório emitido pelo MEC comprovando a participação do discente no ENADE.

O aluno que tenha frequência mínima de 75% e aproveitamento de 70% em todos os componentes da matriz curricular, concluir estágio, atividades complementares, TCC, além de realizar o ENADE, caso o curso seja selecionado, terão o Diploma de Licenciado em Educação do Campo.

33. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de revisão Nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de revisão Nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edição, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC: Secretaria de Educação Fundamental, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Governo Federal. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.



Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília: MEC: Secretaria de Educação Média, 2000a.

_____. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20-12-2000b.

_____. **Parecer CNE/CP9/2001** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília:MEC, 2001a.

_____. **Parecer CNE/CEB 36/2001** – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2001b.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Governo Federal. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 11 mai. 2017.



_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº. 2.051, de 9 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº. 107, de 22 de julho de 2004.** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)– disposições diversas. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port107.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Decreto Nº 5.626/2005.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nas Licenciaturas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Portaria normativa Nº 40 de 12 de Dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 11 mai. 2017.



_____. **Resolução CNE/CEB/2/2008** – Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. MEC: Brasília - DF, 2008.

_____. Governo Federal. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 mar. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid=>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Governo Federal. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=10889&Itemid=>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=10988&Itemid=>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras



providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 07jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Projeto de Lei n. 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE n° 02/2015, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2015-pdf/17719-res-cne-cp-002-03072015>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. **Decreto nº 7.352/2010**-Política Nacional de Educação do Campo.

CALDART, Roseli Salete. “Educação do Campo”. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Galdêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. Pp.257-265.

COUTO. Jeovani de Jesus. **Entre águas e florestas alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Dissertação (Mestrado), ano 2015.

DUARTE, Adalcilena Helena Café. **Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Pará; estudos sobre sua organização curricular**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestrado em Educação: Currículo. São Paulo: 2017



GIMONET, J. C. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR, 2007. GIMONET, J. C. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação coleção magistério 2º grau**. Série formação do professor. 21 Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PARÁ. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Regulamento Didático Pedagógico**. Resolução Nº. 041, de 21 de maio de 2015.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Resolução 160/2015-CONSUP**. Regulamenta a atividade de pesquisa e inovação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IFPA, 2015.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Instrução Normativa 02/2015 – PROEN**. Regulamenta o Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos do IFPA 2015-2020. IFPA, 2015.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Normativa para Criação, Atualização ou Aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**. Resolução 020/2016 do Conselho Superior do Instituto Federal do Pará, 2016a.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso**. Pró-Reitoria de Ensino, 2016b.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. **Instrução Normativa 003/2016 – PROEN**. Regulamenta os procedimentos para a inclusão de disciplinas ofertadas a distância em cursos presenciais técnicos de nível médio e superiores de graduação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IFPA, 2015.



_____. Instituto Federal do Pará Ciência e Tecnologia do Pará. Conselho Superior. Resolução 397/ 2017/. **Regulamenta as Diretrizes para a Inclusão das Atividades de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará.** CONSUP de 11 de Dezembro de 2017

MOLINA, Mônica Castagna. “Legislação Educacional do Campo”. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Galdêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. Pp.451-457.

_____; SÁ, Lais Mourão. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Galdêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. “Licenciatura em Educação do Campo”. Pp. 466-472.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – (PME) do município de Breves/Pará-Lei nº 2.388/2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO- (PPP) do Instituto Federal do Pará/ Campus Breves, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.